



Companhia das Lezírias, S.A.

---

Amj DF  
D

# RELATÓRIO E CONTAS

## 2015



Companhia das Lezírias, S.A.

---

*Handwritten signature in blue ink.*

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS  
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

**Março de 2016**



*Ami*

## Índice

<b>ORGÃOS SOCIAIS .....</b>	<b>4</b>
<b>1. SUMÁRIO EXECUTIVO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS .....</b>	<b>11</b>
<b>3. RECURSOS HUMANOS .....</b>	<b>12</b>
<b>4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA .....</b>	<b>14</b>
4.1. Contas do Exercício .....	14
4.2. Controlo Orçamental .....	22
<b>5. DIVULGAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS .....</b>	<b>25</b>
<b>6. PERSPECTIVAS FUTURAS .....</b>	<b>39</b>
<b>7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>40</b>
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>41</b>

**DEMONSTRACÕES FINANCEIRAS**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**



*Handwritten signature in blue ink.*

## ORGÃOS SOCIAIS

### Mesa da Assembleia Geral

**Presidente:** Eng.º Francisco Ramos Lopes Gomes da Silva  
**Secretário:** Eng.º João Alexandre da Silva Rocha Pinho

### Conselho de Administração

**Presidente:** Eng.º António Miguel Semedo Pimentel Saraiva  
**Vogal:** Dr. Diogo Supico de Faria e Silva  
**Vogal:** Dr. João Carlos Caldeira Gonçalves

### Fiscal Único

**Efectivo:** Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC n.º 21, representada por Dr. José Carlos Nogueira Faria Matos, ROC n.º 1034  
**Suplente:** Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC n.º 21, representada por Dr. Joaquim Patrício da Silva, ROC n.º. 320



## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

A Companhia das Lezírias alcançou em 2015 um conjunto de resultados que superaram os do exercício anterior e dos que constavam do compromisso assumido no orçamento. Apesar do volume de vendas e serviços prestados ter estado praticamente ao nível de 2014 (-1,4%), a melhoria do resultado operacional foi conseguida, principalmente através da redução dos gastos com o pessoal (-4,5%), da subida dos rendimentos provenientes das rendas agrícolas (+11,6%), e dos subsídios à exploração (+3,6%), traduzindo-se num aumento da qualidade do negócio.

Salientamos que no aumento do resultado líquido de 301.636 euros pesou igualmente a valorização dos *stocks* de cortiça e de madeira de pinho bravo na árvore no montante de 175.800 euros.

O resultado líquido do exercício atingiu o valor de 1.327.620 euros ou seja um crescimento de 301.636 euros (+29,4%) comparativamente aos resultados de 2014.

Trata-se do melhor ano de resultados operacionais da Companhia das Lezírias que voltaram a crescer, apesar da absorção da Coudelaria de Alter que, em 2015, apresentou um resultado negativo de 470 mil euros.

O ano de 2015 corresponde ao primeiro exercício do segundo mandato do Conselho de Administração e que compreende o triénio de 2015-2017, no qual se dará seguimento à implementação da estratégia definida para o período. No cumprimento desta estratégia a Companhia das Lezírias prosseguirá orientada pela sua visão, procurando sempre ser uma empresa de referência no sector agro-pecuário e florestal, no respeito dos seguintes pontos:

- Implementar e promover as melhores práticas agrícolas, pecuárias e florestais, no desenvolvimento das suas actividades operacionais;
- Manter-se na vanguarda em termos técnicos e tecnológicos;
- Procurar constantemente novas oportunidades de negócio, que possibilitem a criação de valor para a CL;
- Reforçar no mercado a sua imagem de excelência, de empresa cumpridora dos seus compromissos comerciais e financeiros, que mantém um excelente relacionamento com os seus clientes, fornecedores, rendeiros e bancos;
- Continuar a aprofundar, com o seu vastíssimo universo de rendeiros, uma relação estreita, profícua e transparente, com vantagens mútuas;
- Continuar a desenvolver um excelente e saudável relacionamento com as entidades públicas, nacionais e autárquicas, bem como com as forças vivas da Região onde se insere.



Amig DF  
\*

## Companhia das Lezírias, S.A.

---

No orçamento de 2015 foi elencado um conjunto de pressupostos relativos à envolvente do negócio (sistema de ajudas resultante da nova Política Agrícola Comum, estabilização de preços e condições do tempo) e à actividade operacional (renovação de áreas críticas de vinha, focalização na produção olivícola, ano do ciclo florestal pouco favorável, continuação do processo de rentabilização dos arrendamentos e seguimento da integração da Coudelaria de Alter), de cujo balanço se esperava atingir um Resultado Operacional inferior ao do ano anterior e que, por este facto, ocultava o grau de desafio dos números apresentados e a ambição por detrás dos mesmos.

No encerramento das Contas do ano 2015, apurou-se um resultado melhor que o orçamentado como consequência da continuidade na implementação da estratégia, da coerência no respeito pelas orientações definidas e no trabalho e capacidade dos colaboradores da Companhia das Lezírias, muito focalizados no seu desempenho individual e colectivo.

De facto, o Resultado Operacional superou em 77,8% o que estava orçamentado e foi 29,3% superior ao registado em 2014.

Para esta melhoria de resultados relativamente à previsão contribuiu o desempenho das Vendas e Serviços Prestados tendo sido alcançado um crescimento em Vendas de 6,4% em relação ao orçamentado isto é, mais 296 mil euros, perfazendo um total de aproximadamente 4 milhões e 927 mil euros e em Serviços Prestados uma subida de quase 12% relativamente ao orçamento, representando um valor total de 358 mil euros.

Recorde-se que o orçamento de 2015, antevia uma quebra de Vendas e Serviços Prestados em relação a 2014 de 7,7% o que não veio a acontecer, tendo-se cifrado a diferença em pouco mais de 1%, como anteriormente referido.

O comportamento positivo das Vendas fez com que a redução de 459 mil euros (-9%) prevista no orçamento tivesse sido atenuada em cerca de 2/3, tendo as Vendas de 2015 ficado apenas a 162 mil euros (-3,2%) das de 2014.

Do ponto de vista produtivo, o desenvolvimento das culturas agrícolas (anuais e permanentes) no período de Primavera-Verão, devido ao resultado de alterações nas práticas culturais e às condições do tempo que não prejudicaram estas culturas, não tendo afectado negativamente quer os ciclos vegetativos quer a época das colheitas, há a registar:

- Na cultura do milho, uma produtividade record próxima das 12t/ha o que fez com que o volume total tivesse crescido para as 4.025t (+17,2% do que em 2014). De salientar que em 25 dos 336 ha se fez uma sementeira mais tardia, devido à ocupação do solo por outra cultura, o que prejudicou a produtividade nesses 25 ha;
- Na cultura do arroz, a produção foi sensivelmente a mesma da campanha anterior;
- Na vinha, a quantidade de uva produzida superou em 29% a produção de 2014;
- No olival, a produção de azeitona excedeu a de 2014 em 27%.



DK  
Anij

## Companhia das Lezírias, S.A.

---

Do ponto de vista florestal, era esperado que a estimativa de vendas de produtos da floresta iriam ser inferiores em 613 mil euros às de 2014 devido à menor tiragem de cortiça (-260 mil euros), a menos área de pinhal a cortar para madeira (-88 mil euros), a menos lenhas (-13 mil euros), à menor expectativa de pinhas (-140 mil euros) e à não existência de eucaliptal explorado directamente a cortar em 2015 (-112 mil euros registados no corte de 2014).

Contudo, e apesar do ano seco que dificultou a extracção de cortiça, a própria produção florestal conseguiu atenuar esta quebra tendo recuperado em todos os produtos, com excepção do corte de eucaliptos que não se verificou, um valor de 149 mil euros relativamente ao orçamentado, ficando a diferença para 2014 em 464 mil euros.

No âmbito da avaliação efectuada aos produtos agrícolas em crescimento, designadamente à cortiça e pinhal bravo, cujo impacto nos resultados foi antes referido, registámos ainda efeitos ao nível dos capitais próprios, cujo detalhe se pode observar nas notas anexas às demonstrações financeiras.

Da restante actividade produtiva/comercial ressaltam-se ainda comparativamente a 2014:

- As vendas de azeite a granel e azeite engarrafado com um crescimento de 179 mil euros;
- A maior produção de milho grão, que gerou em 2015 o valor de 707.200 euros de receitas, máximo absoluto ou seja, mais 136 mil euros (+23,7%) comparativamente a 2014, num ano de baixas cotações verificadas no mercado mundial;
- A produção de bovinos de carne que, apesar de um contexto de mercado muito difícil, conseguiu encerrar o exercício com um valor de vendas próximo de 2014.

Estes produtos absorveram parcialmente a menor venda, quanto ao previsto, de vinhos (-48 mil euros), equinos (-49 mil euros) e um mais baixo valor de venda de arroz por quebra de preço (-63 mil euros).

No que aos Serviços Prestados diz respeito, a melhoria de 31% em relação a 2014 teve como principais razões:

- A subida de receitas do Evoa (+15%);
- O aumento das receitas da visitação na Pequena Companhia e alojamento nos bungalows (+58 mil euros);
- A maior procura de jornadas de caça com rendimentos de mais 23% que no ano anterior;

Uma análise sintética relativamente à diferença de vendas e serviços prestados de 2015 para 2014 (-162 mil euros) permite concluir os ganhos em preço (+228 mil euros) atenuaram as quebras em quantidades (-400 mil euros).



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

O crescimento dos Resultados deveu-se de forma muito significativa ao crescimento das receitas provenientes de:

- Aumento das rendas fundiárias e urbanas de 2.422.000 euros em 2014, para 2.702.000 euros em 2015, isto é, cerca de 280.000 euros (+ 11,6 %). No período compreendido entre 2011 e 2015, as rendas fundiárias e urbanas registaram um acréscimo de 1.912.000 euros para 2.702.000 euros, isto é, de 790.000 euros (+ 41,3 %).
- Em 2015, concretizaram-se quatro novos arrendamentos no montante de 78.468 euros.
- Em 2015, procedeu-se, igualmente, a 4 transmissões de posições contratuais que permitirão um acréscimo de 20.300 euros anuais no valor das respectivas rendas.
- Relativamente ao património urbano, e durante o ano de 2015, celebraram-se oito novos contratos de arrendamento, o que permitiu, não só obter um acréscimo do proveito financeiro no montante de 12.400 euros anuais, como também conservar o edificado sem custos para a Companhia das Lezírias.
- A curto prazo, este valor, irá aumentando significativamente, à medida que os contratos de arrendamento actuais, forem chegando ao seu término e, portanto, for possível proceder à sua renegociação.
- Subsídios agrícolas que subiram para 2.106.044 euros em 2015, isto é, mais 73.917 euros (+ 3,64 %) que em 2014, ano no qual registaram um montante de 2.032.127 euros. A entrada em vigor da nova Política Agrícola Comum, não provocou impactos negativos na Companhia das Lezírias, antes pelo contrário, apesar da aplicação da redução de 3,5 % no RPB, aplicado a todos os beneficiários, e com o objectivo de financiamento do Regime de Pequena Agricultura.
- O somatório dos subsídios agrícolas e rendas representou, em 2015, um montante global de 4.808.194 euros que compara com o valor global de 4.453.806 euros registado em 2014, ou seja, um acréscimo de 354.388 euros (+ 8,0 %). Este valor já representou, em 2015 um montante praticamente equivalente ao das vendas e serviços prestados (5.285.272 euros) pela Companhia das Lezírias.



Assinatura

## Companhia das Lezírias, S.A.

---

Da actividade da Companhia das Lezírias em 2015, merecem também destaque os seguintes aspectos:

- Efectuaram-se, em 2015, as renegociações dos contratos fundiários que se vencerão no último trimestre de 2016, num total de 11 rendeiros e 21 contratos. Essas renegociações permitiram actualizar as rendas mais antigas que se encontravam abaixo do valor de mercado actual e integrar os novos contratos na nova lei do arrendamento rural (Decreto-Lei n.º 294/2009), permitindo actualizações anuais das rendas pelo índice do INE. Estes contratos, renegociados e integrados no NRAR, celebrados em 2015, irão permitir um aumento do valor das rendas de cerca de 40.000 euros anuais.
- No milho grão, devido a um aumento muito significativo da produtividade (+ 17,2 % por ha), foi possível, apesar do baixo preço, do acréscimo de gastos em insecticidas para combater os anómalos ataques verificados, e de uma elevada redução dos subsídios à cultura, ainda assim, conseguir um apreciável resultado positivo nesta cultura (+ 40.870 euros).
- Nos bovinos de carne, além do tradicional cliente “SONAE – Supermercados Continente”, e com o objectivo de diversificar clientes, iniciaram-se vendas para um novo cliente, uma cadeia de Talhos “gourmet”, na Zona da Grande Lisboa, chamada “Mercado da Carne”.
- A Companhia das Lezírias usufruiu de exclusividade do produto nacional *premium*, comercializado pelo “Mercado da Carne”, sob a designação de “Carne da Lezíria”, a um preço de venda superior ao praticado para outros clientes. A relação com este novo cliente, tem decorrido de uma maneira muito positiva.
- Conseguiram-se, em 2015, performances notáveis a nível do peso médio/carcaça (+ 10,2 % versus 2014) e no índice de fertilidade de 88 %, valor jamais obtido.
- A CL recebeu em 13.373 visitantes mais 20% que em 2014. A visitação escolar representa mais de 50% das visitas mas foi no universo não escolar que se verificou o maior aumento do número de visitas. Destaque para o EVOA que registou 7.684 visitantes o que significa um crescimento de 70% que continuam a manifestar um elevado grau de satisfação com a experiência, com as instalações e com o acolhimento, revelando a intenção de recomendar a vista a outras pessoas e de voltar (74% dos inquiridos);
- No sector do vinho, merece referência a medalha de prata conquistada nos Pentawards 2015 um prémio internacional de *design* de embalagens, atribuído ao vinho *Tyto alba*. Com notoriedade na imprensa da especialidade e generalizada, veio mostrar o poder da comunicação e divulgação da Companhia das Lezírias e dos seus valores através dos nossos vinhos, algo que tem sido estrategicamente entendido pela CL e capitalizado pelo seu enólogo que, à data da elaboração deste relatório, viu o seu trabalho reconhecido pela Revista de Vinhos como “Enólogo do Ano 2015”;
- Reforçando a imagem de área de interesse público, com a ambição de apresentar uma gestão de excelência e com características ideais para o ensino e investigação nas áreas dos estudos florestais e biodiversidade, a CL foi objecto de estudo e/ou local de desenvolvimento das seguintes actividades: 3 projectos de investigação florestal em curso, 2 trabalhos de pós-doc, uma tese de doutoramento, 2 teses de mestrado, 2 trabalhos para tese de mestrado, 6 publicações em revistas internacionais com *referee*, 4 publicações em actas de congressos,



## Companhia das Lezírias, S.A.

---

- seminários ou simpósios, 4 pósteres científicos, 9 comunicações sem publicação, 3 outros artigos em livros e revistas;
- Mantiveram-se os trabalhos de investigação e desenvolvimento ao abrigo de protocolos com a FCUL (monitorização de mamíferos na Charneca do Infantado), o LabOr (monitorização de diversas espécies de aves) e ISA (nova estratégia de reflorestação do sobreiro);
  - A CL foi também local de realização de 44 estágios formativos nas áreas do turismo, comunicação, gestão equina, produção animal, veterinária, gestão desportiva, recursos florestais, dressage, para alunos de estabelecimentos de ensino de Norte a Sul do país assim como de França e Brasil.
  - Foi renovado o certificado de gestão sustentável da floresta por norma internacional FSC (*Forest Stewardship Council*) e procedeu-se à revisão do Plano de gestão Florestal de 2009;
  - Manteve a Companhia das Lezírias a sua prática habitual no que respeita à compra por concurso, dos principais factores de produção, bem como na contratação dos principais prestadores de serviços, o que continua a traduzir-se pela obtenção de preços reduzidos;
  - A continuação da reestruturação da Coudelaria de Alter, após a sua plena integração na Companhia das Lezírias, quer ao nível do seu funcionamento e pessoal afecto quer no que diz respeito a investimentos realizados e extensa recuperação de edifícios, maquinaria e demais equipamentos.



*Amig* *DF*

## 2. INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

O total investido durante o exercício foi de 883 mil euros.

Releva-se o esforço de investimento de 8,5 milhões de euros efectuado nos últimos sete anos (cf. quadro seguinte).

Actividades	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Agrícola	367	320	1147	90	695	465	349	3.433
Pecuária	417	164	111	228	243	387	268	1.818
Florestal	28	41	47	50	52	30	24	272
Turismo	35	23	97	244	47	30	28	504
Equip. Básico	2	0	0	218	21	59	42	342
Outros	350	126	97	223	998	225	172	2.191
<b>Total por anos</b>	<b>1.199</b>	<b>674</b>	<b>1.499</b>	<b>1.053</b>	<b>2.056</b>	<b>1.196</b>	<b>883</b>	<b>8.560</b>

Em 2015 os investimentos mais significativos realizados foram (milhares de euros):

Replantação Vinhas 95/97 - 24 ha	36
Vedações	90
Imobilização e Aquisição de Gado	129
Abeberamento	22
Intervenção em furos e pivots	298
Equipamento administrativo	19
Substituição Viaturas	85
Equivalência patrimonial Orivárzea	111
Não especificados	93

O valor líquido do desinvestimento durante o exercício foi de 46 mil euros.



### 3. RECURSOS HUMANOS

#### Activos

No início do ano de 2015 havia 101 trabalhadores efectivos, 3 com contratos a termo e ainda 2 contratos de estágio ao abrigo de protocolo com o IEFP, num total de 106 trabalhadores.

Dos trabalhadores efectivos registámos 7 saídas. Uma por acordo, 3 por extinção do posto de trabalho, 1 contrato de cedência em funções públicas que chegou ao fim, 1 saída por reforma e o registo do falecimento dum colaborador. Foi assinado apenas 1 novo contrato para substituição de um colaborador que se demitiu. Assim, no final do ano registávamos 95 trabalhadores efectivos nas folhas de remunerações.

Admitiram-se 6 trabalhadores com contrato a termo, tendo-se verificado a saída de 6 por fim de contrato. No final do ano o número de trabalhadores com contrato a termo permaneceu inalterado em relação ao início do ano, ou seja, 3 trabalhadores.

No final do ano contamos ainda com 1 contrato de estágio ao abrigo de protocolo com o IEFP, pelo que o número total de trabalhadores era em 31/12/2015 de 99 trabalhadores.

Sublinhe-se que, não fora a integração de quadros da Fundação Alter Real, o número total de trabalhadores seria de 86, representando uma redução de 9% em relação ao ano de 2012.

A média etária dos trabalhadores com contrato sem termo é de 48 anos e dos contratados a termo é de 35 anos. Cerca de 30% são do sexo feminino e 70% são do sexo masculino (cf. quadro seguinte).

Distribuição por Escalões Etários		
F	Escalões	M
0	<25	3
3	<30	5
0	<35	7
3	<40	11
2	<45	5
4	<50	11
2	<55	7
11	<60	8
3	>=60	14
28	Total	71



Companhia das Lezírias, S.A.

---

Ami DF  
✱

### **Não Activos**

Por força do estipulado no Acordo de Empresa, a Companhia mantém um conjunto de obrigações, designadamente de pagamento de complemento de pensões de reforma, para com os seus trabalhadores reformados e cônjuges sobreviventes ou filhos menores (pensionistas).

No final do ano de 2014 os designados não activos eram 115, sendo 66 reformados, 48 pensionistas e 1 sinistrado.

Os custos suportados no exercício com os não activos atingiram o montante de 176 mil Euros, representando cerca de 7% dos encargos com pessoal.



*Handwritten signature in blue ink.*

Companhia das Lezírias, S.A.

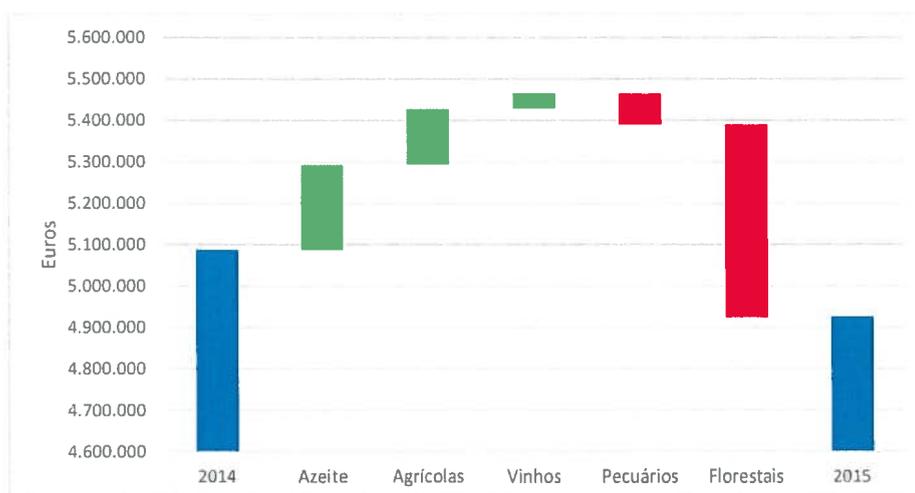
## 4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### 4.1. Contas do Exercício

Os Rendimentos totalizaram um montante de cerca de 12,4 milhões de Euros, superior ao contabilizado em 2014 em cerca de 0,3 milhões de Euros. As vendas e prestação de serviços atingiram um valor ligeiramente menor que o exercício anterior em 0,08 milhões de Euros, totalizando 5,3 milhões de Euros.

A esperada quebra de vendas para este exercício, devido ao ciclo de extracção da cortiça, foi atenuada parcialmente pelo registo positivo de outras áreas:

- Na área agrícola, mais 134 mil Euros;
- Na área vitivinícola e oleícola, mais 37 e 204 mil Euros, respectivamente.



Em 2015 a produção de arroz aumentou 1%, totalizando 3.695 toneladas. Com um total de vendas de € 1.066 mil, verificou-se, assim, um valor equivalente ao registado em 2014.

As vendas de milho-grão foram de € 707 mil, superiores aos € 572 mil registados em 2014 (+24%). Em termos de quantidade contabilizámos 4.025 toneladas, um aumento de 17,2% face ao ano anterior.



Ami J  
P

No sector de vinhos o volume de vendas situou-se nos € 1.154 mil, que compara com € 1.117 mil em 2014. Logo, cerca de mais 3,3% acima do montante registado no ano anterior.

As vendas de vinho engarrafado atingiram € 832 mil contra € 784 mil em 2014, registando um crescimento de 6%. As vendas de vinho em bag-in-box alcançaram € 289 mil contra € 300 mil em 2014, registando uma quebra de 3,7%. Estas variações resultam da alteração da estratégia comercial seguida e foram sustentadas, em linha com a variação em valor, na variação do número de unidades vendidas, alavancadas pelo aumento do preço médio de venda por litro em cerca de 3,8% nos vinhos engarrafados e de 2,5% no bag-in-box.

Quanto ao sector oleícola, saliente-se o crescimento de vendas registado este ano. As vendas de azeite embalado aumentaram 30%, essencialmente por aumento de unidades vendidas, registando um total de € 75 mil. A produção de azeitona, superior a 2014 em 27%, permitiu obter 428 toneladas, registando vendas de € 130 mil, que compara com € 105 mil registados no ano anterior. Por último, este ano foi possível vender *stock* de azeite a granel, que possibilitou um encaixe de € 162 mil.

A produção de cortiça do ano 2015, ano de produção mais reduzida face ao plano de reordenamento florestal, foi de 16.956 @ de amadia, 865 @ de virgem e 5.652 @ de bocados. Foi vendida a totalidade da produção num total de € 386 mil, tendo a cortiça amadia obtido um preço de €/@ 20,43.

Registámos ainda vendas de cortiça no valor de € 14 mil, extraída na zona do Paúl de Magos (1.357 @ de amadia e 514 @ de bocados).

Em 2014 a produção de cortiça foi de 26.186 @ de amadia, 2.156 @ de virgem e 8.729 @ de bocados. A produção foi vendida na totalidade por € 633 mil, tendo a cortiça amadia obtido um preço de €/@ 21,67.

O menor volume de vendas registado na área florestal em 2014 foi ainda influenciado pelas vendas de Madeiras e Lenhas, num total de € 146 mil, menos € 155 mil do que em 2014, dos quais € 110 mil correspondem a vendas (não recorrentes) de madeira de eucalipto e ainda das vendas de pinhas mansas que totalizaram € 164 mil, contra € 240 mil no ano anterior.

Registámos a venda de 729 "bovinos de carne" (834 animais em 2014), menos 13% do que os vendidos no ano anterior. O montante facturado foi de € 722 mil (€ 745 em 2013), verificando-se, assim, uma quebra de 3,2%, atenuada pelo aumento do preço médio de venda por animal, em consequência do aumento dos respectivos pesos médios por carcaça (+10,2%).

A produção equina CL registou vendas de 7 animais que somaram € 57 mil Euros, relevando uma bom preço médio de venda por cabeça. Em 2014 venderam-se 25 animais por € 67 mil.

A Coudelaria de Alter registou a venda de 48 animais, num total de € 134 mil. Em 2014 registaram-se vendas de 73 animais por € 177 mil.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

As receitas provenientes da Caça foram de € 88 mil em 2015, que compara com € 71 mil registados em 2014, revelando um crescimento significativo de 23%, atendendo à menor procura que se vinha verificando em anos anteriores.

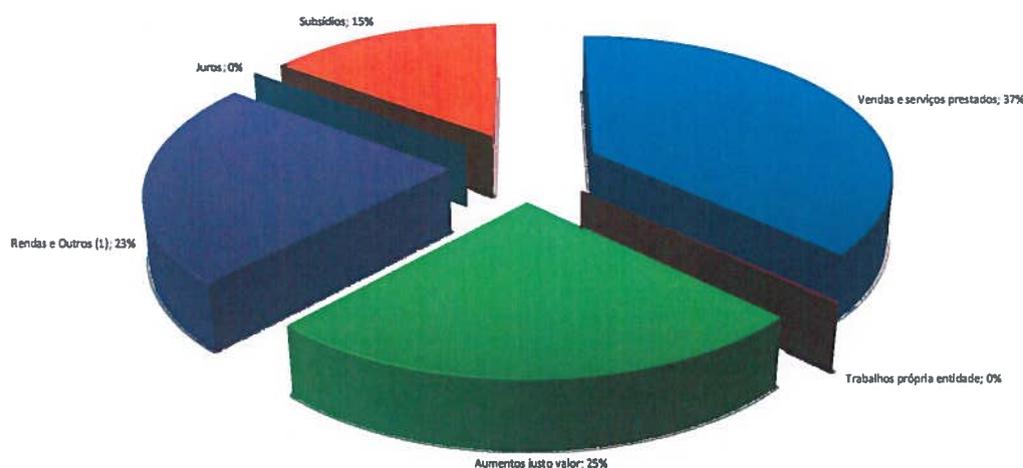
Na rubrica Serviços Prestados, para além dos valores atrás mencionados referentes à caça, registamos receitas de € 271 mil em 2015, cerca de mais 32% do que os € 205 mil de 2014.

Os “Subsídios à Exploração” aumentaram € 74 mil. Tal resultou quer do aumento do valor total de ajudas reconhecidas, quer do pagamento de valores de anos anteriores (cerca de € 34 mil) que já não se previa receber.

A rubrica “Aumentos/reduções de justo valor” registou uma variação positiva de € 250 mil face a 2014, mais 9%. De referir que € 227 mil corresponde aos movimentos do período relacionados com os activos biológicos pinhal bravo e cortiça em crescimento.

Os outros rendimentos e ganhos registaram um aumento de € 225 mil, mais 8%. Deste crescimento é de salientar o motivado pela continuidade da política de aumento do valor das rendas, o qual representou um rendimento adicional de € 280 mil (+11,6%), em particular as relacionadas com os contratos de arrendamento rural.

Estrutura dos Rendimentos

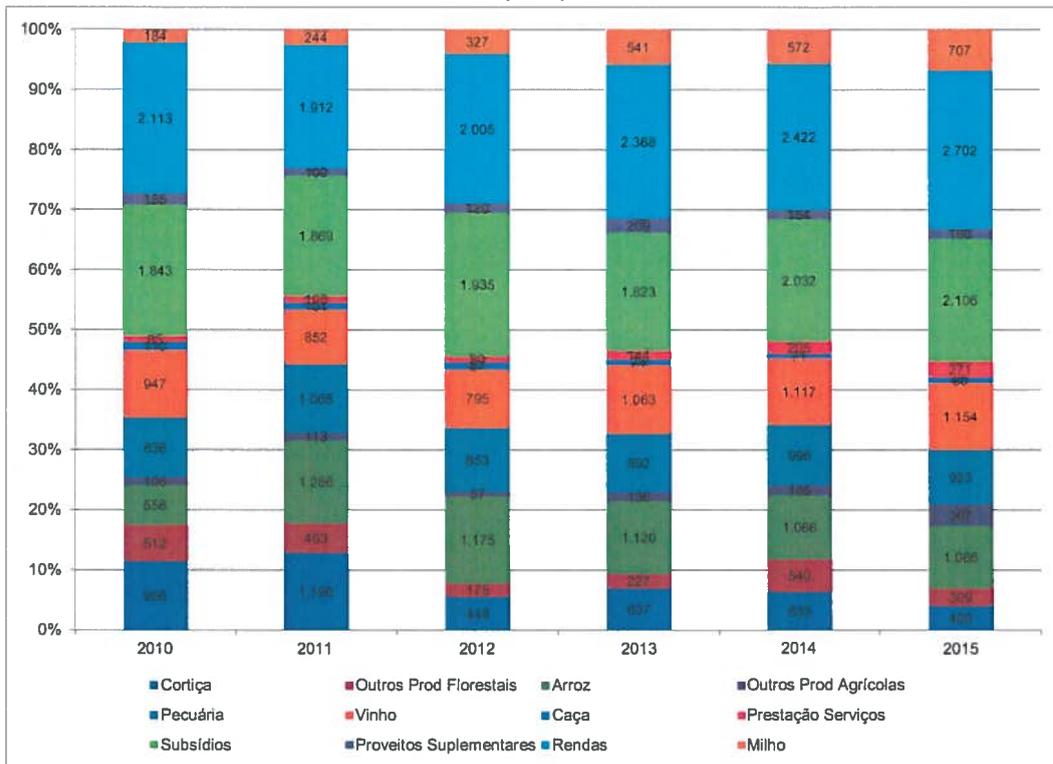




*Handwritten signature and initials in blue ink.*

O gráfico seguinte ilustra a evolução dos proveitos operacionais, evidenciando a evolução das vendas dos principais produtos da CL:

**Evolução das Vendas por Produtos + Outros Rendimentos e Ganhos**  
(mil €)

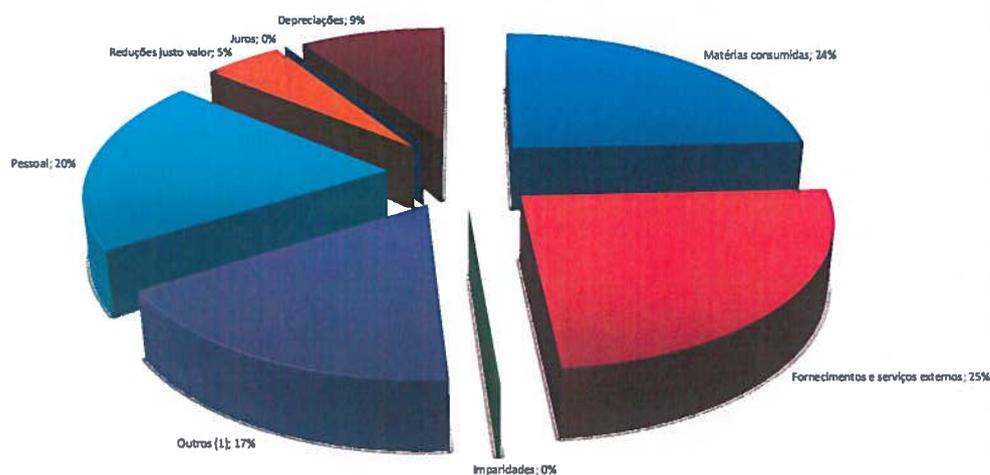




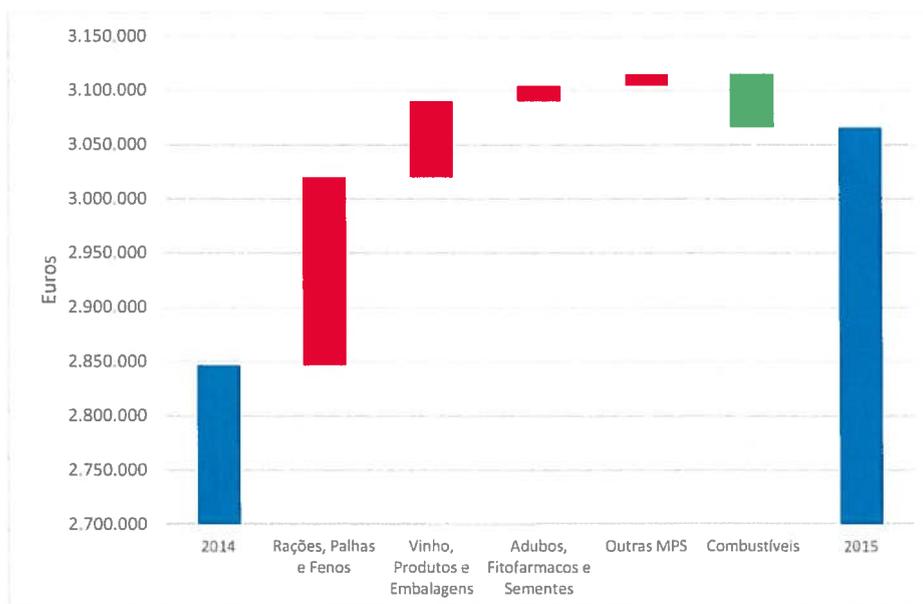
*Amig JK*  
*!*

Os custos globais registados em 2015 atingiram o montante de 10,7 milhões de Euros, em linha com os registados em 2014, com a estrutura que se regista no quadro que se segue:

Estrutura dos Gastos



Face aos valores registados no exercício anterior, há que relevar que o valor dos custos das matérias consumidas aumentou de 7,7%, registando um total de € 3.066 mil. Destacam-se os custos com a alimentação animal que representou cerca de € +173 mil e os custos da área vitivinícola que despendeu € +71 mil.

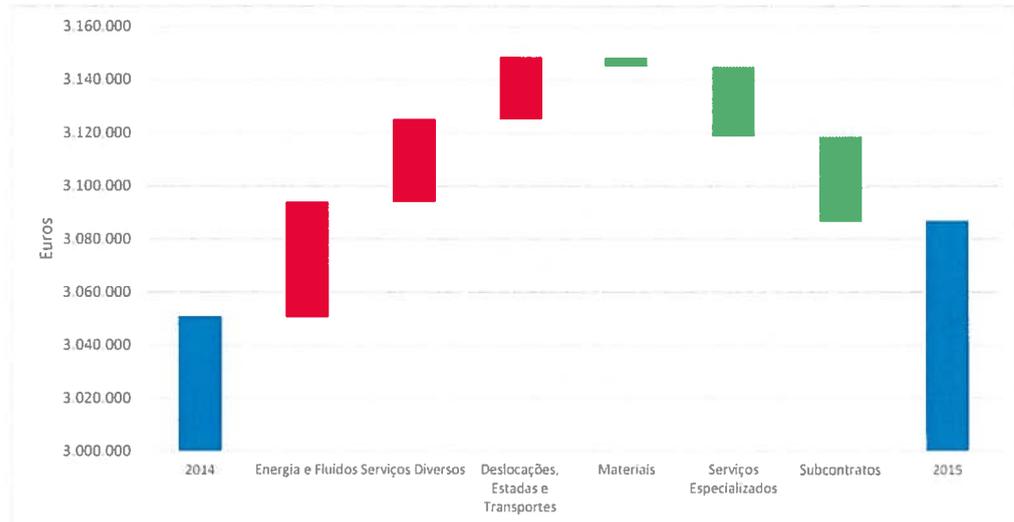




Amig JK  
D

## Companhia das Lezírias, S.A.

Os gastos com "Fornecimentos e Serviços Externos" que totalizaram € 3.087 mil sofreram um aumento de 1%.



Quanto aos "Gastos com o Pessoal", excluindo o efeito da redução das responsabilidades com reformas em 2015 de menos € 21 mil, registaram uma redução de € 96 mil, cerca de -4%.

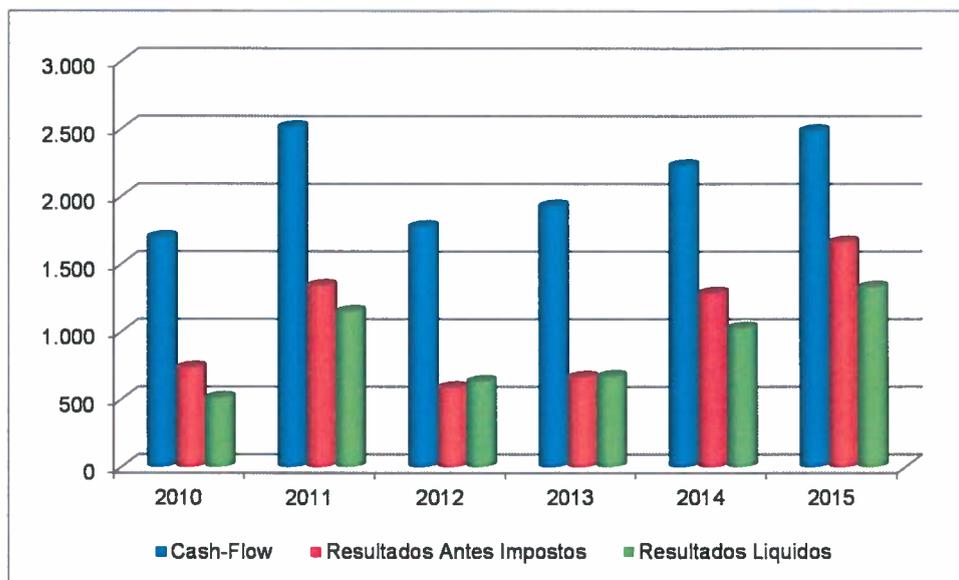
Em suma, os resultados antes de impostos (€ 1.661 mil) tiveram um aumento de cerca de 29% em relação aos registados no exercício anterior (€ 1.284 mil). O desempenho global das actividades da Companhia das Lezírias continua a absorver o efeito da integração das coudelarias da Fundação Alter Real, coudelarias que em 2015 representaram um prejuízo de € 470 mil (€ 449 mil em 2014).



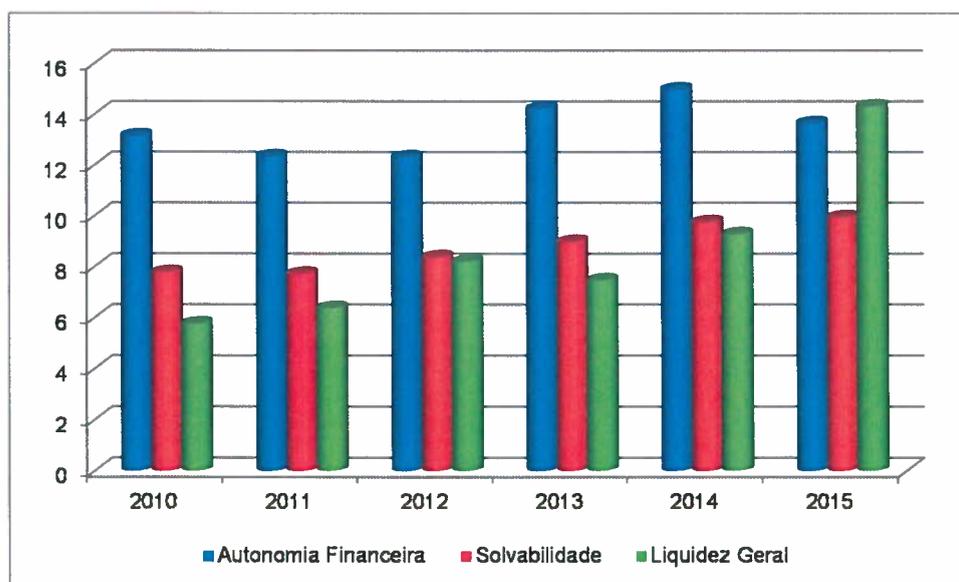
*Amig*

Os gráficos seguintes sintetizam a evolução de alguns indicadores de situação económica e financeira da CL:

### Indicadores de Natureza Económica



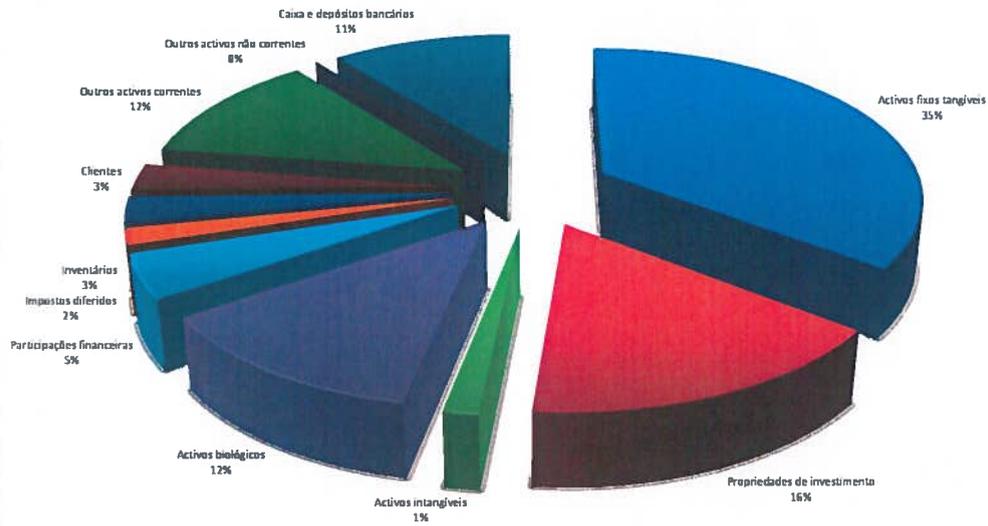
### Indicadores de Natureza Financeira



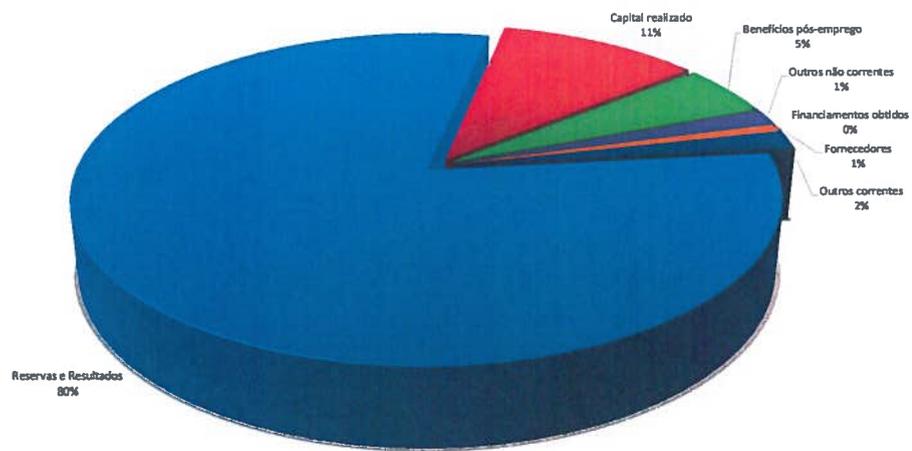


*Handwritten signature and initials in blue ink.*

### Estrutura do Activo



### Estrutura do Capital Próprio e do Passivo



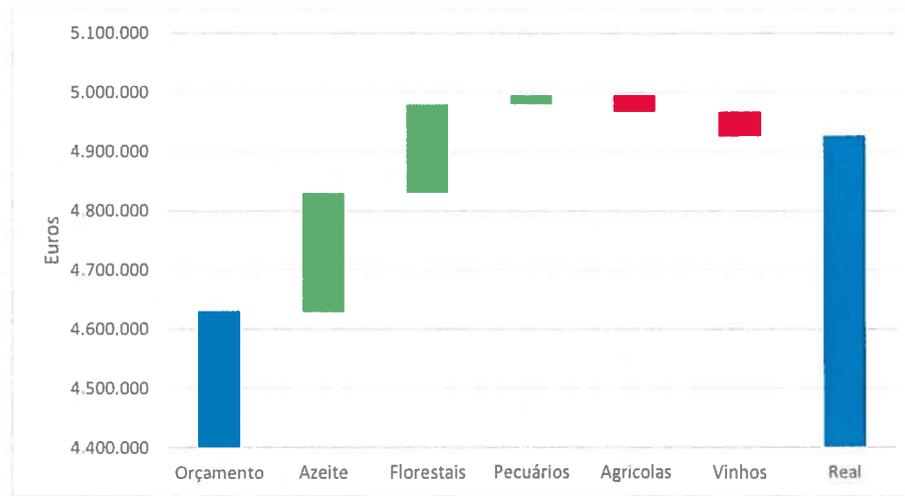


Amig DF  
J

#### 4.2. Controlo Orçamental

O resultado alcançado neste ano ficou acima do orçamentado em € 426 mil, mais 47%. O resultado antes de impostos estimado em € 934 mil, registou um desvio desfavorável de € 727 mil, mais 78%.

As vendas registadas foram superiores às estimativas em € 297 mil, mais 6% do que o previsto.



A área de produção agrícola registou vendas inferiores em 1,5%, no valor de € 28 mil.

A produção de arroz foi inferior ao orçamentado em 7% registando menos 269 toneladas, o que fez com que o total de vendas ficasse aquém do orçamentado em € 63 mil.

Relativamente à cultura de milho, dos € 668 mil de vendas previstos concretizaram-se mais € 39 mil (+5,8%), resultado essencialmente de uma maior produção de 354 toneladas, mais 10%.

Na área oleícola é de sublinhar que foi previsto realizar € 110 mil em vendas de Azeitona mas, com a produção a alcançar um excelente volume de 428 toneladas, mais 73 toneladas que o previsto, registámos mais € 19 mil de vendas.

Também contribui positivamente a venda não prevista de azeite a granel, num total de € 162 mil.

Na área de vinhos verificou-se um desvio de menos 3%, no valor de € 41 mil.

As vendas de vinho engarrafado ficaram aquém do estimado em € 56 mil, -6%, devido essencialmente às menores quantidades vendidas.

As vendas de vinho em bag-in-box ficaram acima das estimativas, mais € 8 mil, +3%. Este desvio está relacionado com o número de unidades vendidas. Reduzimos na embalagem de 5 litros, mas largamente compensada pelo crescimento da embalagem de 10 litros.



Amig  
DF  
/

## Companhia das Lezírias, S.A.

---

Os produtos florestais registaram vendas superiores ao orçamentado no montante de mais € 149 mil, mais 27%.

Este desvio foi motivado por um maior volume de vendas de Madeiras e Lenhas, superior em € 58 mil em relação ao orçamentado.

A venda de pinhas mansas também realizou mais € 64 mil (+64%), do que o previsto.

As vendas de cortiça também ficaram acima do estimado em € 27 mil devido a um maior volume de vendas de cerca de 3.200 @ que o estimado.

Os bovinos de carne registaram vendas acima do estimado em € 54 mil. Verificou-se a venda de mais 20 cabeças e o preço médio de venda por cabeça registou um aumento de 5%.

Relativamente aos equinos CL, apesar de se venderem menos 13 cabeças, -65%, o valor total de vendas ficou apenas 5% abaixo da previsão de € 60 mil. Os equinos da Coudelaria de Alter ficaram € 45 mil abaixo do previsto, não obstante terem sido vendidas mais 18 cabeças.

Os serviços prestados foram superiores ao orçamentado em € 38 mil, mais 12% do que o previsto.

Os "Subsídios à Exploração" superaram a estimativa em € 126 mil. Tal resultou quer do aumento registado das ajudas face à possível estimativa inicial, quer da recuperação de valores de anos anteriores que já não se previa receber.

Os "Aumentos/reduções de justo valor" ficaram acima do estimado em € 190 mil, mais 7%. Este efeito foi resultado essencialmente do efeito dos € 227 mil correspondentes aos movimentos do período relacionados com os activos biológicos pinhal bravo e cortiça em crescimento.

Os "Outros rendimentos e ganhos" registaram um incremento de € 331 mil, mais 12%, em relação ao orçamentado. As rendas ficaram acima do estimado em € 228 mil (+9%). As restantes rúbricas tiveram também um comportamento positivo.

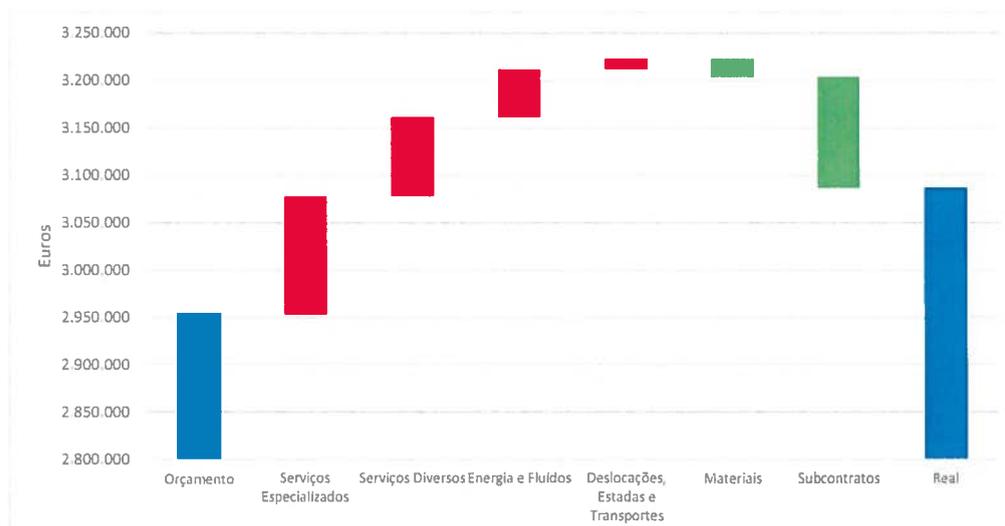
O "Custo das matérias consumidas" foi superior ao orçamentado em € 352 mil, mais 13%. Verificámos gastos inferiores ao previsto com a aquisição de factores de produção para a agricultura de cerca de € 67 mil e com combustíveis em € 29 mil. Nas restantes áreas, destaque para o aumento de gastos com a alimentação animal que representou cerca de € +306 mil e com a área vitivinícola que despendeu € +140 mil.



*Amig*

## Companhia das Lezírias, S.A.

Os fornecimentos e serviços externos ficaram acima do orçamentado em € 133 mil, mais 4%. Para além da redução possível, em especial nos subcontratos, as restantes rúbrica registaram gastos superiores ao estimado.



Quanto aos gastos com o pessoal o valor apurado ficou abaixo do orçamentado em € 183 mil, menos 7%.



## 5. DIVULGAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

### 5.1. Objectivos de Gestão

Previsto no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro:

Objetivos	Indicador	Fórmula de cálculo / Fonte	Objectivo Anual	Avaliação	Ponderação	Avaliação		
Execução das tarefas necessárias à concretização da cessão de exploração das actividades de alojamento, visitação e Turismo Equestre na Tapada do Ameiro.		Relatório de Avaliação	Avaliação Positiva	Não Atinge : 1 Atinge : 2	20%	1	0,20	Não Atinge
Desenvolver uma estratégia que conduza ao crescimento sustentado da visitação do EVOA, atingindo em 2017 um patamar de 10.000 visitantes/ano.		Relatório de Avaliação	Avaliação Positiva	Supera: 3	10%	2	0,20	Atinge
					30%		0,40	
Racionalização de recursos	(FSE + Gastos com Pessoal) / Volume de Negócios	Relatório e Contas	Valor ano n < valor ano n-1	> 105%: 1 100% ≤ x ≤ 105%: 2 < 100%: 3	15%	2	0,30	Atinge
Endividamento	Fornecedores / Volume de Negócios	Relatório e Contas	< 11%	> 11%: 1 11% ≤ x ≤ 10%: 2 < 10%: 3	10%	3	0,30	Supera
Potenciar o valor do património rústico e urbano	Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento / Total Projeitos	Relatório e Contas	> 23%	< 23%: 1 23% ≤ x ≤ 25%: 2 > 25%: 3	13%	3	0,39	Supera
Assegurar a sustentabilidade da Área Vitivinícola e Oleícola	Vendas	Relatório e Contas	Variação mínima de 5%	< 5%: 1 5% ≤ x ≤ 8%: 2 > 8%: 3	20%	3	0,60	Supera
Aumento da rentabilidade accionista	Resultado Líquido / Capital Próprio	Relatório e Contas	Variação mínima de 2%	< 2%: 1 2% ≤ x ≤ 4%: 2 > 4%: 3	12%	3	0,36	Supera
					70%		1,95	

Avaliação Global	Grav de Atingimento	Avaliação Global	2,35	Objectivos superados
Objectivos não cumpridos	1 < GC ≤ 1,50			
Objectivos cumpridos	1,50 < GC ≤ 1,75			
Objectivos superados	1,75 < GC ≤ 2			

### 5.2. Gestão do Risco Financeiro e Endividamento

Nos termos da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro e Ofício-Circular n.º 11157, de 2 de Dezembro de 2014 da DGFT:

Anos	2013	2014	2015
Encargos Financeiros (€)	0	321	116
Taxa Média de Financiamento (%)	--	--	--

Passivo Remunerado	2015	2014	2013	Variação 2015/2014	
	Valores (€)			Valor	%
Financiamentos obtidos (Correntes e Não Correntes)	0	0	0	0	--
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0	--
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	0	--
Endividamento Ajustado	0	0	0	0	--



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

### 5.3. Prazo Médio de Pagamentos

Conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril e definições do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de Maio:

PMP	2015	2014	Variação 2015/2014	
			Valor	%
Prazo (dias)	33	33	0	0%

A política de pagamentos da CL rege-se pelas seguintes duas regras base: são efectuados pagamentos regulares duas vezes por mês, onde são incluídas todas as facturas vencidas nessas datas; é optimizada a obtenção de descontos de pronto pagamento disponíveis.

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º do DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	--	--	--	--	--
Aquisição de Bens de Capital	--	--	--	--	--
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### 5.4. Recomendações do acionista na aprovação das contas de 2014

Na acta da Assembleia Geral, para apreciação do Relatório e Contas de 2014, realizada no dia 28 de Abril de 2015, o acionista não transmitiu quaisquer recomendações.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

## Companhia das Lezírias, S.A.

### 5.5. Remunerações

Durante o ano 2015 foram aplicadas, a todos os membros dos órgãos sociais e a todos os trabalhadores, as reduções remuneratórias em vigor, previstas na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro e na Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro.

#### 5.5.1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2015 (€)				Encargos Patronais	Seguro de Acidentes de Trabalho	Custo Total
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2) Lei 12-A/2010	Outras	Reversão Remuneratória (3)			
2012 - 2014	Presidente	Armando Sevinate Pinto	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2012 - 2014	Secretário	Sara Pereira	350,00	350,00	17,50	20,61	0,00	99,56	5,11	416,56
			850,00	350,00	17,50	20,61	0,00	99,56	5,11	416,56

#### 5.5.2. Conselho de Administração

**Prémios de gestão** - Aos membros do Conselho de Administração não foram definidos nem atribuídos quaisquer prémios de gestão, de acordo com o artigo 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
2015 - 2017	Presidente	António Saraiva	Assembleia Geral	28-04-2015
2015 - 2017	Vogal	Diogo Faria	Assembleia Geral	28-04-2015
2015 - 2017	Vogal	João Caldeira	Assembleia Geral	28-04-2015

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
António Saraiva	Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	Presidente da Direcção	Privado
António Saraiva	Orivárzea - Orizicultores do Ribatejo, S.A.	Vice-Presidente não executivo do Conselho de Administração	Privado
Diogo Faria	Associação de Criadores de Bovinos da Raça Preta	Presidente da Direcção	Privado
Diogo Faria	Tapada Nacional de Mafra	Presidente do Conselho Fiscal	Privado

**Acumulação de Funções** - Nas entidades em que são exercidas funções em regime de acumulação com o cargo de administrador da Companhia das Lezírias, conforme divulgado no Relatório de Governo Societário, não são auferidas quaisquer quantias.



DF  
Amig  
J.

Nome	Estatuto do Gestor Público				
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruto (€)		
			Vencimento mensal	Despesas de Representação	Data
António Saraiva	Sim	C	4.578,20	1.831,28	28-04-2015
Diogo Faria	Sim	C	3.662,56	1.465,03	28-04-2015
João Caldeira	Sim	C	3.662,56	1.465,03	28-04-2015

Membro do CA	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)		Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
				Lei 12-A/2010	Outras Reduções Remuneratórias		
António Saraiva	n.a.	86.070,16	86.070,16	4.303,46	8.176,67	1.635,46	75.225,49
Diogo Faria	n.a.	68.856,20	68.856,20	3.442,82	6.480,38	1.313,45	60.246,45
João Caldeira	n.a.	68.856,20	68.856,20	3.442,82	6.474,98	1.308,05	60.246,45
<b>Total</b>	<b>n.a.</b>	<b>223.782,56</b>	<b>223.782,56</b>	<b>11.189,10</b>	<b>21.132,03</b>	<b>4.256,96</b>	<b>195.718,39</b>

Membro do CA	Subsídio Refeição	Benefícios Sociais (€)					
		Regime de Protecção Social		Seguro Saúde	Seguro Vida	Outros	
		Identificação	Valor			Identificação	Valor
António Saraiva	n.a.	Seg. Social	18.440,67	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Diogo Faria	n.a.	Seg. Social	14.856,82	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
João Caldeira	n.a.	Seg. Social	14.842,06	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<b>Total</b>	<b>n.a.</b>		<b>48.139,55</b>	<b>n.a.</b>	<b>n.a.</b>	<b>n.a.</b>	<b>n.a.</b>

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
António Saraiva	80,00	475,01	
Diogo Faria	80,00	763,89	
João Caldeira	80,00	401,48	

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	N.º Prestações Contratuals Remanescentes
António Saraiva	Sim	Sim	33.605,08	Renting	2014	2018	554,61	6.681,21	29
Diogo Faria	Sim	Sim	32.063,07	Renting	2014	2018	501,98	5.815,30	29
João Caldeira	Sim	Sim	31.201,39	Renting	2014	2018	514,65	5.970,70	30



DF  
Amig  
J

Membro do CA	Gastos Anuais associados as Viaturas (€)					Observações
	Plafond Mensal Combustíveis e Portagens	Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
António Saraiva	391,44	2.733,12	1.299,25	229,99	n.a.	
Diogo Faria	313,15	2.588,00	1.169,80	1.135,61	n.a.	
João Caldeira	313,15	2.858,96	898,84	160,56	n.a.	

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		
				Identificar	Valor	
António Saraiva	398,27	499,05	456,89	n.a.	n.a.	1.354,21
Diogo Faria	n.a.	50,00	n.a.	n.a.	n.a.	50,00
João Caldeira	10,00	78,00	n.a.	n.a.	n.a.	88,00

### 5.5.3. Fiscalização – Revisor Oficial de Contas/Fiscal Único

Mandato (início - fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			Remuneração (€)		N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º de registo na C.M.V.M.	Forma	Data	Contratada	Limite Fixado	Contratado	
2015 - 2017	ROC	Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por José Carlos Nogueira Faria Matos	21 1034	20161380 20160648	Assembleia Geral	28-02-2012	Sim	14.400,00	14.400,00	2
2015 - 2017	ROC Suplente	Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por Joaquim Patrício da Silva	21 320	20161380 20160076	Assembleia Geral	28-02-2012	Sim	n.a.	n.a.	-

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor após Reduções (4) = (1)-(2)+(3)
Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por José Carlos Nogueira Faria Matos	14.400,00	750,00	150,00	13.800,00

### 5.5.4. Auditor Externo

A Companhia das Lezírias não tem auditor externo, nem legal ou estatutariamente é obrigada a ter.

### 5.5.5. Restantes trabalhadores

A todos os trabalhadores da Companhia das Lezírias foram aplicadas as reduções remuneratórias legais que vigoraram durante o ano de 2015.

Não se realizaram quaisquer valorizações remuneratórias.



Ami  
DF  
D

## **5.6. Artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público**

### **5.6.1. Cartões de Crédito e outros instrumentos de pagamento**

Aos membros do Conselho de Administração da Companhia das Lezírias não se encontra atribuída a utilização de cartões de crédito ou de qualquer outro instrumento de pagamento, tendo como objecto a realização de despesas ao serviço da empresa;

### **5.6.2. Despesas de representação**

Aos membros do Conselho de Administração da Companhia das Lezírias não foram reembolsadas quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

## **5.7. Despesas não documentadas**

De acordo com definido no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, a Companhia das Lezírias não efectua despesas que não se encontrem devidamente documentadas.

## **5.8. Relatório sobre remunerações**

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de Março, determina que é necessário intensificar medidas específicas que possam contrariar a tendência histórica de desigualdade salarial penalizadora para as mulheres, tendo em vista alcançar-se, também neste domínio em particular, uma efetiva igualdade de género.

Na Companhia das Lezírias, de um total de 99 trabalhadores 28 são mulheres e 71 homens. No que respeita a admissões e promoções existe uma efetiva igualdade de tratamento entre homens e mulheres.

Como se sabe, o sector agrícola é um sector em que há uma grande predominância de mão-de-obra masculina, sendo de realçar a percentagem de trabalhadoras femininas (cerca de 30% do total) na Companhia. Há muito tempo que está implementada uma política de meritocracia assente na qualidade e quantidade do trabalho desenvolvido, e não no género do trabalhador.



*[Handwritten signature and initials in blue ink]*

## **5.9. Contratação Pública**

### **5.9.1. Contratação Pública**

A Companhia das Lezírias, atendendo à natureza das suas actividades, comprovadamente com carácter industrial ou comercial, não se enquadra no tipo de entidades abrangidas pela legislação da contratação pública;

### **5.9.2. Procedimentos Internos para a Contratação de Bens e Serviços**

A generalidade das aquisições de bens e serviços são sujeitas a consulta aos operadores de mercado com o objectivo de assegurar a compra às melhores condições oferecidas pelo mercado;

### **5.9.3. Contratos e outros actos com valor superior a 5M €**

A Companhia das Lezírias não realizou quaisquer contratos ou outros actos de valor superior a 5.000.000,00 €, sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas (artigo 47.º da LOPTC).

## **5.10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção**

A Companhia das Lezírias adoptou um plano de acção para prevenir fraudes internas e externas traduzido no regulamento sobre Política de Gestão de Risco e Fraude, que se aplica a todos os colaboradores, qualquer que seja o seu vínculo laboral ou mandato em corpos sociais executivos ou não executivos, incluindo os das associações ou sociedades por si constituídas. Quer os trabalhadores quer os clientes e fornecedores podem ter acesso à última versão, efectuada em Junho de 2015, a Política de Gestão de Risco e Fraude, através do site de internet da CL em [www.cl.pt/Politica-Gestao-Risco-Fraude.pdf](http://www.cl.pt/Politica-Gestao-Risco-Fraude.pdf).

Até à data não foram registadas quaisquer ocorrências ou identificados riscos de ocorrência.

## **5.11. Sistema Nacional de Compras Públicas**

A Companhia das Lezírias, atendendo à natureza das suas actividades, comprovadamente com carácter industrial ou comercial, não se enquadra no tipo de entidades abrangidas pela legislação.



DF  
Ariq  
J.

## 5.12. Frota automóvel

Desde sempre que a Companhia das Lezírias tem pautado a sua actuação em matéria de gestão de frota automóvel numa perspectiva de contenção e adequação dos veículos às efectivas necessidades associadas a uma boa gestão das suas actividades, bem como de adequar, sem excessos, as categorias dos veículos ao objectivo concreto da sua utilização.

Como se pode comprovar no quadro apresentado no ponto seguinte, tem ainda sido possível promover alguma redução do número de viaturas, bem como, e consequentemente, reduzir os gastos associados à frota automóvel.

## 5.13. Medidas de redução de gastos operacionais

PRC	Meta	2015	2014	2013	2012	2011	2010	Variação 2015/2014		Variação 2015/2010	
								Absoluta	%	Absoluta	%
EBITDA		2.822.830	2.463.232	1.910.776	1.683.659	2.277.891	1.746.002	359.598	14,6	1.076.829	61,7
(1) CMVMC		3.065.787	2.846.918	2.940.959	2.565.931	2.529.571	2.729.871	218.869	7,7	335.917	12,3
(2) FSE		3.086.925	3.050.900	2.764.404	2.543.586	2.689.786	2.431.888	36.025	1,2	655.037	26,9
Deslocações / Estadas	em linha com 2014	35.862	30.739	28.893	27.747	29.198	30.458	5.123	16,7	5.404	17,7
Ajudas de custo	em linha com 2014	3.884	1.094	1.411	2.315	1.302	1.963	2.790	255,0	1.921	97,8
Comunicações	em linha com 2014	41.882	79.609	30.375	23.538	23.794	24.939	-37.727	-47,4	16.942	67,9
(3) Gastos com o pessoal		2.515.242	2.632.659	2.167.676	2.184.628	2.292.231	2.322.918	-117.417	-4,5	192.324	8,3
(3.1) dos quais indemnizações	n.a.	12.674	2.074	15.365	4.884	3.266	5.359	10.600	511,1	7.315	136,5
(4) Total Gastos = (1)+(2)-(3.1)		8.655.281	8.528.403	7.857.674	7.289.261	7.508.322	7.479.318	126.877	1,5	1.175.963	15,7
(5) Volume de Negócios		5.285.272	5.364.791	4.834.989	3.996.162	5.417.148	4.294.090	-79.519	-1,5	991.182	23,1
Peso dos Gastos no VN (4)/(5)		1,64	1,59	1,63	1,82	1,39	1,74	0,05	3,0	-0,10	-6,0
Número Trabalhadores		99	106	107	94	99	n.a	-7	-6,6	n.a	n.a
N.º Efectivos		95	101	99	84	88	n.a	-6	-5,9	n.a	n.a
N.º Cargos de Direcção		8	8	8	8	8	n.a	0	0,0	n.a	n.a
N.º Trabalhadores / Cargos Direcção		11,88	12,63	12,38	10,50	11,00	n.a	-0,75	-5,9	n.a	n.a
Viaturas											
N.º de viaturas	menor que 2014	46	47	49	n.a	n.a	n.a	-1	-2,1	n.a	n.a
Gastos com as viaturas	menor que 2014	312.933	326.691	344.505	n.a	n.a	n.a	-13.757	-4,2	n.a	n.a

A integração das atividades da extinta FAR, na Companhia das Lezírias, originou uma subida significativa nos custos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com o Pessoal), subida essa muito superior ao volume de negócios originado pela Coudelaria de Alter, conforme explicitado no Relatório e contas. De salientar igualmente que, desde 2012 até á data, o volume de atividade global da CL tem vindo a subir de uma forma consistente, o que implicou, naturalmente, um aumento dos gastos operacionais.



Relativamente aos gastos com pessoal há ainda que salientar o efeito, não recorrente, da variação das responsabilidades com complementos de reformas. No ano 2010 registou-se uma redução de € 111.869, em 2013 de € 363.429 e em 2015 de € 20.937. Registe-se ainda que em 2010 e 2011 um dos administradores era pago através de factura apresentada pela empresa de origem, no montante de € 107.046 € e € 78.220, respectivamente. Estes valores foram contabilizados em fornecimentos e serviços externos.

Em relação ao número de trabalhadores, não fora a integração de quadros da Fundação Alter Real, o número total de trabalhadores em 31/12/2015 seria de 85, representando uma redução de 9% em relação ao ano de 2012.

Comparativamente com 31/12/2014, fruto das políticas prosseguidas, ainda registámos uma redução do número de trabalhadores. Diminuíram 7 efectivos, ou seja, -7%. Atingido o actual índice de emprego, face ao nível de actividade desenvolvida, é já razoável considerar-se que o número de trabalhadores alcançou um registo adequado.

De sublinhar o crescimento do EBITDA, de € 2.463.232 para € 2.822.830, isto é, mais € 359.598 (+14,6%), induzido pelos factores explicados ao longo deste relatório.

Naturalmente que, com este comportamento do EBITDA, o nível de alguns custos, por si já diminutos na nossa estrutura de gastos, sofreram alguma evolução em sentido contrário aos objectivos estabelecidos, designadamente no que toca às Deslocações e estadas e Ajudas de custo. No entanto, consideramos estarem perfeitamente em linha com a actividade da empresa e encontram-se devidamente enquadrados e justificados.

Por último, registámos este ano um aumento do peso dos Gastos operacionais no Volume de Negócios, induzido por dois factores. O primeiro, relacionado com o incremento da actividade, bem espelhado no valor do EBITDA. O outro, decorrente do próprio sector de actividade, em que é normal registarem-se picos de gastos influenciados por factores relacionados com a própria natureza.

#### **5.14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado**

A Companhia das Lezírias cumpre com o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, efectuando todas as suas aplicações junto do IGCP.

#### **5.15. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas**

A Companhia das Lezírias não foi objecto de qualquer auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, nem foi objecto de qualquer tipo de recomendação.



### 5.16. Informação a constar no Site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Actualização	
Estatutos actualizados	S		
Caracterização da Empresa	S		
Função de tutela e accionista	S		
<b>Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:</b>			
Identificação dos órgãos sociais	S		
Estatuto remuneratório fixado	S		
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgão Sociais	S		
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgão Sociais	S		
<b>Esforço Financeiro Público</b>	N.A.		
Ficha Síntese	S		
Informação Financeira histórica e actual	S		
<b>Princípios de Bom Governo</b>			
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	N.A.		
Transações Relevantes com entidades relacionadas	S		
Outras transacções	S		
<b>Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios</b>			
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
<b>Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo</b>	S		
<b>Código de Ética</b>	S		



## 5.17. Sistematização do cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
<b>Objectivos de Gestão / Planos de Actividades e Orçamento</b>			
Execução das tarefas necessárias à concretização da cessão de exploração das actividades de alojamento, visitação e Turismo Equestre na Tapada do Arneiro.	N		Ver ponto 6.1
Desenvolver uma estratégia que conduza ao crescimento sustentado da visitação do EVOA, atingindo em 2017 um patamar de 10.000 visitantes/ano.	S	2014 - 4.499; 2015 - 7.684 2016 - 9.000; 2017 - 10.000	Ver ponto 6.1
Racionalização de recursos	S	100,1%	Ver ponto 6.1
Endividamento	S	5,6%	Ver ponto 6.1
Potenciar o valor do património rústico e urbano	S	26,8%	Ver ponto 6.1
Assegurar a sustentabilidade da Área Vitivinícola e Oleícola	S	18,9%	Ver ponto 6.1
Aumento da rentabilidade accionista	S	22,3%	Ver ponto 6.1
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	N.A.		Ver ponto 6.2
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>	S	0%	Ver ponto 6.2
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>	S	0	Ver ponto 6.3
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>	S	Não há atrasos	Ver ponto 6.3
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas</b>			
O acionista não transmitiu quaisquer recomendações	N.A.		Ver ponto 6.4
<b>Remunerações</b>			
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 82-B/2014	S		Ver ponto 6.5.2
Órgãos Sociais - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	S	28.702 €	Ver pontos 6.5.1, 6.5.2 e 6.5.3
Auditor Externo - redução e reversão remuneratória nos termos do art.º 75.º da Lei 82-B/2014	N.A.		Ver ponto 6.5.4
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	S	23.134 €	Ver ponto 6.5.5
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38.º da Lei 82-B/2014	S		Ver ponto 6.5.5
<b>EGP - artigo 32.º</b>			
Não utilização de cartões de crédito	S		Ver ponto 6.6.1
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Ver ponto 6.6.2
<b>Despesas não documentadas - n.º 2 do artigo 15.º do DL n.º 133/2013</b>			
Proibição de realização de despesas não documentadas	S		Ver ponto 6.7
<b>Promoção da Igualdade Salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b>			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		Ver ponto 6.8
<b>Contratação Pública</b>			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	N.A.		Ver ponto 6.9.1
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		Ver ponto 6.9.3
<b>Prevenção da corrupção - n.º 1 do artigo 46.º do DL n.º 133/2013</b>			
Elaboração e divulgação do relatório anual	S		Ver ponto 6.7
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>	N.A.		Ver ponto 6.15
<b>Parque Automóvel</b>			
N.º de Viaturas	S	-1	Ver ponto 6.13
Gastos com viaturas	S	-13.757 €	Ver ponto 6.13
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei 82-B/2014)</b>	S		Ver ponto 6.13
<b>Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei 82-B/2014)</b>			
N.º de Trabalhadores	S	-7 ; -6,6%	Ver ponto 6.13
Volume de Negócios / N.º de Trabalhadores	S	+2.775 € ; +5,5%	Ver ponto 6.13
N.º de Cargos Dirigentes	S	0 ; 0%	Ver ponto 6.13
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 125.º da Lei 82-B/2014 e artigo 28.º do DL 133/2013)</b>			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	100% em 31/12/2015	Ver ponto 6.14



### 5.18. Grelha de avaliação das Práticas de Boa Governação Societária

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
<b>I.</b>	<b>Sumário Executivo</b>						
1.	A síntese ou sumário executivo deve permitir a fácil perceção do conteúdo do relatório.	x		x		3	
<b>II.</b>	<b>Missão, Objetivos e Políticas</b>						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	x		x		4	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	x		x		4	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	x		x		5	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	x		x		5	
<b>III.</b>	<b>Estrutura de Capital</b>						
1.	Estrutura de capital	x		x		6	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	x		x		6	
3.	Acordos parassociais.	x		x		6	
<b>IV.</b>	<b>Participações Sociais e Obrigações detidas</b>						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	x		x		7	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	x		x		7	
3.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	x		x		7	
4.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	x		x		7	
<b>V.</b>	<b>Órgãos Sociais e Comissões</b>						
<b>A.</b>	<b>Mesa da Assembleia Geral</b>						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	x		x		8	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	x		x		8	
<b>B.</b>	<b>Administração e Supervisão</b>						
1.	Modelo de governo adotado	x		x		9	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	x		x		9	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	x		x		9	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	x		x		9	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	x		x		9	
6.	Apresentação de declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse	x		x		11	
7.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	x		x		11	
8.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	x		x		11	
9.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	x		x		12	
<b>C.</b>	<b>Fiscalização</b>						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	x		x		12	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	x		x		12	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.		x		x	--	
4.	Funcionamento da fiscalização.		x		x	--	



DF  
Amg  
J

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
<b>D.</b>	<b>Revisor Oficial de Contas</b>						
1.	Identificação do ROC, SROC.	x		x		13	
2.	Indicação das limitações, legais.	x		x		13	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	x		x		14	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	x		x		14	
<b>E.</b>	<b>Auditor Externo</b>						
1.	Identificação.	x		x		14	
2.	Política e periodicidade da rotação.		x		x	--	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.		x		x	--	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.		x		x	--	
<b>VI.</b>	<b>Organização Interna</b>						
<b>A.</b>	<b>Estatutos e Comunicações</b>						
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	x		x		15	
2.	Comunicação de irregularidades.	x		x		15	
3.	Indicação das políticas antifraude.	x		x		15	
<b>B.</b>	<b>Controlo interno e gestão de riscos</b>						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	x		x		15	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	x		x		16	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	x		x		16	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	x		x		16	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	x		x		16	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	x		x		16	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	x		x		17	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	x		x		17	
<b>C.</b>	<b>Regulamentos e Códigos</b>						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	x		x		17	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	x		x		17	
3.	Referência à existência de planos de acção para prevenir fraudes.	x		x		17	
<b>D.</b>	<b>Deveres especiais de informação</b>						
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita.	x		x		17	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita.	x		x		17	
<b>E.</b>	<b>Sítio de Internet</b>						
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	x		x		18	
<b>F.</b>	<b>Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral</b>						
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral	x		x		18	
2.	Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável.	x		x		19	
<b>VII.</b>	<b>Remunerações</b>						
<b>A.</b>	<b>Competência para a Determinação</b>						
1.	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	x		x		20	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade	x		x		20	
3.	Apresentação de declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.	x		x		20	
<b>B.</b>	<b>Comissão de Fixação de Remunerações.</b>						
	Composição.	x		x		20	
<b>C.</b>	<b>Estrutura das Remunerações</b>						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	x		x		20	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	x		x		20	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	x		x		20	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	x		x		21	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	x		x		21	
6.	Regimes complementares de pensões.	x		x		21	



Amig DF  
J

Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
	Sim	Não	Sim	Não		
<b>D. Divulgação das Remunerações</b>						
1. Indicação do montante anual da remuneração auferida.	x		x		21	
2. Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	x		x		21	
3. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	x		x		22	
4. Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	x		x		22	
5. Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	x		x		22	
6. Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	x		x		22	
<b>VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras</b>						
1. Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	x		x		23	
2. Informação sobre outras transações.	x		x		24	
<b>IX. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental</b>						
1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	x		x		25	
2. Políticas prosseguidas.	x		x		25	
3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:						
a) Responsabilidade social	x		x		25	
b) Responsabilidade ambiental	x		x		26	
c) Adoção de planos de igualdade	x		x		26	
d) Princípio da Igualdade do Género	x		x		26	
e) Políticas de recursos humanos	x		x		26	
f) Responsabilidade económica.	x		x		26	
<b>X. Avaliação do Governo Societário</b>						
1. Cumprimento das Recomendações	x		x		27	
2. Outras informações	x		x		27	
<b>XI. Anexos ao RGS</b>						
1. Acta em que haja sido deliberada a aprovação do RGS	x		x		28	
2. Declarações dos artigos 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013	x		x		29	
3. Declarações dos artigos 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013	x		x		30	
4. Relatório do órgão de fiscalização	x		x		33	
Ata de aprovação dos documentos de prestação contas e RGS		x		x		Ver SIRIEF



## 6. PERSPECTIVAS FUTURAS

A Companhia das Lezírias continuará a ser, no futuro, a maior referência no sector agrícola, pecuário e florestal nacional.

Não só pela sua dimensão, como também pela qualidade da sua gestão técnica e operacional nos vários domínios da sua actividade, como aliás tem sido bem demonstrado pelos resultados obtidos ao longo dos últimos anos.

Alicerçada na qualidade e permanência dos seus recursos humanos, a Companhia das Lezírias continuará a prosseguir uma política de aumentos de produtividade, de melhoria sustentada na qualidade dos produtos nela produzidos, e de contínuo melhoramento no relacionamento com os seus actuais e futuros clientes e fornecedores.

Proseguir-se-á o excelente relacionamento com o vasto e importantíssimo *network* que são os rendeiros da Companhia.

Continuará a Companhia das Lezírias a ter as habituais preocupações de preservação do seu vasto património fundiário e imobiliário.

Para 2016 e anos seguintes, prevê a Companhia das Lezírias, a manutenção da tendência bem consolidada, de crescimento dos lucros líquidos com maior expressão em 2017, 2018 e anos posteriores, caso se mantenham inalteradas as regras de atribuição de ajudas à agricultura no quadro da actual PAC.



Amig  
D  
/

## 7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado líquido apurado no período foi de 1.327.620,07 Euros (um milhão trezentos e vinte e sete mil seiscientos e vinte euros e sete cêntimos).

Os incrementos da aplicação do justo valor registados no período foram de 852.435,31 Euros (oitocentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e trinta e cinco euros e trinta e um cêntimos).

Em face do resultado obtido, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo em consideração o disposto no artigo 32.º do Código das Sociedade Comerciais e considerando o disposto nos artigos 294.º e 295.º do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 21.º dos Estatutos, o Conselho de Administração propõe, para aprovação pela Assembleia Geral, a seguinte aplicação do Resultado Líquido do Período de 2015:

Reservas livres .....	850.000,00 Euros
Dividendos .....	475.000,00 Euros
Resultados Transitados .....	2.620,07 Euros



Companhia das Lezírias, S.A.

Assinatura

---

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Companhia das Lezírias obteve em 2015, um lucro líquido no valor de 1.327.620 euros, apesar da absorção da Coudelaria de Alter a partir de Agosto de 2013, e do início da actividade do EVOA, igualmente em 2013, sendo ambas as actividades significativamente deficitárias.

Apraz-nos registar que este resultado líquido de 1.327.620 euros é o maior de sempre da Companhia das Lezírias.

Estes resultados só foram possíveis graças ao empenhamento dos trabalhadores e dos colaboradores da Companhia das Lezírias, que foram incedíveis em dedicação e empenho. A todos eles o nosso agradecimento muito especial.

Uma palavra também muito especial de agradecimento ao nosso Accionista Parpública (SGPS), S.A. e ao Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, pelo apoio sempre prestado no desenrolar da actividade da CL.

Um agradecimento também é devido a todas as Instituições com as quais mantemos relações no desenrolar da nossa actividade.

Estamos ainda reconhecidos às Autarquias Locais – Câmara Municipal de Benavente, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Salvaterra de Magos e Junta de Freguesia de Samora Correia – por toda a colaboração prestada e todo o bom relacionamento institucional.



Companhia das Lezírias, S.A.

---

Aos nossos clientes, rendeiros, fornecedores, bancos, seguradoras e outros parceiros de negócio manifestamos o nosso apreço pelo bom relacionamento existente.

Ao nosso Revisor Oficial de Contas – Dr. José Carlos Nogueira Faria Matos agradecemos o empenho e a competência com que acompanhou a gestão da CL, durante o ano de 2015.

Samora Correia, 11 de Março de 2016

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Miguel Semedo Pimentel Saraiva  
(Presidente)

Diogo Supico de Faria e Silva  
(Vogal)

João Carlos Caldeira Gonçalves  
(Vogal)



Companhia das Lezírias, S.A.

---

*Amij*

**DEMONSTRACÕES FINANCEIRAS**  
**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**  
**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
[Handwritten signatures]

## Índice

BALANÇO .....	2
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS .....	4
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO .....	5
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	6
ANEXO .....	7
1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.....	7
2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	8
3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	9
4 – FLUXOS DE CAIXA .....	25
5 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....	26
6 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	29
7 – ACTIVOS INTANGÍVEIS .....	32
8 – AGRICULTURA.....	35
9 – PARTES RELACIONADAS.....	44
10 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL .....	47
11 – OUTROS INVESTIMENTOS .....	48
12 – INVENTÁRIOS.....	49
13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	50
14 – DIFERIMENTOS .....	51
15 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS .....	52
16 – CAPITAL PRÓPRIO .....	54
17 – ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS .....	55
18 – RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO.....	56
19 – LOCAÇÕES.....	56
20 – RÉDITO.....	57
21 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	57
22 – GASTOS COM O PESSOAL .....	58
23 – IMPARIDADE DE ACTIVOS.....	59
24 – AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR .....	59
25 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	60
26 – OUTROS GASTOS E PERDAS.....	60
27 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E DE AMORTIZAÇÕES.....	61
28 – JUROS, DIVIDENDOS, RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES.....	62
29 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	63
30 – ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES.....	64



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
Aurij

## BALANÇO

31 de Dezembro de 2015

Unidade monetária: EURO

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2015	31-12-2014
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	16.236.811	16.598.676
Propriedades de investimento	6	7.358.240	7.361.375
Activos intangíveis	7	686.375	695.884
Activos biológicos	8	2.323.922	2.823.686
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10	2.067.957	1.957.435
Participações financeiras - outros métodos	11	66.121	66.121
Outros activos financeiros	11	3.046	2.696
Activos por impostos diferidos	17	793.691	792.153
<b>Total do activo não corrente</b>		<b>29.536.164</b>	<b>30.298.026</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	12	1.248.504	1.419.758
Activos biológicos	8	3.340.536	755.775
Clientes	13	1.300.523	2.193.360
Adiantamentos a fornecedores	13	6.240	
Estado e outros entes públicos	15	89.679	578.906
Accionistas/sócios	13	77.591	0
Outras contas a receber	13	5.263.711	3.907.150
Diferimentos	14	25.655	32.032
Caixa e depósitos bancários	4	4.854.420	4.141.580
<b>Total do activo corrente</b>		<b>16.206.860</b>	<b>13.028.561</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>45.743.024</b>	<b>43.326.587</b>



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
Arij

## BALANÇO

31 de Dezembro de 2015

Unidade monetária: EURO

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2015	31-12-2014
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	9	5.000.000	5.000.000
Reservas legais	16	1.520.000	1.520.000
Outras reservas	16	11.349.601	10.785.601
Resultados transitados	16	2.250.241	911.977
Ajustamentos em activos financeiros	16	364.122	366.326
Excedentes de revalorização	16	18.852.068	18.852.068
Outras variações no capital próprio	16	904.629	840.759
Resultado líquido do período		1.327.620	1.025.984
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>41.568.281</b>	<b>39.302.715</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	18	2.323.074	2.344.011
Passivos por impostos diferidos	17	720.643	277.990
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>3.043.717</b>	<b>2.622.001</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	310.818	539.780
Estado e outros entes públicos	15	210.931	256.439
Outras contas a pagar	13	516.973	496.332
Diferimentos	14	92.304	109.320
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>1.131.026</b>	<b>1.401.871</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>4.174.743</b>	<b>4.023.872</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<b>45.743.024</b>	<b>43.326.587</b>



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
Arij

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2015

Unidade monetária: EURO

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	20	5.285.272	5.364.791
Subsídios à exploração	8	2.106.044	2.032.127
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	190.325	198.067
Variação nos inventários da produção	12	-1.946.301	-1.951.124
Trabalhos para a própria entidade		14.363	66.195
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-3.065.787	-2.846.918
Fornecimentos e serviços externos	21	-3.086.925	-3.050.900
Gastos com o pessoal	22	-2.515.242	-2.632.659
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	5.710	-21.066
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	23		858
Aumentos/reduções de justo valor	24	2.925.189	2.674.748
Outros rendimentos e ganhos	25	3.134.949	2.910.235
<i>Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento</i>		2.702.150	2.421.679
<i>Juros obtidos</i>		17.251	26.116
<i>Outros rendimentos e ganhos</i>		415.548	462.440
Outros gastos e perdas	26	-224.767	-281.122
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2.822.830</b>	<b>2.463.232</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	-1.161.303	-1.178.557
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1.661.527</b>	<b>1.284.675</b>
Juros e gastos similares suportados	28	-116	-321
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1.661.411</b>	<b>1.284.354</b>
Imposto sobre o rendimento do período	29	-333.791	-258.369
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1.327.620</b>	<b>1.025.984</b>



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
Amig

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**  
31 de Dezembro de 2015

Unidade monetária: EURO

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição no início do período (01-01-2015)		5.000.000	1.520.000	10.785.601	911.977	366.326	18.852.068	840.759	1.025.984	39.302.715
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>		0	0	564.000	1.338.264	-2.204	0	63.870	-565.984	1.397.947
Ajustamentos por impostos diferidos	8 e 17				-387.952			-18.543		-406.495
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	8 e 16			564.000	1.726.216	-2.204		82.414	-565.984	1.804.442
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>									1.327.620	1.327.620
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>									761.636	2.725.567
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>									-460.000	-460.000
Distribuições	16								-460.000	-460.000
Posição no fim do período (31-12-2015)		5.000.000	1.520.000	11.349.601	2.250.241	364.122	18.852.068	904.629	1.327.620	41.568.281

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição no início do período (01-01-2014)		5.000.000	1.520.000	10.240.601	973.653	324.251	18.852.068	945.178	667.946	38.523.697
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>		0	0	545.000	-61.676	42.075	0	-104.419	-545.946	-124.966
Ajustamentos por impostos diferidos	17				-62.622			62.622		0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16			545.000	946	42.075		-167.041	-545.946	-124.966
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>									1.025.984	1.025.984
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>									480.039	901.018
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>									-122.000	-122.000
Distribuições	16								-122.000	-122.000
Posição no fim do período (31-12-2014)		5.000.000	1.520.000	10.785.601	911.977	366.326	18.852.068	840.759	1.025.984	39.302.715



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
A. Amig

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2015

Unidade monetária: EURO

Rubricas	Notas	Períodos	
		2015	2014
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		6.253.449	4.855.624
Pagamentos a fornecedores		5.688.474	5.750.314
Pagamentos ao pessoal		2.348.637	2.447.863
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-1.783.662</b>	<b>-3.342.553</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-20.844	-175.904
Outros recebimentos/pagamentos		3.375.876	3.500.595
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>1.571.370</b>	<b>-17.861,67</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		714.147	951.109
Investimentos financeiros			311
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		37.915	35.912
Activos intangíveis e Investimentos financeiros		167	19
Outros activos		53.419	118.516
Subsídios ao investimento		216.017	25.316
Juros e rendimentos similares		11.994	22.527
Dividendos			113.265
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>-394.636</b>	<b>-635.866</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Juros e gastos similares		3.893	10.476
Dividendos		460.000	122.000
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>-463.893</b>	<b>-132.476</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>712.840</b>	<b>-786.204</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	4.141.580	4.927.784
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4.854.420	4.141.580



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

DF  
J. Amig

## ANEXO

### 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

#### 1.1 – Designação da entidade

Companhia das Lezírias, S.A.

#### 1.2 – Sede

Largo 25 de Abril, n.º 17, em Samora Correia

#### 1.3 – Natureza da actividade

As origens da Companhia das Lezírias remontam a 25 de Junho de 1836, quando foi fundada a Companhia das Lezírias do Tejo e Sado por aquisição em hasta pública de terras da Coroa.

Em 1975, na sequência da conjuntura revolucionária então vivida, a Companhia das Lezírias do Tejo e Sado foi nacionalizada, pelo Decreto-Lei n.º 628/75, de 13 de Novembro.

Foi transformada em empresa pública, através da publicação do Decreto-Lei n.º 123/78, de 15 de Novembro, assumindo então a designação de Companhia das Lezírias, E.P.

Alterou a forma jurídica para Sociedade Anónima, através do Decreto-Lei n.º 182/89, de 31 de Maio, passando a designar-se Companhia das Lezírias, S.A.

A Companhia das Lezírias tem por objecto principal a exploração agrícola, pecuária e florestal do seu património, bem como a industrialização e comercialização dos respectivos produtos.

Pode exercer ainda outras actividades relacionadas com o seu objecto principal, nomeadamente na área do agro-turismo, aproveitamento de património não afecto à exploração agrícola, pecuária e florestal e industrialização e comercialização de produtos.

Poderá colaborar com os serviços técnicos oficiais no domínio do crédito agrícola, da experimentação, melhoramento vegetal e animal e extensão agrícola, podendo participar em convénios com entidades nacionais ou estrangeiras de natureza pública ou privada na prossecução do objecto social.

##### 1.3.1 – Coudelaria de Alter - transferência de competências para a Companhia das Lezírias

A Fundação Alter Real foi extinta com a publicação do Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de Novembro. Nos termos deste decreto, o Estado, atendendo à natureza das actividades desenvolvidas pela Companhia das Lezírias, considerou que parte das competências que havia delegado na Fundação Alter Real através do Decreto-Lei n.º 48/2007, de 27 de Fevereiro, eram transferidas para a Companhia das Lezírias, designadamente as relativas à preservação do património genético animal da raça Lusitana, permitindo concentrar apenas numa entidade a gestão de todas as coudelarias detidas pelo Estado, sem prejuízo da gestão empresarial da Companhia das Lezírias.



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
Am  
Am

## 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, face ao previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilístico correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro.

Os instrumentos legais do SNC, aplicáveis às presentes demonstrações financeiras, são os seguintes:

Estrutura conceptual	Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro
Normas contabilísticas e de relato financeiro	Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro
Normas interpretativas 1 e 2	Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro
Modelos de demonstrações financeiras	Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro
Código de contas	Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, que transpõe para o ordenamento jurídico português a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, foi publicada diversa legislação, que revoga os instrumentos legais acima descritos e publica novos, que se aplicam aos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Não foram avaliados em detalhe os eventuais impactos das referidas alterações nas demonstrações financeiras da Companhia das Lezírias, os quais não se preveem relevantes.

### 2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que tenham sido derogadas

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

### 2.3 – Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores relativos ao período findo em 31 de Dezembro de 2014 apresentados nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os valores do presente exercício.

### 2.4 – Aprovação das contas

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 11 de Março de 2016. O Conselho de Administração considera que refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

DF  
A. Cruz

### 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Companhia das Lezírias, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

##### 3.1.1 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

###### Mensuração ao custo

Os activos fixos tangíveis da Companhia das Lezírias encontram-se valorizados ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e, quando se justificar, das perdas por imparidade acumuladas.

No reconhecimento inicial de um activo é considerado como custo: i. o seu preço de compra; ii. quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e iii. a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Os gastos directos relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção de activos da Empresa são capitalizados no activo tangível. Esta capitalização é efectuada em função dos recursos internos utilizados e dos tempos dispêndios, por contrapartida de trabalhos para a própria empresa.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis, somente quando for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia das Lezírias. Todos os dispêndios com a manutenção e reparação são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

São reconhecidos como Equipamentos biológicos os animais e plantas vivos que reúnam os requisitos de reconhecimento como investimento e que não se enquadrem na NCRF 17 – Agricultura, isto é, que não se destinem a actividades agrícolas. Correspondem a estas definições os animais que são utilizados enquanto animais de trabalho.



Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
Amig

### Depreciações

Os terrenos não são sujeitos a depreciação.

Os restantes activos fixos tangíveis, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	5 a 10 anos
Edifícios e outras construções	4 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 16 anos
Equipamento de transporte	4 a 7 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Equipamentos biológicos	8 anos
Outros activos tangíveis	4 a 10 anos

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. A empresa reconhece as perdas por imparidade em resultados do período.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos os custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A quantia escriturada de um activo fixo tangível é desreconhecida: i. no momento da alienação, ou ii. quando não se espere benefícios económicos futuros do seu uso ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um item do activo fixo tangível i. é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido e ii. é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

DF  
Arij

### 3.1.2 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (NCRF 11)

As propriedades de investimento da Companhia das Lezírias são constituídas pelos imóveis detidos com o objectivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas.

#### **Mensuração ao custo**

As propriedades de investimento da Companhia das Lezírias encontram-se valorizadas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e, quando se justificar, das perdas por imparidade acumuladas.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com os requisitos da NCRF 7 - Activos fixos tangíveis. Quando as propriedades de investimento satisfaçam os critérios de classificação como detidas para venda, passam a ser mensuradas de acordo com os critérios da NCRF 8 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.

Os custos suportados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros, impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

As propriedades de investimento são desreconhecidas i. na alienação, ou ii. quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

DF  
J. Amis

### 3.1.3 – ACTIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Um Activo intangível é reconhecido se, e apenas se: (i) for provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao activo fluam para a Companhia das Lezírias; e (ii) o custo do activo possa ser fiavelmente mensurado.

#### **Mensuração ao custo**

Os activos intangíveis são mensuradas pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e, quando se justificar, de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha recta.

Os custos suportados com activos intangíveis são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

Os activos intangíveis são desreconhecidos i. no momento da alienação, ou ii. quando não se esperam benefícios económicos futuros do seu uso ou alienação.



Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
A. Aguiar

### 3.1.4 – ACTIVOS BIOLÓGICOS E PRODUTOS AGRÍCOLAS (NCRF 17)

São reconhecidos como activos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na actividade agrícola e os produtos agrícolas no ponto da colheita.

Para adequação aos instrumentos legais do SNC, os activos biológicos são tratados em dois grandes grupos: activos biológicos de produção e activos biológicos consumíveis.

#### 3.1.4.1 – Activos Biológicos de Produção

São reconhecidos como activos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na actividade agrícola, a partir dos quais são obtidos produtos agrícolas.

Foram reconhecidos como activos biológicos de produção as plantações florestais, essencialmente o montado de sobro e o pinhal manso, a vinha, o olival e os animais reprodutores.

#### Mensuração ao custo

Os activos biológicos de produção que sejam plantas – montado de sobro, pinhal manso, vinha e olival – foram mensurados pela Companhia das Lezírias segundo o modelo do custo. Tal opção foi tomada por se considerar que, as formas possíveis de valorizar este conjunto de activos pelo modelo do justo valor apresentam limitações severas na sua determinação. Não existem indicadores de mercado fiáveis e as formas alternativas conduzem a resultados que se consideram pouco claros numa perspectiva global de análise e de condução dos negócios da empresa.

Este conjunto de activos biológicos – montado de sobro, pinhal manso, vinha e olival – é valorizado ao custo tendo em consideração o disposto na NCRF 7 – Activos fixos tangíveis.

O valor de custo é deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e, quando se justificar, das perdas por imparidade acumuladas.

#### Depreciações

Os activos biológicos de produção, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Activos biológicos de produção	Vida útil estimada
Montado de sobro e pinhal manso	--
Olival	25 anos
Vinha	20 anos



Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

*A evolução dos normativos internacionais vem confirmar a perspectiva que vimos defendendo. O EFRAG (European Financial Reporting Advisory Group), em Setembro de 2014, propôs a adopção das alterações introduzidas pelo IASB (International Accounting Standards Board), em Junho de 2014, que preconiza o tratamento das plantas destinadas à produção, designadas como "Bearer Plants", no âmbito da IAS 16 – Activos fixos tangíveis e o produto agrícola em crescimento, como activo biológico, no âmbito da IAS 41 - Agricultura.*

*O EFRAG considerou, na sua proposta de adopção, que estas alterações permitem uma prática contabilística mais prudente.*

*O processo de adopção por parte da União Europeia culminou em 24 de Novembro de 2015, com a publicação do Regulamento (EU) 2015/2113 da Comissão no Jornal Oficial da União Europeia. As alterações introduzidas produzem efeitos a partir dos exercícios que comecem em 1 de janeiro de 2016, mas com possibilidade de aplicação anterior.*

### **Mensuração ao justo valor**

Os activos biológicos de produção que sejam animais, quando assim reconhecidos, são mensurados pela Companhia das Lezírias pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um activo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda de um activo biológico são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surjam.

#### **3.1.4.2 – Activos Biológicos Consumíveis**

São reconhecidos como activos biológicos os animais ou plantas vivos que estão para ser colhidos como produtos agrícolas ou vendidos como activos biológicos.

Foram reconhecidos como activos biológicos de produção as plantações florestais, essencialmente o pinhal bravo e a cortiça em crescimento, em linha com o anteriormente referido, e os animais destinados à produção de carne ou detidos para venda.

### **Mensuração ao justo valor**

Os activos biológicos consumíveis são mensurados pela Companhia das Lezírias pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda.

Os produtos agrícolas são mensurados pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. Tal mensuração é o custo nessa data para efeitos de registo em inventários para aplicação, a partir desse momento, da NCRF 18 – Inventários.

DF  
Amir



Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

DF  
Aur

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um activo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda de um activo biológico são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surjam.

Um ganho ou perda que surja no reconhecimento inicial do produto agrícola pelo justo valor menos custos estimados no ponto de venda são incluídos no resultado líquido do período em que surgem.

### 3.1.4.3 – Subsídios do Governo

Um subsídio do Governo não condicional que se relacione com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda é reconhecido como rendimento quando o subsídio do Governo se torne recebível.

Se um subsídio do Governo relacionado com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda for condicional, a Companhia das Lezírias reconhece o subsídio como rendimento somente quando sejam satisfeitas as condições a ele associadas.



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

DF  
[Handwritten signatures]

### 3.1.5 – IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS, PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO, ACTIVOS INTANGÍVEIS, E ACTIVOS BIOLÓGICOS (NCRF 12)

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis, das propriedades de investimentos (valorizadas ao custo), dos activos intangíveis e dos activos biológicos de produção (valorizados ao custo), com o objectivo de determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. A quantia recuperável é a quantia mais alta de entre i. o justo valor de um activo ou, ii. a unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso.

Quando a quantia recuperável de um activo for menor do que a sua quantia escriturada, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é reconhecida nos resultados, a não ser que o activo seja escriturado pela quantia revalorizada de uma outra Norma. Qualquer perda por imparidade de um activo revalorizado deve ser tratada como decréscimo de revalorização de acordo com essa outra Norma.

A Companhia das Lezírias, à data de cada relato, avalia se há qualquer indicação de que uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores relativamente a um activo possa já não existir ou possa ter diminuído. Se tal indicação existir, é estimada a quantia recuperável desse activo. A perda por imparidade é revertida, através do aumento da quantia escriturada do activo até à sua quantia recuperável. Este aumento é uma reversão de uma perda por imparidade.



Companhia das Lezírias, S.A.

**Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015**

---

DF  
A  
A

### 3.1.6 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS (NCRF 13)

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas são registados de acordo com o método de equivalência patrimonial.

Inicialmente as participações são reconhecidas pelo custo e posteriormente ajustado, em cada período após a aquisição, proporcionalmente ao valor da participação, em função das alterações verificadas nos capitais próprios dessas empresas.

Para efeitos de classificação das participações da Companhia das Lezírias, consideraram-se os seguintes grupos:

- Empresas subsidiárias: participações onde se detém o controlo da gestão;
- Empresas associadas: participações sobre as quais tem influência significativa. Considerou-se influência significativa o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das participadas mas que não constitui controlo sobre essas políticas. Abrange as participações onde se detém entre 20% e 50% do capital social;
- Outras empresas: participações de valor inferior a 20% do capital social.

Os investimentos financeiros noutras empresas e noutros activos financeiros são registados pelo seu valor de aquisição menos perdas por imparidade acumuladas.

A Companhia das Lezírias verifica em cada data de relato se existe evidência de imparidade em investimentos financeiros.



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

DF  
A  
A

### 3.1.7 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa e corresponde à soma algébrica dos impostos correntes com os impostos diferidos.

#### 3.1.7.1 – Impostos Correntes

O imposto corrente é a quantia a pagar ou a recuperar dos impostos sobre o rendimento do período, calculada sobre o lucro ou prejuízo tributável dum período de acordo com a matéria colectável estimada com base nas leis e taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovada, à data do balanço.

#### 3.1.7.2 – Impostos Diferidos

Os impostos diferidos são calculados para as diferenças temporárias entre a quantia escriturada de um activo ou de um passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo mensurados pela aplicação das taxas e leis fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovada, à data do balanço.

A mensuração de activos e passivos por impostos diferidos reflecte as consequências fiscais que se seguem derivadas da maneira pela qual a Companhia das Lezírias espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Um activo por impostos diferidos é reconhecido para as diferenças temporárias dedutíveis que possam reverter para a Companhia das Lezírias. O reconhecimento verifica-se enquanto existam expectativas razoáveis de no futuro existirem lucros tributáveis disponíveis para utilizar estes activos por impostos diferidos. A quantia escriturada de um activo por impostos diferidos é anualmente revista à data de balanço.



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

DF  
A. Aires

### 3.1.8 – INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários devem ser mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo dos inventários incluiu todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actuais.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para efectuar a venda.

O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Os inventários relacionados com produtos agrícolas colhidos de activos biológicos são mensurados, no reconhecimento inicial, pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda na altura da colheita de acordo com a NCRF 17 - Agricultura. Este é o custo dos inventários à data para aplicação da NCRF 18 - Inventários.

### 3.1.9 – CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER (NCRF 27)

As dívidas a receber de clientes e de outros terceiros são mensuradas pelo método do custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial, deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia escriturada e o valor que a Companhia das Lezírias espera recuperar. As diferenças são reconhecidas nas demonstrações financeiras do período em que são estimadas.

### 3.1.10 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS (NCRF 27)

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores em caixa, em depósitos bancários imediatamente realizáveis e em depósitos bancários com vencimentos a menos de um ano e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco pouco significativo de alteração de valor.



Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

DF  
A  
A

### 3.1.11 – RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO (NCRF 28)

A todos os trabalhadores com 10 ou mais anos de trabalho ao serviço da Companhia das Lezírias e que já faziam parte dos seus quadros como efectivos em 22 de Setembro de 2000, são atribuídos benefícios pós-emprego, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência.

#### **Plano de benefícios definidos**

O plano de benefícios definidos é financiado através do reconhecimento de um passivo pelo valor presente da obrigação dos benefícios definidos à data do balanço.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente são reconhecidos como um gasto ou como um rendimento no período em que ocorrem.

Anualmente, na data de fecho de contas, as responsabilidades da Companhia das Lezírias são calculadas por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no método *Projected Unit Credit*, determinado o valor presente das suas obrigações de benefícios definidos e respectivo custo do serviço corrente. Para o efeito, são usados determinados pressupostos actuariais. Os pressupostos actuariais são as melhores estimativas das variáveis que determinarão o custo final de proporcionar benefícios pós-emprego. Os pressupostos actuariais compreendem:

- Pressupostos demográficos acerca das características futuras de empregados (e seus dependentes) correntes e antigos que sejam elegíveis para os benefícios. Os pressupostos demográficos tratam matérias tais como:
  - i. Mortalidade, tanto durante como após o emprego;
  - ii. Proporção dos membros do plano quando dependentes que sejam elegíveis para os benefícios; e
  
- Pressupostos financeiros, tratando de itens tais como:
  - i. A taxa de desconto;
  - ii. Os níveis de ordenados futuros e de benefícios.



Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

DF  
J. Am  
Amig

### 3.1.12 – FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR (NCRF 27)

As dívidas a pagar a fornecedores e a outros terceiros são mensuradas pelo método do custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### 3.1.13 – PERIODIZAÇÕES (NCRF 1)

As transacções e de outros acontecimentos são reconhecidas quando eles ocorram, independentemente do momento em que sejam recebidos ou pagos, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças ente os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados na rubricas Outras contas a receber, Outras contas a pagar e Diferimentos.

### 3.1.14 – INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO (NCRF 27)

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio da Companhia das Lezírias apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas directamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelo accionista.

### 3.1.15 – LOCAÇÕES (NCRF 9)

A Companhia das Lezírias classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

#### **Locação Financeira**

No início do prazo de locação, os contratos de locações financeiras são registados como activos e passivos nos seus balanços por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos da locação são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo da locação. Quando os activos locados estão sujeitos a depreciações, estas são tratadas de acordo com a NCRF 7 – Activos fixos tangíveis.

#### **Locação Operacional**

Os pagamentos de locações operacionais são registados como um gasto no período em que ocorrem, numa base de linha recta durante o período de locação.



Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

DF  
Am  
Am

### 3.1.16 – GASTOS E PERDAS E RENDIMENTOS E GANHOS

Os efeitos das transacções são reconhecidos no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respectivos gastos e rendimentos são registados no passivo e no activo respectivamente.

#### 3.1.16.1 – RÉDITO (NCRF 20)

O rédito é o influxo bruto de benefícios económicos durante o período proveniente do curso das actividades ordinárias de uma entidade quando esses influxos resultarem em aumentos de capital próprio, que não sejam aumentos relacionados com contribuições de participantes no capital próprio.

##### **Vendas de bens**

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- i. Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- ii. A Companhia das Lezírias não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- iii. A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- iv. Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade; e
- v. Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

##### **Prestações de serviços**

O rédito associado com uma transacção que se relacione com prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser fiavelmente estimado e quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- i. A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- ii. Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Companhia das Lezírias;
- iii. A fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e
- iv. Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados.



Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

DF  
Ami  
Amg

### Juros, Royalties e Dividendos

O rédito proveniente do uso por outros de activos da Companhia das Lezírias que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

- i. Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade; e
- ii. A quantia do rédito seja fiavelmente mensurada.

O rédito proveniente do uso desses activos é reconhecido nas seguintes bases:

- i. Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efectivo;
- ii. Os royalties são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e
- iii. Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Companhia das Lezírias, enquanto accionista, receber o pagamento.

### 3.1.16.2 – TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE (NCRF 7)

Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos gastos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem gastos com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

### 3.1.16.3 – CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS (NCRF 10)

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efectiva.

### 3.1.16.4 – SUBSÍDIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe segurança razoável de que será recebido e que a Companhia das Lezírias cumprirá as condições inerentes aos mesmos. Os subsídios do Governo recebidos para financiamento de aquisições de activos são inicialmente registados no capital próprio, sendo subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos subsidiados.

Os restantes subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados, numa base sistemática, pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Aos subsídios do Governo que se relacionam com activos biológicos é dado o tratamento descrito do ponto 3.1.4.3.



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

DF  
[Handwritten signature]

### 3.2 – Juízos de Valor

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF a Companhia das Lezírias efectuou juízos de valor e estimativas que utilizou como pressupostos que afectam as quantias escrituradas nos montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

- i. Activos biológicos e produtos agrícolas mensurados ao justo valor: A Companhia das Lezírias efectua as estimativas e os pressupostos subjacentes à mensuração dos activos biológicos e produtos agrícolas, com base no melhor conhecimento existente à data da elaboração das demonstrações financeiras. Contudo poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis até à data da aprovação das demonstrações financeiras, não sejam consideradas nessas estimativas. As alterações que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras são corrigidas de forma prospetiva.

### 3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações realizadas pela Companhia das Lezírias.

### 3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas efectuadas pela Companhia das Lezírias, relatadas em activos, passivos, rendimentos e gastos, tiveram por base o melhor conhecimento existente sobre essas quantias à data da apresentação das demonstrações financeiras.



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
A. J. A. J.

#### 4 – FLUXOS DE CAIXA

##### 4.1 – Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes apresentados nas demonstrações financeiras estão disponíveis para uso.

##### 4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A divulgação dos fluxos caixa durante o período foi efectuada através da utilização do método directo, de acordo com o disposto na NCRF 2 - Demonstração de fluxos de caixa, a partir do registo dos influxos e exfluxos efectuados na contabilidade da Companhia das Lezírias.

*Unidade monetária: EURO*

Descrição	Períodos	
	31-12-2015	31-12-2014
Caixa <sup>(1)</sup>	17.763	114.106
Depósitos à ordem	984.657	1.427.474
Outros depósitos bancários	3.852.000	2.600.000
<b>Total de caixa e depósitos bancários</b>	<b>4.854.420</b>	<b>4.141.580</b>

*(1) Inclui valores recebidos, cujo depósito foi efectuado no mês de Janeiro o ano seguinte.*



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
[Handwritten signature]

## 5 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

### 5.1 – Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição.

### 5.2 – Métodos de depreciação usados

Os terrenos não são sujeitos a depreciação.

Os restantes activos fixos tangíveis, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação anual de acordo com o método de linha recta.

### 5.3 – Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram estimadas de acordo com a expectativa de utilização dos bens, calculando as depreciações de com os seguintes períodos de vida útil esperados:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	5 a 10 anos
Edifícios e outras construções	4 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 16 anos
Equipamento de transporte	4 a 7 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Equipamentos biológicos	8 anos
Outros activos tangíveis	4 a 10 anos



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
J. Aní

### 5.4 – Quantias brutas escrituradas, depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas

Reconciliação das quantias escrituradas em Activos fixos tangíveis no início e no fim do período:

Unidade monetária: EURO

Descrição	Activos fixos tangíveis								Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em curso	
<b>Activo bruto</b>									
Saldo em 31-12-2014	10.613.950	19.992.454	7.229.365	1.093.930	739.142	51.797	619.489	30.606	40.370.733
Adições		60.663	42.103	84.806	19.096	2.001	5.829	386.611	601.108
Revalorizações									0
Abates		62.391	148.373	94.891	5.668	6.898	6.431		324.651
Transferências		160.424	141.711					-302.134	0
Saldo em 31-12-2015	10.613.950	20.151.150	7.264.806	1.083.845	752.570	46.900	618.887	115.082	40.647.190
<b>Depreciações acumuladas</b>									
Saldo em 31-12-2014	429.997	14.693.055	6.418.857	989.926	642.305	19.759	578.158		23.772.058
Adições	66.230	587.886	194.200	60.063	26.540	5.713	16.604		957.236
Revalorizações									0
Abates		62.391	145.488	94.891	5.518	4.447	6.180		318.915
Transferências									0
Saldo em 31-12-2015	496.227	15.218.550	6.467.570	955.098	663.327	21.025	588.582	0	24.410.379
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>									
Activo fixo tangível líquido	10.117.723	4.932.600	797.236	128.747	89.243	25.875	30.305	115.082	16.236.811

Unidade monetária: EURO

Descrição	Activos fixos tangíveis								Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em curso	
<b>Activo bruto</b>									
Saldo em 31-12-2013	10.613.950	19.448.113	7.158.073	1.132.098	717.289	37.447	632.878	109.446	39.849.294
Adições		46.976	59.175	61.721	13.947	22.500	3.762	462.628	670.711
Revalorizações									0
Abates			1.883	99.890	2.775	8.150	24.121	3.022	139.842
Transferências		497.365	14.000		10.682		6.970	-538.446	-9.430
Saldo em 31-12-2014	10.613.950	19.992.454	7.229.365	1.093.930	739.142	51.797	619.489	30.606	40.370.733
<b>Depreciações acumuladas</b>									
Saldo em 31-12-2013	363.767	14.087.396	6.241.164	1.020.486	602.582	16.622	583.130		22.915.147
Adições	66.230	605.659	179.342	50.779	41.486	6.319	19.149		968.963
Revalorizações									0
Abates			1.648	81.339	1.763	3.181	24.121		112.053
Transferências									0
Saldo em 31-12-2014	429.997	14.693.055	6.418.857	989.926	642.305	19.759	578.158	0	23.772.058
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>									
Activo fixo tangível líquido	10.183.953	5.299.399	810.507	104.004	96.837	32.038	41.331	30.606	16.598.676



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

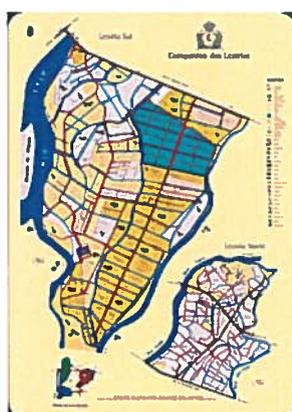
DF  
Anij

## 5.5 – Ocupação dos terrenos da Companhia das Lezírias

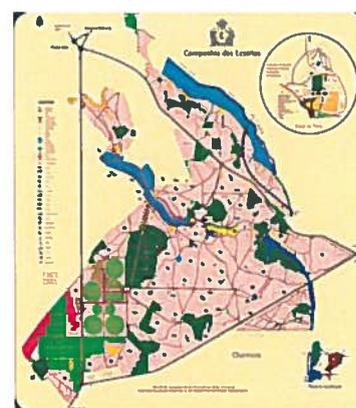
Os terrenos da Companhia das Lezírias ocupam uma área total de cerca de 18.000 hectares (ha), sites nos concelhos de Vila Franca de Xira, Benavente e Salvaterra de Magos.

Encontram-se arrendados cerca de 5.700 ha, estando os restantes 12.300 ha afectos à exploração directa da empresa e ainda ocupados por áreas significativas de caminhos, barragens, linhas de água, zonas sociais, entre outras.

As áreas onde a Companhia das Lezírias desenvolve as suas actividades de natureza agrícola e florestal, com base no plano de culturas anual, são as seguintes:



Zona	Cultura	Hectares
Lezíria Sul	Arroz	301
	Feno	300
	Pastagem	1.672
Catapereiro	Milho	336
	Prado	70
	Feno	30
	Vinha	134
	Olival	69
Charneca	Arroz	220
	Pinhal Bravo	999
	Pinhal Manso	701
	Montado de Sobro	6.751
Total		11.583



Na Charneca, em especial na área de Montado de Sobro, encontram-se implantados cerca de 5.900 ha de prados permanentes e biodiversos.

## 5.6 – Existência e quantias de restrições de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer restrições de titularidade de activos fixos tangíveis que tenham sido dados como garantia de passivos.



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
Ami

## 6 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

### 6.1 – Modelo aplicado

A Companhia das Lezírias optou por contabilizar as suas propriedades de investimento ao modelo do custo, conforme informação descrita no ponto 3.1.2.

### 6.2 – Critérios usados para distinguir propriedades de investimento de propriedades ocupadas pelo dono e de propriedades detidas para venda no curso ordinário dos negócios

A Companhia das Lezírias considera como propriedades de investimento:

- i. Terrenos propriedade da entidade, locados cuja exploração é efectuada por terceiros;
- ii. Terrenos propriedade da entidade, detidos com o objectivo de venda; e
- iii. Edifícios propriedade da entidade que se encontram locados, cuja em exploração é efectuada por terceiros.

### 6.3 – Quantias reconhecidas nos resultados com propriedades de investimento

Os rendimentos reconhecidos referem-se essencialmente às rendas dos terrenos obtidas no período. Os gastos operacionais relacionam-se essencialmente com propriedades de investimento que geram rendimentos de rendas durante o período.

Unidade monetária: EURO

Montantes reconhecidos no período	Períodos	
	2015	2014
Rendimentos no período	2.702.150	2.421.679
Gastos operacionais directos	101.334	148.054



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
Aur  
Aur

#### 6.4 – Existência e quantias de restrições sobre a capacidade de realização de propriedades de investimento ou a remessa de rendimentos e proventos de alienação

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer restrições de titularidade sobre as propriedades de investimento.

Conforme definido na alínea e) do artigo 10.º dos estatutos da Companhia das Lezírias, compete à Assembleia-Geral *“Autorizar a alienação e oneração de imóveis bem como a realização de investimentos, estes últimos quando de valor superior a 20% do capital social”*.

#### 6.5 – Aplicação modelo do custo

##### Métodos de depreciação usados

A Companhia das Lezírias aplica o critério adoptado para os Activos fixos tangíveis. Ver relato no ponto 5.2.

##### Vidas úteis usadas

Os terrenos não são sujeitos a depreciação. Para os edifícios foi estimada uma vida útil de 50 anos.

##### Justo valor das propriedades de investimento

As propriedades de investimento da Companhia das Lezírias respeitam essencialmente a contratos de arrendamento efectuados ao abrigo da Lei do arrendamento rural.

O cálculo do justo valor das propriedades de investimento foi obtido através da aplicação do método do desconto dos cash-flows futuros dos rendimentos gerados, de forma a calcular o valor actual dos fluxos monetários libertados.

milhares de Euros

Períodos	
2015	2014
71.329	62.957



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
Aurij

**Quantias brutas escrituradas, depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas**  
Reconciliação das quantias escrituradas em Propriedades de investimento no início e no fim do período:

*Unidade monetária: EURO*

Propriedades de investimento				
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Investimentos em curso	Total
<b>Activo bruto</b>				
Saldo em 31-12-2014	7.122.206	156.733	185.879	7.464.818
Adições				0
Revalorizações				0
Abates				0
Transferências				0
Saldo em 31-12-2015	7.122.206	156.733	185.879	7.464.818
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Saldo em 31-12-2014	0	103.444	0	103.444
Adições		3.135		3.135
Revalorizações				0
Abates				0
Transferências				0
Saldo em 31-12-2015	0	106.578	0	106.578
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>				
Propriedades de investimento líquidas	7.122.206	50.155	185.879	7.358.240

*Unidade monetária: EURO*

Propriedades de investimento				
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Investimentos em curso	Total
<b>Activo bruto</b>				
Saldo em 31-12-2013	7.397.257	156.733	185.879	7.739.869
Adições				0
Revalorizações				0
Abates	275.051			275.051
Transferências				0
Saldo em 31-12-2014	7.122.206	156.733	185.879	7.464.818
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Saldo em 31-12-2013		100.309		100.309
Adições		3.135		3.135
Revalorizações				0
Abates				0
Transferências				0
Saldo em 31-12-2014	0	103.444	0	103.444
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>				
Propriedades de investimento líquidas	7.122.206	53.289	185.879	7.361.375



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
Arij

## 7 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

### 7.1 – Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Foi reconhecido como Activo intangível, no âmbito do divulgado na nota 1.3.1, os poderes de gestão e de exploração atribuídos à Companhia das Lezírias até 31 de Dezembro de 2088, sobre os imóveis de domínio público do Estado denominados Mouchão do Salgueiral e Mouchão do Esfolo Vacas.

Os Activos intangíveis reconhecidos foram valorizados segundo o valor atribuído por avaliações efectuadas por peritos independentes.

### 7.2 – Métodos de depreciação usados

A partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação anual de acordo com o método de linha recta.

### 7.3 – Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram estimadas de acordo com a expectativa de utilização dos bens, calculando as depreciações de com os seguintes períodos de vida útil esperados:

Activos intangíveis	Vida útil estimada
Mouchão do Salgueiral	75 anos
Mouchão do Esfolo Vacas	75 anos



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
Arij

## 7.4 – Quantias brutas escrituradas, depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas

Reconciliação das quantias escrituradas em Activos intangíveis no início e no fim do período:

*Unidade monetária: EURO*

Activos intangíveis			
Descrição	Mouchão do Salgueiral	Mouchão do Escola Vacas	Total
<b>Activo bruto</b>			
Saldo em 31-12-2014	132.900	582.000	714.900
Adições			0
Saldo em 31-12-2015	132.900	582.000	714.900
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Saldo em 31-12-2014	3.535	15.481	19.016
Adições	1.768	7.741	9.508
Saldo em 31-12-2015	5.303	23.222	28.525
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>			
Activo intangível líquido	127.597	558.778	686.375

*Unidade monetária: EURO*

Activos intangíveis			
Descrição	Mouchão do Salgueiral	Mouchão do Escola Vacas	Total
<b>Activo bruto</b>			
Saldo em 31-12-2013	132.900	582.000	714.900
Adições			0
Saldo em 31-12-2014	132.900	582.000	714.900
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Saldo em 31-12-2013	1.768	7.741	9.508
Adições	1.768	7.741	9.508
Saldo em 31-12-2014	3.535	15.481	19.016
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>			
Activo intangível líquido	129.365	566.519	695.884



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

DF  
Arij

**7.5 – Existência de quantias de escrituradas de activos intangíveis cuja titularidade está restringida e as quantias escrituradas de activos intangíveis dados como garantias de passivos**

A titularidade dos activos intangíveis divulgados decorre da forma com a sua utilização foi atribuída à Companhia das Lezírias, nos termos do divulgado na nota 1.3.1.

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer activos intangíveis dados como garantias de passivos.



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

DF  
Arij

## 8 – AGRICULTURA

### 8.1 – Descrição de cada grupo de activos biológicos

São reconhecidos como activos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na actividade agrícola, a partir dos quais são obtidos produtos agrícolas.

São reconhecidos como activos biológicos:

- i. Plantações:
  - a. Florestais (compostas essencialmente pelo montado de sobro e pelo pinhal);
  - b. Vinha;
  - c. Olival; e
  - d. Culturas agrícolas com produções plurianuais, designadamente pastagens;
- ii. Animais:
  - a. Bovinos; e
  - b. Equinos.

São reconhecidos como Activos biológicos consumíveis aqueles que:

- i. Estejam para ser colhidos como produto agrícola; ou
- ii. Estejam para ser vendidos como activos biológicos.

### 8.2 – Métodos e pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor de cada um dos grupos do produto agrícola no ponto de colheita e de cada um dos grupos de activos biológicos

O justo valor dos Activos biológicos foi determinado a partir

- i. Do preço de venda conhecido no ponto de colheita;
- ii. Do valor de mercado conhecido em transacções recentes;
- iii. De referências do sector disponíveis em entidades oficiais, como sejam dados estatísticos disponíveis no IVV e a partir do boletim mensal de estatística publicado pelo INE;
- iv. Do valor presente dos fluxos de caixa líquidos descontados.

Os grupos de activos biológicos que foram mensurados segundo o modelo do justo valor foram descritos na nota 3.1.4.



Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
Am  
DF  
Am

### 8.3 – Activos biológicos mensurados ao justo valor no fim do período

#### Quantia de Activos biológicos escriturada no final do período

*Unidade monetária: EURO*

Activos biológicos ao Justo valor			
Descrição	Não Correntes	Correntes	Total
Saldo em 31-12-2014	607.384	755.775	1.363.159
<b>Animais</b>			
Saldo em 31-12-2014	607.384	755.775	1.363.159
Aumentos de justo valor	127.467	641.535	769.002
Diminuições de justo valor	138.313	551.652	689.965
<b>Saldo em 31-12-2015</b>	<b>596.538</b>	<b>845.658</b>	<b>1.442.196</b>
<b>Plantas</b>			
Saldo em 31-12-2014	0	0	0
Nota 8.10		2.064.644	2.064.644
Transferências (1)		200.000	200.000
Aumentos de justo valor	0	234.635	234.635
Diminuições de justo valor	0	4.401	4.401
<b>Saldo em 31-12-2015</b>	<b>0</b>	<b>2.494.878</b>	<b>2.494.878</b>
<b>Saldo em 31-12-2015</b>	<b>596.538</b>	<b>3.340.536</b>	<b>3.937.074</b>

*Unidade monetária: EURO*

Activos biológicos ao Justo valor			
Descrição	Não Correntes	Correntes	Total
<b>Animais</b>			
Saldo em 31-12-2013	658.531	796.785	1.455.316
Aumentos de justo valor	92.200	572.170	664.370
Diminuições de justo valor	143.347	613.180	756.527
<b>Saldo em 31-12-2014</b>	<b>607.384</b>	<b>755.775</b>	<b>1.363.159</b>

(1) No âmbito da Nota 1.3.1 foi, após clarificação jurídica, este valor foi transferido de “Outras contas a receber” e corresponde ao valor da cortiça em crescimento em 31/12/2014.

Inclui as variações de justo valor reconhecidas em “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, decorrentes da venda de activos biológicos de produção, para efeitos de apuramento de mais-valias, devido à possibilidade do reinvestimento dos valores de realização.



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
Aurij

Justo valor menos os custos estimados no ponto de venda do produto agrícola colhido durante o período, determinado no momento de colheita

*Unidade monetária: EURO*

Descrição	Justo valor no ponto de colheita	
	Períodos	
	2015	2014
Animais	1.445.588	1.363.159
Plantas	2.583.664	2.758.409
<b>Total</b>	<b>4.029.252</b>	<b>4.121.568</b>

#### 8.4 – Existência e quantias escrituradas de activos biológicos cuja posse seja restrita e quantias escrituradas de activos biológicos penhorados como garantia de passivos

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer restrições de posse ou penhoras sobre de activos biológicos.

#### 8.5 – Estratégias de gestão de riscos financeiros relacionados com a actividade agrícola

Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em factores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da actividade e do mercado onde essa actividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a Empresa está exposta, com base na perspectiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

- Risco de Mercado, o qual inclui três tipos de risco:
  - i. Risco cambial – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio;
  - ii. Risco de preço – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por factores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por factores que afectem todos os instrumentos negociados no mercado; e
  - iii. Risco de taxa de juro – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado.

O risco de mercado é pouco significativo para a Companhia das Lezírias.

- Risco de crédito – é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira. A Empresa encontra-se sujeita ao risco do crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas



Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
[Handwritten signature]

a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.

- Risco de financiamento – é o risco de que a Empresa venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um activo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor. O risco de liquidez não é significativo para a Empresa.

### 8.6 – Activos biológicos mensurados, no fim do período, ao custo menos depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas

Os grupos de activos biológicos que foram mensurados segundo o modelo do custo foram descritos na nota 3.1.4.

### 8.7 – Razão por que não podem ser fiavelmente mensurados ao justo valor

As razões foram divulgadas na nota 3.1.4.

### 8.8 – Método de depreciação usado e vidas úteis usadas

Os Activos biológicos de produção, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Activos biológicos de produção	Vida útil estimada
Montado de sobre e pinhal manso	--
Olival	25 anos
Vinha	20 anos



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
A. Araújo

## 8.9 – Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada

Reconciliação das quantias escrituradas em activos biológicos mensurados ao custo no início e no fim do período:

*Unidade monetária: EURO*

Activos biológicos ao Custo			
Descrição	Em uso	Investimentos em curso	Total
<b>Plantas</b>			
Saldo em 31-12-2014	4.087.863	251.902	4.339.765
Adições	7.151	35.769	42.919
Revalorizações			0
Abates			0
Transferências	-384.622		-384.622
<b>Saldo em 31-12-2015</b>	<b>3.710.392</b>	<b>287.670</b>	<b>3.998.063</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Saldo em 31-12-2014	2.123.463	0	2.123.463
Adições	191.425		191.425
Revalorizações			0
Abates			0
Transferências	-44.210		-44.210
<b>Saldo em 31-12-2015</b>	<b>2.270.678</b>	<b>0</b>	<b>2.270.678</b>
<b>Perdas por Imparidade acumuladas</b>			
Activo fixo tangível líquido	1.439.714	287.670	1.727.384

*Unidade monetária: EURO*

Activos biológicos ao Custo			
Descrição	Em uso	Investimentos em curso	Total
<b>Plantas</b>			
Saldo em 31-12-2013	4.432.882	0	4.432.882
Adições		251.902	251.902
Revalorizações			0
Abates	345.019		345.019
Transferências			0
<b>Saldo em 31-12-2014</b>	<b>4.087.863</b>	<b>251.902</b>	<b>4.339.765</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Saldo em 31-12-2013	2.179.871	0	2.179.871
Adições	196.951		196.951
Revalorizações			0
Abates	253.359		253.359
Transferências			0
<b>Saldo em 31-12-2014</b>	<b>2.123.463</b>	<b>0</b>	<b>2.123.463</b>
<b>Perdas por Imparidade acumuladas</b>			
Activo fixo tangível líquido	1.964.400	251.902	2.216.302



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

### 8.10 – Activos biológicos previamente mensurados pelo seu custo (menos depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas) mensurados ao justo valor durante o período corrente

Atendendo à contínua procura de introdução de melhorias na mensuração activos, face a um estudo solicitado a entidades externas independentes, não obstante as limitações que decorrem em especial da variável temporal associada à realização de activos desta natureza, bem como da dimensão e diversidade da sua exploração, foi possível adoptar critérios consistentes de mensuração ao justo valor para os activos apresentados no quadro seguinte.

#### Efeito da alteração

*Unidade monetária: EURO*

ATIVO BIOLÓGICO	Avaliação		Custo 31-12-2014	Efeito Contas 31-12-2015	
	2014	2015		Capital Próprio	Resultado Líquido
Cortiça em crescimento	1.418.322	1.649.565		1.418.322	231.243
Pinho bravo em crescimento	646.322	641.921	340.412	305.910	-4.401
<b>Total</b>	<b>2.064.644</b>	<b>2.291.486</b>	<b>340.412</b>	<b>1.724.232</b>	<b>226.842</b>
				<b>Impostos Diferidos</b>	
				-387.952	-51.039
				<b>1.336.280</b>	<b>175.803</b>

### 8.11 – Natureza e extensão dos subsídios governamentais reconhecidos nas demonstrações financeiras

São diversas as naturezas dos subsídios governamentais, reconhecidos nas demonstrações financeiras apresentadas, sendo extenso e complexo o seu enquadramento legislativo, tais como:

- RPU – É um regime de apoio aos agricultores, que substituiu os apoios directos anteriormente concedidos ao abrigo de vários regimes, nomeadamente ajuda às culturas arvenses, arroz, leguminosas para grão, forragens secas, lúpulo, extensificação, bovinos machos, abate de bovinos adultos, ovinos e caprinos e prémios complementares, por um único regime de ajuda desligado total ou parcialmente da produção. Em Portugal, genericamente, optou-se por um desligamento total da produção para os mencionados regimes de apoio directo;



Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

DF  
Ami  
Ami

- RPB - é um novo regime de apoio aos agricultores, instituído pelo Reg. (UE) n.º 1307/2013, que veio substituir o extinto RPU (Regime de Pagamento Único).

O recebimento das ajudas no âmbito do RPB fica condicionado ao cumprimento das regras do *Greening*.

*Greening* - é um pagamento destinado a apoiar três práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente de forma a promover a melhoria do desempenho ambiental da nova PAC.

Este pagamento tem por base a obrigatoriedade do cumprimento das práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente em toda a superfície elegível da exploração e não apenas na superfície elegível utilizada para ativação de direitos do RPB.

As três práticas abrangidas pelo *Greening* são:

- i. Diversificação das culturas;
- ii. Manutenção dos prados permanentes;
- iii. Superfície de interesse ecológico.

A “diversificação de culturas” visa a melhoria do desempenho ambiental através da melhoria da qualidade dos solos pela prática de rotação de culturas na mesma terra arável.

A “manutenção de prados permanentes” é uma prática que tem como objetivo o benefício ambiental positivo que estas superfícies representam em particular na fixação do carbono.

“Prados permanentes” (prados permanentes e pastagens permanentes) são as terras ocupadas com erva ou outras forrageiras herbáceas naturais (espontâneas) ou cultivadas (semeadas) que não tenham sido incluídas no sistema de rotação da exploração por um período igual ou superior a cinco anos; pode incluir outras espécies, tais como arbustos e/ou árvores, suscetíveis de servir de pasto desde que a erva e outras forrageiras herbáceas se mantenham predominantes, bem como, caso os Estados-Membros assim decidam, terras suscetíveis de servir de pasto e que fazem parte das práticas locais estabelecidas quando a erva e outras forrageiras herbáceas não predominarem tradicionalmente nas zonas de pastagem.

As “superfícies de interesse ecológico” têm como principal objetivo salvaguardar e melhorar a biodiversidade nas terras aráveis das explorações agrícolas.

- Vacas Aleitantes – Prémio por Vaca em Aleitamento e Prémio Nacional Suplementar, de apoio ao sector bovino. Por definição, vaca aleitante será uma vaca pertencente a uma raça de vocação “carne” ou resultante de um cruzamento com uma dessas raças, e que faça parte de uma manada destinada à criação de vitelos para produção de carne, o que pressupõe a alimentação dos vitelos com base no leite materno;



Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
A. Araújo

- **Produção Integrada** – Ajuda destinada a apoiar os agricultores que prosseguem um conjunto específico de práticas agrícolas. É um sistema agrícola de produção de alimentos de alta qualidade e de outros produtos utilizando os recursos naturais e os mecanismos de regulação natural em substituição de factores de produção prejudiciais ao ambiente e de modo a assegurar, a longo prazo, uma agricultura viável;
- **Conservação do Solo** – Ajuda que se destina a apoiar os agricultores que praticam um sistema de mobilização de conservação do solo que, embora intervindo em toda a superfície do terreno, mantém uma quantidade apreciável de resíduos da cultura anterior à superfície do solo, baseando-se na utilização de alfaia de mobilização vertical e estando interdito o uso de alfaia que promovam o reviramento do solo ou levantamento do torrão;
- **Modo de Produção Biológico** – Ajuda que se destina a apoiar os agricultores que têm práticas agrícolas em modo biológico. A produção biológica é um sistema global de gestão das explorações agrícolas e de produção de géneros alimentícios que combina as melhores práticas ambientais, um elevado nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais, a aplicação de normas exigentes em matéria de bem-estar dos animais e método de produção em sintonia com a preferência de certos consumidores por produtos obtidos utilizando substâncias e processos naturais. O método de produção biológica desempenha, assim, um duplo papel societário, visto que, por um lado, abastece um mercado específico que responde à procura de produtos biológicos por parte dos consumidores e, por outro, fornece bens públicos que contribuem para a protecção do ambiente e o bem-estar dos animais, bem como para o desenvolvimento rural;
- **Raças Autóctones** – Este caso específico destina-se a apoiar a manutenção de sistemas pecuários baseados em raças autóctones.

milhares de Euros

Descrição	Subsídios governamentais	
	Períodos	
	2015	2014
RPU (direitos de superfície directos)		1.263
RBP + Greening	1.273	
Vacas Aleitantes	191	423
Arroz e Milho	108	35
Produção Integrada	136	80
Conservação do Solo	3	12
Modo de Produção Biológico	256	112
Raças Autóctones	12	13
Outros	125	90
<b>Total dos subsídios governamentais</b>	<b>2.103</b>	<b>2.027</b>
<b>Outros subsídios</b>	<b>3</b>	<b>5</b>
<b>Total</b>	<b>2.106</b>	<b>2.032</b>



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
Ary

---

**Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras**

Um subsídio do Governo não condicional que se relacione com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda é reconhecido como rendimento quando o subsídio do Governo se torne recebível.

Se um subsídio do Governo relacionado com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda for condicional, a Companhia das Lezírias reconhece o subsídio como rendimento somente quando sejam satisfeitas as condições a ele associadas.

**8.12 – Condições não cumpridas e outras contingências ligadas aos subsídios governamentais**

A Companhia das Lezírias promove uma gestão dos seus recursos no sentido do estrito cumprimento de todas as contingências ligadas aos subsídios governamentais.

**8.13 – Diminuições significativas que se esperam no nível de subsídios governamentais**

Não obstante as alterações estruturais introduzidas nos regimes de ajudas a vigorar entre 2015-2020, a Companhia das Lezírias, globalmente, manteve o nível de subsídios que tem vindo a receber. Sectorialmente verificamos alguns impactos negativos significativos, com destaque para a ajuda às “Vacas aleitantes” em consequência da extinção do regime anterior.

No que diz respeito ao Quadro Financeiro Plurianual da nova PAC (Política Agrícola Comum), Portugal conseguiu no 1.º pilar (Ajudas Diretas) uma aproximação parcial aos restantes Estados Membros passando dos atuais 186 euros/ha para os cerca de 200 euros/ha até 2020.

Ao abrigo das novas regras de convergência, em 2019, nenhum Estado-Membro deverá receber menos de 75% da média europeia e nenhum agricultor receberá menos de 60% da média nacional. A nova PAC prevê também um “mecanismo de travão” para assegurar que as perdas ao nível de cada agricultor não sejam superiores a 30%. O esforço de convergência será suportado pelos agricultores que recebem acima da média.



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

DF  
Ami  
Ami

## 9 – PARTES RELACIONADAS

### 9.1 – Relacionamento com empresas-mãe

PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S.A.

A Parpública detém o capital social da Companhia das Lezírias na sua totalidade. O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado e é constituído por 1.000.000 (um milhão) de acções, com o valor nominal de 5,00 (cinco euros) cada.

#### Sede da empresa-mãe

Avenida Defensores de Chaves, n.º 6, 6.º Piso, em Lisboa

#### Transacções com a empresa-mãe

- **Natureza do relacionamento com as partes relacionadas**

Actualmente as transacções com a empresa-mãe são praticamente inexistentes, limitando-se ao pagamento dos dividendos conforme são aprovados pelo accionista.

- **Transacções e saldos pendentes**

Não existem quaisquer saldos pendentes nem se registaram quaisquer transacções com a empresa-mãe.



Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
A. Aires

### 9.2 – Relacionamento com empresas associadas

#### 9.2.1 – ORIVÁRZEA - Orizicultores do Ribatejo, S.A.

A Companhia das Lezírias detém uma participação no capital social de 27,1217% (percentagem de contolo de 27,1767%).

#### Sede da empresa associada

Lagoa das Donzelas, em Salvaterra de Magos

#### Transacções com a empresa associada

##### ▪ Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

As transacções com esta associada decorrem basicamente do objecto social deste agrupamento de produtores.

Para a realização da cultura de arroz e de acordo com o regulamento do agrupamento, a Companhia das Lezírias adquire através da Orivárzea a totalidade dos factores de produção e serviços aplicados na cultura - sementes, adubos, fitofármacos, serviços técnicos especializados e secagem do cereal.

É à Orivárzea, também de acordo com o regulamento do agrupamento, que se efectua a venda da totalidade da produção de arroz.

No âmbito da actividade da Orivárzea, a Companhia das Lezírias arrendou-lhe duas áreas num total de 931,68 hectare onde é efectuada produção de arroz e multiplicação de semente.

##### ▪ Transacções e saldos pendentes

*Unidade monetária: EURO*

Descrição	Periodos	
	2015	2014
<b>Transacções</b>		
Clientes e outros devedores	1.803.801	2.063.771
Fornecedores e outros credores	602.507	578.003
<b>Saldos pendentes</b>		
Clientes e outros devedores	1.389.153	833.422
Accionistas/sócios	77.591	
Fornecedores e outros credores		
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		



Companhia das Lezírias, S.A.

**Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015**

---

*Handwritten signatures in blue ink.*

9.2.2 – CLR - Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda.

A Companhia das Lezírias detém uma participação no capital social de 20,0%.

**Sede da empresa associada**

Herdade do Catapereiro, Estrada Nacional 118, em Samora Correia

**Transacções com a empresa associada**

▪ **Natureza do relacionamento com as partes relacionadas**

Não existem transacções com esta associada dado não ter iniciado a sua actividade operacional.



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
A. A. A. A.

## 10 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

### Investimentos em associadas

*Unidade monetária: EURO*

Empresa	Ano	Capital social	Capital realizado	Acções próprias	Prémios de emissão de acções	Reservas e resultados transitados	Resultado líquido	Capital próprio	Passivo	Rendimentos
Orivárzea, S.A.	2015	2.500.000	2.500.000	-5.058	1.349.851	3.346.052	700.292	7.891.136	6.435.172	20.899.105
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	2013	5.000	5.000			-4.845	-80	75	3.038	0

Empresa	Ano	Capital social	Capital realizado	Acções próprias	Prémios de emissão de acções	Reservas e resultados transitados	Resultado líquido	Capital próprio	Passivo	Rendimentos
Orivárzea, S.A.	2014	2.500.000	2.500.000		1.354.995	2.847.349	730.291	7.432.635	7.916.017	21.192.434
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	2013	5.000	5.000			-4.845	-80	75	3.038	0

### Data de relato das demonstrações financeiras de cada associada

A data de relato da Orivárzea não coincide com o ano civil e ocorre entre 01/09/n e 31/08/n+1.

### Efeitos nas demonstrações financeiras

*Unidade monetária: EURO*

Empresa	Sede	Ano	Valor de aquisição	Quantia escriturada	Efeito nos resultados	Efeito no capital próprio	Dividendos
Orivárzea, S.A.	Salvaterra Magos	2015	1.239.886	2.066.957	190.316	-2.204	77.591
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	Samora Correia	2013	1.000	1.000			

Empresa	Sede	Ano	Valor de aquisição	Quantia escriturada	Efeito nos resultados	Efeito no capital próprio	Dividendos
Orivárzea, S.A.	Salvaterra Magos	2014	1.239.886	1.956.435	198.067	42.075	59.420
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	Samora Correia	2013	1.000	1.000			



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
A. J. A. S.

## 11 – OUTROS INVESTIMENTOS

### Participações financeiras - outros métodos

*Unidade monetária: EURO*

Empresa	2015				2014			
	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada	Dividendos	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada	Dividendos
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo VFX	499		499	9	499		499	
Coop. Agric. Compra, Venda Prest. Serviços	5		5		5		5	
Coop. Agrícola Polivalente do Porto Alto	125		125		125		125	
Lusitanus, S.A.	4.988		4.988		4.988		4.988	
Pec-Tejo, S.A.	700.343	640.343	60.000		700.343	640.343	60.000	
Animaforum	500		500		500		500	
Cerealplus	5		5		5		5	
<b>Total</b>	<b>706.464</b>	<b>640.343</b>	<b>66.121</b>	<b>9</b>	<b>706.464</b>	<b>640.343</b>	<b>66.121</b>	<b>0</b>

A Pec-Tejo, S.A. encontra-se em processo de liquidação. A quantia escriturada é o valor recuperável da participação detida, de acordo com informação transmitida à Companhia das Lezírias no âmbito da partilha.

### Outros activos financeiros

As obrigações do tesouro encontram-se a caucionar as responsabilidades com um acidente de trabalho que ocorreu em 07/12/1958, antes da existência de seguro de acidentes de trabalho. O processo se encontra à guarda do Tribunal de Trabalho de Tomar.

*Unidade monetária: EURO*

Descrição	2015			2014		
	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada
Obrigações - Consolidado 3% 1942	2.397		2.397	2.397		2.397
Fundo de Compensação do Trabalho	649		649	299		299
<b>Total</b>	<b>3.046</b>	<b>0</b>	<b>3.046</b>	<b>2.696</b>	<b>0</b>	<b>2.696</b>



Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
J. Ariz

### 12 – INVENTÁRIOS

As políticas contabilísticas adoptadas para a mensuração dos inventários e a forma de custeio utilizada, encontram-se descritas na nota 3.1.8.

#### Quantia escriturada de inventários

*Unidade monetária: EURO*

Rubricas	31-12-2015			31-12-2014		
	Quantia bruta	Imparidades	Quantia escriturada	Quantia bruta	Imparidades	Quantia escriturada
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	833.828		833.828	980.064		980.064
Produtos acabados e intermédios	327.804		327.804	306.881		306.881
Produtos e Trabalhos em Curso	86.873		86.873	132.813		132.813
<b>Total</b>	<b>1.248.504</b>	<b>0</b>	<b>1.248.504</b>	<b>1.419.758</b>	<b>0</b>	<b>1.419.758</b>

#### Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

*Unidade monetária: EURO*

Rubricas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Produtos e Trabalhos em Curso
Saldo em 31-12-2014	980.064	306.881	132.813
Compras	2.327.747		
Regularizações	591.803	-1.921.284	
Saldo em 31-12-2015	833.828	327.804	86.873
<b>Gastos no período</b>	<b>3.065.787</b>	<b>-1.900.361</b>	<b>-45.940</b>

Rubricas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Produtos e Trabalhos em Curso
Saldo em 31-12-2013	890.192	249.106	169.450
Compras	2.193.819		
Regularizações	742.971	-1.972.261	
Saldo em 31-12-2014	980.064	306.881	132.813
<b>Gastos no período</b>	<b>2.846.918</b>	<b>-1.914.487</b>	<b>-36.637</b>

#### Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer inventários dados como penhor de garantias.



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
J. A. A. A.

## 13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se relatadas nas notas 3.1.9, 3.1.10, 3.1.12, 3.1.14 e 8.5.

### 13.1 – Activos financeiros

O detalhe dos activos e passivos financeiros na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

*Unidade monetária: EURO*

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
<b>Activos financeiros</b>						
Clientes	1.900.973	600.450	1.300.523	2.792.474	599.113	2.193.360
Adiantamentos a fornecedores	6.240		6.240	0		0
Accionistas e sócios	96.415	18.824	77.591	18.824	18.824	0
Outras contas a receber	5.324.125	60.414	5.263.711	3.974.611	67.461	3.907.150
Caixa e depósitos bancários	4.854.420		4.854.420	4.141.580		4.141.580
<b>Total de activos financeiros</b>	<b>12.182.173</b>	<b>679.688</b>	<b>11.502.486</b>	<b>10.927.488</b>	<b>685.398</b>	<b>10.242.090</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	310.818		310.818	539.780		539.780
Adiantamentos de clientes	0		0	0		0
Outras contas a pagar	516.973		516.973	496.332		496.332
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>827.791</b>	<b>0</b>	<b>827.791</b>	<b>1.036.112</b>	<b>0</b>	<b>1.036.112</b>

A rubrica “Outras contas a receber” mantém um valor significativo no presente exercício. Inclui 2.615.708,58 Euros correspondentes aos pagamentos efectuados pela Companhia das Lezírias, em nome e por conta da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, na sequência do processo de liquidação da Fundação Alter Real (Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de Novembro). Tal resultou das instruções emanadas pelo Acionista e pela Tutela em cumprimento das orientações proferidas através do Despacho n.º 938/14-SET, de 26 de Maio, de Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado do Tesouro.



Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

*DF*  
*Am*  
*Amig*

### 13.2 – Activos dados em garantia ou penhor

Na rubrica “Outras contas a receber” encontra-se escriturado o montante de 22.371,07 euros, depositado à ordem ao Tribunal de Trabalho de Tomar, relativo aos autos da acção emergente do acidente de trabalho em que é sinistrado Bernardo da Silva Moreira, destinado a garantir o pagamento das pensões futuras devidas.

### 13.3 – Compromissos financeiros que não figuram no balanço

O Plano de Fomento, aprovado pela Lei n.º 2058, de 29 de Dezembro de 1952, incluía o projecto de defesa e enxugo da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira. As obras realizadas foram financiadas pelo Estado Português, sendo responsabilidade dos proprietários o reembolso das verbas emprestadas pelo Estado, respondendo os terrenos pelo bom pagamento dos compromissos.

A execução das obras foi confiada à então denominada Associação de Defesa da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, actualmente Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira.

A aprovação destes financiamentos encontra-se definida nos seguintes diplomas: Decreto-lei n.º 39601, de 3 Abril de 1954, Decreto-lei n.º 41956, de 12 Novembro de 1958 e Decreto-lei n.º 840/76, de 4 de Dezembro.

Actualmente a responsabilidade da Companhia das Lezírias ascende a 9.258,15 euros, a serem pagos em 15 anuidades de 617,21 euros.

## 14 – DIFERIMENTOS

Aas despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

Descrição	Unidade monetária: EURO	
	31-12-2015 Corrente	31-12-2014 Corrente
<b>Activo</b>		
Seguros		20.250
Outros Gastos a reconhecer	25.655	11.781
<b>Total</b>	<b>25.655</b>	<b>32.032</b>
<b>Passivo</b>		
Rendas	84.847	91.285
Prestação de serviços	6.257	18.000
Outros Rendimentos a reconhecer	1.200	35
<b>Total</b>	<b>92.304</b>	<b>109.320</b>



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
Arij

## 15 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

Unidade monetária: EURO

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
	Corrente	Corrente
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rendimento	38.165	316.423
Imposto sobre o valor acrescentado	51.514	262.482
<b>Total</b>	<b>89.679</b>	<b>578.906</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado	140.344	177.906
Contribuições para a Segurança Social	42.789	45.800
Outros	27.798	32.734
<b>Total</b>	<b>210.931</b>	<b>256.439</b>

Conforme já reportado no anexo do ano 2014, a Companhia das Lezírias efectuou um pedido de reembolso de IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) relativamente ao período de Julho de 2013 no valor de 201.509,95 Euros, tendo este valor sido creditado pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) em 08/01/2014.

Na sequência do pedido de reembolso, a AT efectuou uma inspeção tributária aos exercícios de 2012 e 2013, cujo relatório, datado de 13 de Maio de 2014, recebido em 21 de Maio, conclui genericamente pela dedutibilidade do IVA mas, simultaneamente, também pela existência de IVA por liquidar no montante de 686.825,71 Euros, (respectivamente 304.906,72 Euros + 381.918,99 Euros), pela dedução indevida de 18.800,87 (respectivamente 6.963,84 Euros + 11.837,03 Euros) e ainda pela dedução indevida de imposto, sobre uma nota de crédito emitida a cliente em Dezembro de 2013, no valor de 2.760,00 Euros. Ou seja, o relatório considerou um total de imposto em falta no montante de 708.386,58 Euros.

A Companhia das Lezírias na sequência da recepção das respetivas notas de liquidação apresentou os correspondentes meios de defesa.

Relativamente ao IVA por liquidar alegou a AT “Falta e Liquidação de IVA em Locações de Bens Imóveis”, com o fundamento de que “no que se refere à locação de imóveis, da análise efectuada aos contratos de arrendamento celebrados entre a CL e diversas entidades, nos períodos de 2012 e 2013, conclui-se que, alguns desses contratos de arrendamento rural, nomeadamente os referentes aos prédios sítos na zona da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, tratam-se de locações temporárias de cedência de exploração a título oneroso, operações não enquadráveis no n.º 29, do art.º 9 do Código do IVA, mas sim prestações de serviços sujeitas a IVA, de harmonia com a alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º do Código de IVA, conjugada com o n.º 1 do artigo 4.º...”.

A Companhia das Lezírias não pode concordar, e não concorda, com a interpretação e conclusões da AT, decorrentes de uma deficiente percepção, apreensão e qualificação jurídica dos factos em causa e



Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

DF  
Arij

do direito aplicável. Não são efectivamente prestados quaisquer serviços a estes arrendatários, limitando-se o relacionamento contratual ao arrendamento das terras, pelo que sobre o valor da renda agrícola cobrada pela Companhia das Lezírias não deverá incidir IVA, nos termos do n.º 29 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA).

Os sistemas e infraestruturas de rega existentes nas Lezírias Norte e Sul são propriedade do Estado, isto é propriedade pública, geridos pela Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira ao abrigo de contrato de concessão. Não são propriedade da CL. A CL limita-se, a pedido da Associação, a fazer a cobrança aos seus rendeiros dos montantes resultantes da prestação de serviços exclusivamente prestados pela Associação, entregando a essa mesma Associação, os valores facturados em termos de taxas de exploração e conservação.

Quanto à dedução indevida de IVA, a AT fundamentou tal entendimento relativamente à dedução do imposto efectuado em aquisições relacionados com “viaturas ligeiras de mercadorias” entre 1 de Janeiro de 2012 e 15 de Outubro de 2013. Considerou que tais operações *“estão excluídas do direito à dedução de IVA, uma vez que as características desses bens, os torna não essenciais à actividade produtiva ou facilmente utilizados em consumos particulares”*, por aplicação do esclarecimento prestado através do Ofício-Circulado n.º 30152, de 16/10/2013.

Também nesta matéria não pode a Companhia das Lezírias concordar com a interpretação e conclusões da AT pois as referidas despesas facturadas encontram-se diretamente relacionadas com o exercício da atividade sujeita a imposto, não se encontrando abrangidas por nenhuma das exclusões previstas no artigo 21.º do CIVA. Por outro lado considera que se encontra vedada a aplicação desta interpretação, constante no Ofício Circulado de 16 de Outubro de 2013, aos períodos tributários de 2012 e 2013, por força dos princípios gerais de segurança jurídica e de proibição de retroatividade da lei fiscal.

Em alternativa ao pagamento das liquidações emitidas pela AT, a Companhia das Lezírias optou por apresentar uma garantia bancária no montante de 858.689,32 Euros à Autoridade Tributária em Outubro de 2014 (ver nota 28).

Através do despacho sobre a reclamação graciosa apresentada, a AT indeferiu parcialmente o pedido, dando razão à Companhia das Lezírias relativamente à reclamação sobre a dedução do imposto na nota de crédito, encontrando-se anuladas as respectivas liquidações, mantendo o entendimento quanto às outras duas matérias. Mantém-se assim em litígio o montante de 705.626,58 Euros.

Em consequência a Companhia das Lezírias apresentou em Fevereiro de 2015 um processo de impugnação judicial das liquidações adicionais de IVA feitas pela AT junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria e não constituiu qualquer provisão para este efeito, uma vez que não considera procedentes essas liquidações adicionais, não esperando quaisquer impactos patrimoniais significativos do desfecho deste processo.



Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
Ass.  
Ass.

### 16 – CAPITAL PRÓPRIO

#### Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, designadamente o artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual - os estatutos da Empresa definem este valor em 10%, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

#### Resultados transitados e Outras reservas

Correspondem essencialmente aos resultados líquidos de períodos anteriores que não foram distribuídos, de acordo com as deliberações das assembleias gerais. Registam ainda os montantes decorrentes das alterações da aplicação pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A aplicação de resultados do período anterior, conforme deliberação da Assembleia Geral realizada no dia 28 de Abril de 2015, foi a seguinte:

Reservas livres	564.000,00 Euros
Reservas livres	460.000,00 Euros
Resultados Transitados	1.984,33 Euros

Os restantes movimentos resultam do divulgado na nota 8.10.

#### Ajustamentos em activos financeiros

Evidencia os valores correspondentes à utilização do método da equivalência patrimonial em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, conforme previsto na NCRF 13, de acordo com o divulgado na nota 10.

#### Excedentes de revalorização

Reúne os montantes das diversas revalorizações de activos fixos tangíveis e de propriedades de investimento, decorrentes da aplicação da legislação fiscal.

#### Outras variações no capital próprio

Inclui o valor recebido de subsídios associados com activos, deduzido dos correspondentes impostos diferidos, imputado como rendimentos do exercício numa base sistemática durante a vida útil dos activos.

Unidade monetária: EURO

Outras variações no capital próprio	31-12-2013	Movimentos do período		31-12-2014	Movimentos do período		31-12-2015
		Aumentos	Diminuições		Aumentos	Diminuições	
Subsídios atribuídos	1.251.891	27.647	194.689	1.084.850	248.660	166.246	1.167.264
Impostos Diferidos	-306.713		62.622	-244.091	-18.543		-262.634
Total	945.178	27.647	257.311	840.759	230.117	166.246	904.629



DF  
P. Aní

Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

### 17 – ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe da rubrica “Activos por impostos diferidos” e “Passivos por impostos diferidos” na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

*Unidade monetária: EURO*

Activos por impostos diferidos	31-12-2013	Variações com efeitos nos resultados		31-12-2014	Variações com efeitos nos resultados		31-12-2015	
		Alteração taxa	Período		Alteração taxa	Período		
Transição SNC	6.880		-6.880	0			0	
Imparidade de créditos	7.342		-599	0	6.742	192	6.934	
Responsabilidade complementos de reforma	574.283		-46.880	527.402		-4.711	522.692	
Imparidade de investimentos financeiros	157.094		-12.824	-193	144.077		144.077	
Investimentos	107.534		-8.778	13.436	112.191	6.057	118.248	
Subsídios ao investimento	1.894		-155	1.740			1.740	
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	135.919		-135.919	0			0	
<b>Total</b>	<b>990.946</b>	<b>0</b>	<b>-69.237</b>	<b>-129.557</b>	<b>792.153</b>	<b>0</b>	<b>1.538</b>	<b>793.691</b>

Passivos por impostos diferidos	31-12-2013	Variações com efeitos nos resultados		31-12-2014	Variações com efeitos nos resultados		31-12-2015	
		Alteração taxa	Período		Alteração taxa	Período		
Reinvestimento dos valores de realização	56.483		-4.611	-17.974	33.899	-15.644	18.254	
Subsídios ao investimento	306.713	0	-25.038	-37.584	244.091	18.543	262.634	
Activos Biológicos Consumíveis	0			0	387.952	51.803	439.755	
<b>Total</b>	<b>363.197</b>	<b>0</b>	<b>-29.649</b>	<b>-55.558</b>	<b>277.990</b>	<b>0</b>	<b>36.158</b>	<b>720.643</b>



Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
[Handwritten signatures]

### 18 – RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Por força do definido nos acordos de empresa, a Companhia das Lezírias mantém um conjunto de obrigações de benefícios definidos para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na NCRF 28 - Benefícios dos empregados.

*Unidade monetária: EURO*

Benefícios pós-emprego	31-12-2015	31-12-2014
Responsabilidades no início do período	2.344.011	2.344.011
Custo de juros	109.568	
Ganhos e perdas actuariais	42.262	
Benefícios pagos	-172.767	
Responsabilidades no fim do período	2.323.074,00	2.344.011

Principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados na elaboração do último estudo efectuado, reportado a 31 de Dezembro de 2015:

Tábua de mortalidade	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80 (50%)
Taxa de desconto	2,50%
Taxa de crescimento	
Salários	0,00%
Diuturnidades	0,00%
Pensões	0,00%
Taxa de revalorização dos salários SS	0,00%
Taxa de inflacção	1,00%

### 19 – LOCAÇÕES

As locações contratadas pela empresa respeitam a contratos de renting, tendo registado como gasto no período de 18.467,21 Euros.



Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
J. Amig

### 20 – RÉDITO

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito encontram-se descritas na nota 3.1.16.1.

Quantias significativas de rédito reconhecida durante o período:

*Unidade monetária: EURO*

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
<b>Vendas</b>	<b>4.926.713</b>	<b>5.088.788</b>
Produtos agrícolas	2.141.035	1.802.449
Vinhos e derivados	1.153.905	1.116.743
Produtos florestais	709.234	1.173.254
Activos biológicos	922.539	996.342
<b>Prestações de serviços</b>	<b>358.559</b>	<b>276.004</b>
Caça	87.694	71.295
Agro-turismo	264.017	193.830
Outros	6.848	10.879
<b>Total</b>	<b>5.285.272</b>	<b>5.364.791</b>

### 21 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

*Unidade monetária: EURO*

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
Subcontratos	964.988	996.945
Serviços especializados	1.219.077	1.245.396
Trabalhos especializados	275.465	332.661
Conservação e reparação	552.060	530.309
Outros	391.551	382.426
Energia e fluidos	305.280	261.899
Serviços diversos	417.707	386.710
Outros	179.874	159.950
<b>Total</b>	<b>3.086.925</b>	<b>3.050.900</b>



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
Amg

## 22 – GASTOS COM O PESSOAL

*Unidade monetária: EURO*

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
<b>Órgãos sociais</b>		
Remunerações	196.487	201.163
Encargos	51.046	52.762
<b>Pessoal</b>		
Remunerações	1.670.628	1.740.269
Encargos	373.782	386.087
Benefícios pós-emprego	-20.937	0
Pensões de reforma e sobrevivência	175.692	190.914
Outros gastos	68.545	61.464
<b>Total</b>	<b>2.515.242</b>	<b>2.632.659</b>

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante o exercício de 2015 foi de 104. No exercício de 2014 foi de 111.

De sublinhar que o aumento registado foi devido à integração, em Agosto de 2013, de pessoal na extinta Fundação Alter Real. Caso tal não tivesse ocorrido, o número médio de pessoas em 2015 seria de 89 e em 2014 de 94.

Os gastos suportados com os órgãos sociais durante o exercício foram:

*Unidade monetária: EURO*

Órgão Social	31-12-2015	31-12-2014
Mesa da Assembleia-geral	312	830
Conselho de Administração	247.221	253.095
Revisor Oficial de Contas	13.800	13.800

Relativamente a benefícios pós-emprego, ver nota 18.



DF  
J. Amig

Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

### 23 – IMPARIDADE DE ACTIVOS

As perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período são detalhadas do seguinte modo:

*Unidade monetária: EURO*

Imparidade de dívidas a receber	31-12-2013	Reconhecidas nos resultados durante o período		31-12-2014	Reconhecidas nos resultados durante o período		31-12-2015
		Aumentos	Reversões		Aumentos	Reversões	
Clientes	596.957	3.205	1.049	599.113	4.089	2.753	600.450
Accionistas/sócios	18.209	615		18.824			18.824
Outras contas a receber	49.166	21.851	3.556	67.461	12.171	19.217	60.414
<b>Total</b>	<b>664.332</b>	<b>25.671</b>	<b>4.605</b>	<b>685.398</b>	<b>16.260</b>	<b>21.970</b>	<b>679.688</b>

Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis	31-12-2013	Reconhecidas nos resultados durante o período		31-12-2014	Reconhecidas nos resultados durante o período		31-12-2015
		Aumentos	Reversões		Aumentos	Reversões	
Participações financeiras - outros métodos	640.343			640.343			640.343
Outros activos financeiros	858		858	0			0
<b>Total</b>	<b>641.201</b>	<b>0</b>	<b>858</b>	<b>640.343</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>640.343</b>

### 24 – AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

As variações de justo valor reconhecidas nos resultados durante o período são detalhadas do seguinte modo:

*Unidade monetária: EURO*

Aumentos/reduções de justo valor	31-12-2015	31-12-2014
<b>Ganhos por aumentos de justo valor</b>		
Activos biológicos consumíveis	3.424.834	3.299.829
Activos biológicos de produção	122.467	86.200
<b>Total</b>	<b>3.547.300</b>	<b>3.386.029</b>
<b>Perdas por reduções de justo valor</b>		
Activos biológicos consumíveis	524.053	613.180
Activos biológicos de produção	98.059	98.101
<b>Total</b>	<b>622.111</b>	<b>711.281</b>

A determinação do justo valor foi efectuada de acordo com o divulgado na nota 8.2.



DF  
Arij

Companhia das Lezírias, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

### 25 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os “Outros rendimentos e ganhos” reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

*Unidade monetária: EURO*

Outros rendimentos e ganhos	31-12-2015	31-12-2014
Rendimentos suplementares	159.925	153.874
Ganhos em inventários	26.223	13.809
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	2.702.150	2.421.679
Imputação de subsídios para investimentos	150.936	157.124
Juros obtidos	17.251	26.116
Outros rendimentos e ganhos	78.464	137.633
<b>Total</b>	<b>3.134.949</b>	<b>2.910.235</b>

### 26 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Os “Outros gastos e perdas” reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

*Unidade monetária: EURO*

Outros gastos e perdas	31-12-2015	31-12-2014
Impostos	59.376	57.439
Perdas em inventários	50.491	50.057
Outros	114.900	173.626
<b>Total</b>	<b>224.767</b>	<b>281.122</b>



DF  
J. Araújo

Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

## 27 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÕES E DE AMORTIZAÇÕES

Os gastos/reversões de depreciação e de amortização reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

*Unidade monetária: EURO*

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31-12-2015	31-12-2014
<b>Propriedades de investimento</b> (mensuradas ao custo)		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	3.135	3.135
<b>Total</b>	<b>3.135</b>	<b>3.135</b>
<b>Activos fixos tangíveis</b>		
Terrenos e recursos naturais	66.230	66.230
Edifícios e outras construções	587.886	605.659
Equipamento básico	194.200	179.342
Equipamento de transporte	60.063	50.779
Equipamento administrativo	26.540	41.486
Equipamentos biológicos	5.713	6.319
Outros activos fixos tangíveis	16.604	19.149
<b>Total</b>	<b>957.236</b>	<b>968.963</b>
<b>Activos intangíveis</b>		
Usufruto FAR DL 109/2013	9.508	9.508
<b>Total</b>	<b>9.508</b>	<b>9.508</b>
<b>Activos biológicos</b> (mensurados ao custo)		
Plantações	191.425	196.951
<b>Total</b>	<b>191.425</b>	<b>196.951</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.161.303</b>	<b>1.178.557</b>



Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DF  
Arij

## 28 – JUROS, DIVIDENDOS, RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os “Juros, dividendos e outros rendimentos similares” e “Gastos e perdas de financiamento” reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

*Unidade monetária: EURO*

Juros, dividendos e outros rendimentos similares	31-12-2015	31-12-2014
<b>Juros obtidos</b>		
Total	0	0
<b>Gastos e perdas de financiamento</b>		
<b>Juros suportados</b>		
Total	116	321

A política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos encontra-se divulgada na nota 3.1.16.3.





Companhia das Lezírias, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

---

### 30 – ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Na data das presentes demonstrações financeiras, a Companhia das Lezírias detém as seguintes garantias bancárias que lhe foram prestadas:

- Garantia bancária no valor de 2.493,99 Euros, no BPI, destinada a caucionar a exportação de vinhos;
- Garantia bancária no valor de 30.000,00 Euros, no BCP, destinada a caucionar o fornecimento de gasóleo;
- Garantia bancária no valor de 858.689,32 Euros, no BCP, destinada a caucionar um pedido de reembolso de IVA (ver nota 15).

O Técnico Oficial de Contas

Rui Manique de Brito

O Conselho de Administração

António Miguel Semedo Pimentel Saraiva  
Presidente

Diogo Suplco de Faria e Silva  
Vogal

João Carlos Caldeira Gonçalves  
Vogal

Samora Correia, 11 de Março de 2015

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de balanço de 45.743.024 euros e um total de capital próprio de 41.568.281 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 1.327.260 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

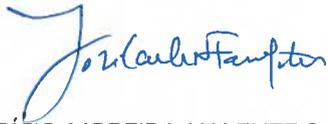
OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA.**, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Lisboa, 15 de março de 2016



PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC, LDA  
representada por José Carlos Nogueira Farla e Matos (ROC 1034)

PORTUGAL

Patrício, Moreira, Valente &amp; Associados, Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhamos a atividade da **COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA.**, durante o exercício de dois mil e quinze, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Foram também consideradas as orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, designadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias previstas para 2015, e na Lei do Orçamento de Estado para 2015. Foi ainda verificado o cumprimento da exigência constante do nº1 do artigo 54º do RJSP, o qual estabelece que as empresas públicas apresentem anualmente relatórios de boas práticas de governo societário.

Apreciámos o relatório de gestão, as contas do exercício e emitimos a certificação legal das contas, que aqui se dá por reproduzida. Apreciámos ainda o relatório do governo societário, considerando a informação que nele consta adequada tendo por base os objetivos de gestão fixados pelo acionista.

Relativamente aos objetivos de gestão fixados pelo acionista, refere-se que o grau de execução dos mesmos encontra-se devidamente detalhado nas notas 6.1 e 6.17 do relatório de gestão e no capítulo II, ponto 2 do governo societário.

Tudo considerado, somos de parecer que a assembleia geral anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2015, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 15 de março de 2016

O Fiscal Único



- PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC, LDA  
representada por José Carlos Nogueira Faria e Matos (ROC 1034)

**THE POWER OF BEING UNDERSTOOD**  
AUDIT | TAX | CONSULTING



Companhia das Lezírias, S.A.

---

Amg  
DF  
X.

**Relatório  
de Governo  
Societário**

**2015**

---

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 11 de Março de 2016



Ami  
DF  
P.

## Índice

<b>I. Sumário Executivo.....</b>	<b>3</b>
<b>II. Missão, Objectivos e Políticas .....</b>	<b>4</b>
<b>III. Estrutura de capital .....</b>	<b>6</b>
<b>IV. Participações Sociais e Obrigações detidas .....</b>	<b>7</b>
<b>V. Órgãos Sociais e Comissões .....</b>	<b>8</b>
A. Mesa da Assembleia Geral .....	8
B. Administração e Supervisão .....	9
C. Fiscalização.....	12
D. Revisor Oficial de Contas (ROC) .....	13
E. Auditor Externo .....	14
<b>VI. Organização Interna .....</b>	<b>15</b>
A. Estatutos e Comunicações .....	15
B. Controlo interno e gestão de riscos .....	15
C. Regulamentos e Códigos .....	17
D. Deveres especiais de informação.....	17
E. Sítio da Internet.....	18
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral .....	18
<b>VII. Remunerações .....</b>	<b>20</b>
A. Competência para a determinação.....	20
B. Comissão de Fixação de Remunerações .....	20
C. Estrutura das Remunerações .....	20
D. Divulgação das Remunerações.....	21
<b>VIII. Transacções com Partes Relacionadas e Outras .....</b>	<b>23</b>
<b>IX. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental .....</b>	<b>25</b>
<b>X. Avaliação do Governo Societário .....</b>	<b>27</b>
<b>XI. Anexos do RGS .....</b>	<b>28</b>



Companhia das Lezírias, S.A.

Ami DF  
J.

---

## Relatório de Governo Societário

### I. Sumário Executivo

A Companhia das Lezírias é a maior exploração agro-pecuária e florestal existente em Portugal, sendo o seu capital detido na sua totalidade pela Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA. É parte integrante do denominado Sector Empresarial do Estado (SEE), cujo regime jurídico foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro. O SEE é constituído pelo conjunto das unidades produtivas do Estado, organizadas e geridas de forma empresarial.

É preocupação da Companhia das Lezírias promover as melhores e mais adequadas práticas de gestão de todos os activos materiais, imateriais e humanos que fazem parte do vasto património da empresa, operando de acordo com os mais altos padrões éticos e legais, designadamente em matéria de Boas Práticas de Governo Societário.

As orientações por que nos devemos pautar nesta matéria são seguidas de forma diligente, nunca descurando a natureza específica do sector e das actividades da empresa, não tendo, em 2015, introduzido alterações significativas nas práticas prosseguidas.



Amig  
JK  
J

## II. Missão, Objectivos e Políticas

1. A Companhia das Lezírias (CL) na sua qualidade de maior empresa agrícola portuguesa tem como missão fundamental, a gestão rentável e eficiente do seu património agrícola, florestal e imobiliário, no respeito pela biodiversidade e pelos valores do ambiente.
2. Temos, portanto, como objectivos principais, a criação sustentada de valor para todos os *stakeholders* envolvidos, bem como a manutenção e desenvolvimento de uma área de preservação ambiental de grande relevância no contexto nacional.

Foi estabelecido pelo actual Conselho de Administração como objectivo para o triénio 2012/2014 e para o triénio 2015/2017, uma subida sustentada do resultado líquido sempre tendo em atenção a valorização e preservação do meio ambiente. Conforme se poderá constatar pela leitura do relatório do Conselho de Administração, tal desiderato está a ser atingido. Efectivamente os resultados líquidos tiveram a seguinte evolução:

Companhia das Lezírias	2012	2013	2014	2015
Resultado Líquido (€)	629.764	667.946	1.025.984	1.327.620

A acrescentar aos objectivos de melhoria dos resultados operacionais definidos pelo accionista e pela tutela sectorial, 2014 foi o primeiro ano completo de gestão da Coudelaria de Alter pela Companhia das Lezírias, no cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de Novembro, que delegou e transferiu para a Companhia das Lezírias, um conjunto de atribuições relacionadas com a gestão dos efectivos equinos e dos patrimónios imobiliários daquela Coudelaria.

A integração da Coudelaria de Alter pela CL traduziu-se, apesar das melhorias introduzidas na sua gestão, no *apport* à Companhia de uma actividade que produz prejuízos de exploração o que, portanto, valoriza ainda mais os resultados obtidos em 2013, 2014 e 2015.

Coudelaria de Alter	2013	2014	2015
Resultados antes de impostos (€)	-244.970	-448.913	-469.812



Amig

## Companhia das Lezírias, S.A.

No que respeita ao grau de cumprimento dos objectivos de gestão definidos pelo acionista, apresentamos quadro resumo dos mesmos, também plasmado no Relatório do Conselho de Administração.

	Objectivos	Indicador	Fórmula de cálculo / Fonte	Objectivo Anual	Avaliação	Ponderação	Avaliação		
Quantitativa	Execução das tarefas necessárias à concretização da cessão de exploração das actividades de alojamento, visitação e Turismo Equestre na Tapalpa da Almeira. Desenvolver uma estratégia que conduza ao crescimento sustentado da visitação do EVDA, atingindo em 2017 um patamar de 10.000 visitantes/ano.		Relatório de Avaliação	Avaliação Positiva	Não Atinge: 1	20%	1	0,20	Não Atinge
					Atinge: 2				
					Supera: 3				
			Relatório de Avaliação	Avaliação Positiva		10%	2	0,20	Atinge
						20%		0,40	
Qualitativa	Racionalização de recursos	(FSE + Gastos com Pessoal) / Volume de Negócios	Relatório e Contas	Valor ano n < valor ano n-1	+10%: 1 100%: 2 -100%: 3	15%	2	0,30	Atinge
	Endividamento	Fornecedores / Volume de Negócios	Relatório e Contas	< 11%	+11%: 1 11% a 2 38%: 2 +40%: 3	10%	3	0,30	Supera
	Potenciar o valor do património rústico e urbano	Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento / Total Proveitos	Relatório e Contas	> 23%	-23%: 1 23% a 39%: 2 +25%: 3	13%	3	0,39	Supera
	Assegurar a sustentabilidade da Área Vitícola e Oleícola	Vendas	Relatório e Contas	Variação mínima de 5%	-5%: 1 5% a 19%: 2 +20%: 3	20%	3	0,60	Supera
	Aumentar a rentabilidade acionista	Resultado Líquido / Capital Próprio	Relatório e Contas	Variação mínima de 2%	-2%: 1 2% a 4%: 2 +5%: 3	12%	3	0,36	Supera
						77%		1,95	

<b>Avaliação Global</b>	<b>Índice de desempenho</b>	<b>Avaliação Global</b>	<b>Objectivos</b>
Classificação: cumpridos	1 - 0,6 (+1,30)	2,35	Objectivos cumpridos
Objectivos cumpridos	1,30 - 0,6 (-1,29)		
Objectivos não cumpridos	0,29 - 0,6 (-2,2)		

- No que respeita aos factores chave de que dependem os resultados da empresa, matéria que foi pormenorizadamente explanada em sede do Relatório do Conselho de Administração, poderíamos salientar os seguintes:
  - Evolução dos preços dos produtos produzidos pela empresa e dos serviços prestados;
  - Aumento das produtividades por hectare das produções agrícolas;
  - Boa negociação com os fornecedores de matérias-primas e de serviços;
  - Contenção dos custos fixos, designadamente pessoal;
  - Capacidade de promover uma subida sustentada das rendas por hectare junto dos nossos rendeiros;
  - Optimização da capacidade de majoração dos subsídios a receber do IFAP e do PDR2020.
- Além do crescimento dos resultados líquidos já referido, gostaríamos de salientar a excelente imagem de que goza a Companhia das Lezírias, no que respeita à qualidade dos seus produtos e dos serviços que presta e ao cumprimento rigoroso das suas obrigações com os fornecedores e demais *players*, designadamente no que respeita a prazos de pagamento. Podemos afirmar com toda a segurança que a CL é sinónimo de qualidade, fiabilidade e honorabilidade, sendo pois uma empresa de referência no Sector Empresarial do Estado.

No que respeita ao serviço público a prestar pela empresa, tal facto prende-se com a preservação do património genético animal da raça Lusitana, nas linhas genéticas de Alter Real e da Coudelaria Nacional.



Companhia das Lezírias, S.A.

---

Amig DF

### III. Estrutura de capital

1. O capital social da Companhia das Lezírias é constituído por 1.000.000 (um milhão) de acções, com o valor nominal de 5,00 (cinco euros) cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado.  
É detido na sua totalidade (100%) pela Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.
2. De acordo com o artigo 4.º dos estatutos da Companhia das Lezírias, o capital social é representado por acções do tipo A e do tipo B, sendo todas obrigatoriamente nominativas. As acções do tipo A só podem ser detidas pelo Estado, por pessoas colectivas de direito público ou por outras entidades que, por imposição legal, devem pertencer ao sector público. O capital social deve ser detido por estas entidades em cinquenta e um por cento. As acções do tipo B serão nominativas ou ao portador em regime de registo, podendo ser detidas por entidades públicas ou privadas.
3. Dada a natureza de acionista único da Companhia das Lezírias, não existem acordos parassociais que possam conduzir a eventuais restrições.



Companhia das Lezírias, S.A.

Amig DF  
J.

#### IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. À data de 31 de Dezembro de 2015 a Companhia da Lezírias era titular das seguintes participações qualificadas noutras entidades;

Denominação Social	Capital Social	
	Valor (€)	% Detida
ORIVÁRZEA - Orizicultores do Ribatejo, S.A.	2.500.000,00	27,12%
CLR - Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda.	5.000,00	20,00%

2. A Companhia das Lezírias não procedeu à aquisição nem à alienação de quaisquer participações sociais, bem como não procedeu à participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional;
3. Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detêm acções ou obrigações da empresa;
4. Não existem relações de natureza comercial entre o acionista único e a sociedade. Existe apenas a relação acionista.  
Ver mais informação no capítulo VIII.



King DF  
↑

## V. Órgãos Sociais e Comissões

### A. Mesa da Assembleia Geral

- Os membros da Mesa da Assembleia Geral exercem as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, contando-se como completo o ano civil da designação. Os membros consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos e permanecem no exercício das suas funções até à posse de quem deva substituí-los.

O presidente da mesa, Armando José Cordeiro Sevinate Pinto, foi nomeado para completar o mandato 2012 a 2014 na assembleia realizada no dia 12/04/2013.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€)	Bruta (€)
2012 - 2014	Presidente	Armando Sevinate Pinto	500,00	0,00
2012 - 2014	Secretário	Sara Pereira	350,00	350,00

Na Assembleia Geral realizada no dia 28/04/2015 foram nomeados novos membros da mesa.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€)	Bruta (€)
2015 - 2017	Presidente	Francisco Gomes da Silva	500,00	0,00
2015 - 2017	Secretário	João Pinho	350,00	0,00

- A Companhia das Lezírias tem como único acionista a Parpública, SGPS, S.A., sendo por definição todas as decisões tomadas por maioria qualificada. De salientar que os estatutos são omissos no que respeita a maiorias qualificadas, donde se remete para o previsto no Código das Sociedades Comerciais.



Amig DF

## Companhia das Lezírias, S.A.

### B. Administração e Supervisão

1. A Companhia das Lezírias tem como modelo de governo societário um Conselho de Administração;
2. Os membros do Conselho de Administração exercem as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, contando-se como completo o ano civil da designação.  
Os membros consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos e permanecem no exercício das suas funções até à posse de quem deva substituí-los;
3. O Conselho de Administração é composto por um presidente e dois vogais.

Mandato (Período - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração		N.º de Mandatos exercidos na sociedade	Primeira designação
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(Origem/Destino)		
2015 - 2017	Presidente	António Saraiva	Assembleia Geral	28-04-2015	Empresa	Destino	2	28-02-2012
2015 - 2017	Vogal	Diogo Faria	Assembleia Geral	28-04-2015	Empresa	Destino	2	28-02-2012
2015 - 2017	Vogal	João Caldeira	Assembleia Geral	28-04-2015	Empresa	Destino	2	28-02-2012

Número estatutário mínimo e máximo de membros - 3 / 3

4. Todos os membros do Conselho de Administração desempenham funções executivas, a tempo integral;
5. Elementos curriculares de cada um dos membros do Conselho de Administração:

**Presidente:** Eng. António Miguel Semedo Pimentel Saraiva

Licenciado em Agronomia, na especialidade de agropecuária, pelo Instituto Superior de Agronomia, UTL – Lisboa; Graduou-se em Excelência da Marketing e Vendas pelo INSEAD (Fontainebleu), em França; completou o Agribusiness Seminar pela Harvard Business School (Boston), nos EUA; fez diversas formações em liderança das quais se destaca a conclusão do Leadership Development Program pelo Centre for Creative Leadership (Greensboro), dos EUA; formou-se em Product Management pela Bradford University (Bradford), no Reino Unido.

Foi responsável de Supply Chain na Syngenta Iberia em Madrid (desde 2008) até ao início do primeiro mandato na CL (28/02/2012). Foi Director Geral da Syngenta C.P., Lda. em Portugal entre 2000 e 2008. Teve uma carreira de Marketing e Vendas na Zeneca Agro em Portugal e Espanha nas áreas da Gestão de Produto, Direção de Vendas, Direção de Marketing (Madrid) e Direção Comercial.

Foi Presidente da Direção da Associação Nacional da Indústria para a Proteção das Plantas (ANIPLA) entre 2001 e 2009. Foi Presidente da Direção e fundador do Sistema Integrado de Gestão dos Resíduos em Agricultura (SIGERU) de 2004 a 2009, que gere os resíduos de embalagens vazias de fitofármacos (VALORFITO). Foi membro da Direção do Centro de Informação de Biotecnologia (CiB).



## Companhia das Lezírias, S.A.

---

Amig DF  
J.

**Vogal: Dr. Diogo Supico de Faria e Silva**

Licenciado em Gestão de Empresas – Instituto Superior de Economia de Lisboa – Universidade Técnica de Lisboa – 1970/1975

Fez diversas formações complementares em direcção geral, marketing, direcção financeira, fiscalidade, análise de projectos de investimento, análise de mercados financeiros e de capitais e em modelos de avaliação de empresas.

**Cárrera Profissional:**

1976/1984 – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (IAPMEI), Técnico da Direcção de Acções Colectivas

1984/1985 – Crédit Lyonnais Portugal, Adjunto da Direcção Comercial

1985/1986 – Engil Imobiliária, Lda., Director Financeiro e Administrativo

1986 – Grupo IPE-Investimentos e Participações Empresariais, SA, Responsável pelo acompanhamento e controle de várias empresas do Grupo.

1989/1990 – Soginpar – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, SA., Director Geral

1990/1995 – Sulpedip, SA, actual PME Investimentos, Administrador

1995/1998 – Soset, SA, Sociedade de Desenvolvimento Regional de Setúbal, Administrador

1995/1996 – SPE, SA, Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, Administrador

1996/2000 – IPE Holding, Lançamento da área internacional do Grupo, designadamente nos PALOP, tendo sido Administrador de várias empresas participadas

2000/2002 – SPE, SA, Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, Administrador

2002/2010 – SPE, SA, Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, Presidente do Conselho de Administração

Nov 2002/Janeiro 2003 – EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA., Administrador

2000/2010 – Câmara de Comércio e Indústria Portugal/Angola, Membro da Direcção Executiva

Nov 2010/Out 2011 – Guedol, Engenharia, SA, Administrador

Fev 2012 – Companhia das Lezírias, SA, Administrador

**Vogal: Dr. João Carlos Caldeira Gonçalves**

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e com Pós-Graduação em Gestão pela mesma Universidade.

Exerceu funções de Direcção Financeira e de Administração em empresas internacionais nas indústrias dos sistemas de informação, produtos de grande consumo e telecomunicações.

Exerceu funções nas áreas de Controlo de Gestão e Direcção Financeira no grupo Olivetti, em Portugal e em Espanha.

Teve responsabilidades regionais (Ibérica e posteriormente França e Benelux) enquanto quadro financeiro de topo na estrutura europeia da Reckitt Benckiser.

Foi Director Financeiro na Vodafone Portugal e mais tarde Director de Gestão de Risco com responsabilidade sobre as áreas de Segurança da Informação, Gestão de Crédito e Fraude.

Nos últimos dois anos exerceu funções como consultor de empresas na esfera da optimização de custos e melhoria da eficiência operacional.



Amij DF  
J

## Companhia das Lezírias, S.A.

6. Nenhum dos membros do órgão de administração detém participações patrimoniais, nem mantém quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócios, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, pelo que foi apresentada pelos mesmos declaração ao Conselho de Administração e aos órgãos de fiscalização da empresa bem como à IGF, nos termos legalmente exigidos;
7. Os membros do Conselho de Administração não mantêm relações familiares, profissionais ou comerciais com o acionista único;
8. Pelouros e repartição de competências dos membros do Conselho de Administração:

### Presidente: Eng. António Saraiva

- Representação externa da CL, junto de instituições e organismos públicos;
- Acompanhamento da Coordenação da Produção Florestal e Recursos Silvestres;
- Coordenação e acompanhamento do Departamento de Produção Equina (Companhia das Lezírias e Coudelaria de Alter) e Atividades Equestres.
- Coordenação da Comunicação

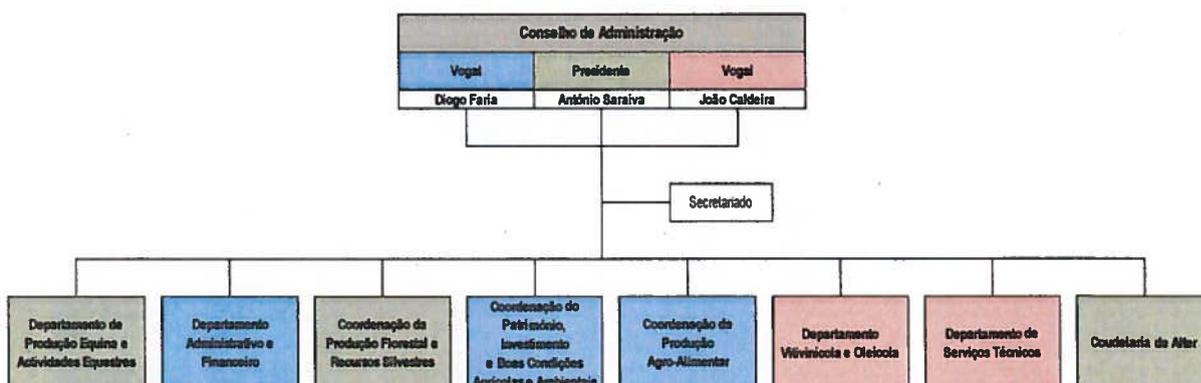
### Vogal: Dr. Diogo Faria

- Relacionamento com o acionista Parpública, SGPS;
- Coordenação e acompanhamento do Departamento Administrativo e Financeiro;
- Coordenação e acompanhamento da Coordenação do Património, Investimentos e Boas condições Agrícolas e Ambientais;
- Coordenação e Acompanhamento da Coordenação da Produção Agrícola e Animal.

### Vogal: Dr. João Caldeira

- Coordenação e acompanhamento do Departamento Vitivinícola e Oleícola;
- Coordenação e acompanhamento do Departamento de Serviços Técnicos.

À repartição de pelouros e competências, corresponde o seguinte organigrama:





## Companhia das Lezírias, S.A.

Arj DF  
J

### 9. Funcionamento do Conselho de Administração Executivo:

- a) O conselho durante o ano de 2015 reuniu 16 vezes, estando presentes todos os membros em todas as reuniões;
- b) Outros cargos exercidos em simultâneo pelos membros do Conselho de Administração (em nenhum destes cargos há lugar ao recebimento de qualquer tipo de retribuição, seja a que título for):

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
António Saraiva	Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	Presidente da Direcção	Privado
António Saraiva	Orivárzea - Orizicultores do Ribatejo, S.A.	Vice-Presidente não executivo do Conselho de Administração	Privado
Diogo Faria	Associação de Criadores de Bovinos da Raça Preta	Presidente da Direcção	Privado
Diogo Faria	Tapada Nacional de Mafra	Presidente do Conselho Fiscal	Privado

- c) A avaliação do desempenho dos administradores executivos é feita pelo acionista. Os administradores executivos tiveram que atingir os objectivos de gestão contratualizados com o Estado e que já atrás se reproduziram;
- d) A Companhia das Lezírias não tem, nem estatutariamente é obrigada a ter, comissões de qualquer natureza.

### C. Fiscalização

1. O órgão de fiscalização da Companhia das Lezírias é composto por um Fiscal Único. É ainda nomeado um Fiscal Único Suplente. Ambos devem ser Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.  
O Fiscal Único exerce as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, contando-se como completo o ano civil da designação.  
Os membros consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos e permanecem no exercício das suas funções até à posse de quem deva substituí-los.
2. Conforme já referido, a empresa tem apenas Fiscal Único que, sendo ROC, mantém por definição uma relação de independência no exercício das funções.



#### D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. O cargo de revisor oficial de contas da Companhia das Lezírias é desempenhado pela sociedade de revisores oficiais de contas Patrício, Moreira, Valente & Associados – SROC, Lda., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 21 e registada na CMVM sob o n.º 196, representada por José Carlos Nogueira Faria Matos, ROC n.º 1034.

O revisor oficial de contas suplente da sociedade é Joaquim Patrício da Silva, ROC n.º 320;

2. O Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 224/2008, de 20 de Novembro, e 185/2009, de 12 de Agosto, aprovou o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, impõe, a título de requisito de independência (artigo 54.º), a rotação do sócio responsável pela orientação ou execução da revisão legal de contas dispondo que os revisores oficiais de contas designados para o exercício da revisão legal das contas são inamovíveis antes de terminado o mandato ou, na falta de indicação deste ou de disposição contratual, por períodos de quatro anos, salvo com o seu expresse acordo, manifestado por escrito, ou verificada justa causa arguível nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e na legislação respectiva para as demais empresas ou outras entidades.

Os decretos antes referidos foram revogados com a publicação da Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2016 e publicou o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, mantendo-se a imposição.

O Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 71/2010, de 18 de junho, prevê na alínea l) do artigo 2.º quais as empresas públicas que se qualificam como Entidades de Interesse Público (EIP).

Os decretos antes referidos foram revogados com a publicação da Lei n.º 148/2015, de 7 de Setembro, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2016.

Na alínea l) do artigo 2º do Anexo à Lei n.º 148/2015, de 7 de Setembro, são mantidas as condições de qualificação das empresas públicas como EIP.

O Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, para as EIP, impõe um período máximo de sete anos para o exercício de funções de revisão legal das contas pelo sócio responsável pela orientação ou execução direta da revisão legal das contas (artigo 54.º).

A Companhia das Lezírias não reunindo as condições definidas para se qualificar como EIP, não está sujeita ao cumprimento da rotatividade legalmente imposta no que diz respeito ao Revisor Oficial de Contas.



DF  
Amij

## Companhia das Lezírias, S.A.

3. A Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC exerce funções na Companhia das Lezírias desde o ano 2012, portanto há 4 anos, incluindo o ano a que se refere o presente relatório;

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC		Designação			Remuneração (€)		N.º de anos de funções exercidas na entidade	Primeira designação	
		Nome	N.º Inscrição na SROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data	Contratada	Limite Fixado			Contratado
2015 - 2017	ROC	Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por José Carlos Nogueira Faria Matos	21 1034	20161380 20160648	Assembleia Geral	28-04-2015	Sim	14.400,00	14.400,00	4	28-02-2012
2015 - 2017	ROC Suplente	Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por Joaquim Patrício da Silva	21 320	20161380 20160076	Assembleia Geral	28-04-2015	Sim	n.a.	n.a.	-	28-02-2012

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)- (2)+(3)
Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por José Carlos Nogueira Faria Matos	14.400,00	750,00	150,00	13.800,00
Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por Joaquim Patrício da Silva	--	--	--	--

Nota: Pago através de factura da SROC.

4. A SROC e o ROC não prestaram quaisquer outros serviços à Companhia das Lezírias.

### E. Auditor Externo

A Companhia das Lezírias não tem, nem estatutariamente é obrigada a ter, auditor externo.



## VI. Organização Interna

### A. Estatutos e Comunicações

1. A alteração dos estatutos está sujeita às regras relevantes nesta matéria constantes da lei, designadamente no artigo 383.º do Código das Sociedades Comerciais e do previsto no artigo 10.º dos Estatutos;
2. Os acionistas, membros dos órgãos sociais, colaboradores, prestadores de serviços, clientes, fornecedores e outros *stakeholders* da Companhia das Lezírias podem comunicar quaisquer práticas irregulares de que tenham conhecimento ou fundadas dúvidas, de forma a prevenir, impedir ou permitir a sanção de irregularidades potencialmente causadoras de efeitos adversos à Companhia das Lezírias. As comunicações terão um tratamento confidencial;
3. Os sistemas de controlo internos implementados pela empresa com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional são os adequados a este objectivo, conforme se pode constatar pela análise do documento intitulado “Política de Gestão de Risco de Fraude” que se encontra disponível para consulta através do *site* de internet da CL em [www.cl.pt/Politica-Gestao-Risco-Fraude.pdf](http://www.cl.pt/Politica-Gestao-Risco-Fraude.pdf).

### B. Controlo interno e gestão de riscos

1. Os sistemas de controlo internos implementados pela empresa são os adequados a este objectivo.  
Os investimentos são decididos pelo Conselho de Administração sob proposta do director do departamento em causa, bem como, nalguns casos, do director do departamento de Serviços Técnicos.  
A implementação dos investimentos é acompanhada pelos directores intervenientes.  
Saliente-se que, em termos históricos e em termos gerais, os custos reais foram inferiores aos custos orçamentados.  
A dimensão e complexidade da empresa não justifica medidas adicionais relevantes de controlo nesta matéria, para além da intervenção dos administradores, directores e técnicos.  
Convém salientar que a empresa dispõe de contabilidade analítica, devidamente pormenorizada, que apura os desvios dos proveitos e dos custos entre o real, o período homólogo do ano anterior e o orçamentado;



DF  
Amj J.

## Companhia das Lezírias, S.A.

---

2. Atendendo à dimensão da empresa, não existem quaisquer comissões, pessoas, órgãos ou comissões com responsabilidades autónomas pela auditoria interna.  
A CL é auditada pelo seu ROC, pela Auditoria Interna da Parpública, pela IGF e pela auditoria do Ministério da Agricultura;
3. Dependente do ponto VI.A.3: Documento “Política de Gestão de Risco de Fraude”;
4. Considerando o explicitado no ponto 2, não existem quaisquer relações de dependência hierárquica e/ou funcional;
5. Considerando o explicitado nos pontos 2 e 4, não existem quaisquer outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos;
6. Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em factores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da actividade e do mercado onde essa actividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a Empresa está exposta, com base na perspectiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:
  - a) Risco de Mercado, o qual inclui três tipos de risco:
    - i. Risco cambial - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio;
    - ii. Risco de preço - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por factores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por factores que afectem todos os instrumentos negociados no mercado; e
    - iii. Risco de taxa de juro - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado.  
O risco de mercado é pouco significativo para a Companhia das Lezírias.
  - b) Risco de crédito - é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira. A Empresa encontra-se sujeita ao risco do crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.
  - c) Risco de financiamento - é o risco de que a Empresa venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um activo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor  
O risco de liquidez não é significativo para a Empresa;



DF  
Amij

## Companhia das Lezírias, S.A.

---

7. Dependente do ponto VI.A.3;
8. Dependente do ponto VI.A.3;

### C. Regulamentos e Códigos

1. Não aplicável;
2. A Companhia das Lezírias adoptou um Código de Ética que se aplica a todos os colaboradores, qualquer que seja o seu vínculo laboral ou mandato em corpos sociais executivos ou não executivos, incluindo os das associações ou sociedades por si constituídas. A CL tem registo e evidências da entrega de cópias a todos os trabalhadores e do conhecimento destes desse documento e conteúdo. Quer os trabalhadores quer os clientes e fornecedores podem ter acesso à última versão do Código de Ética, efectuada em Novembro de 2013, através do *site* de internet da CL em [www.cl.pt/Codigo\\_Etica.pdf](http://www.cl.pt/Codigo_Etica.pdf).
3. A Companhia das Lezírias adoptou um plano de acção para prevenir fraudes internas e externas traduzido no regulamento sobre Política de Gestão de Risco e Fraude, que se aplica a todos os colaboradores, qualquer que seja o seu vínculo laboral ou mandato em corpos sociais executivos ou não executivos, incluindo os das associações ou sociedades por si constituídas. Quer os trabalhadores quer os clientes e fornecedores podem ter acesso à última versão, efectuada em Junho de 2015, a Política de Gestão de Risco e Fraude, através do *site* de internet da CL em [www.cl.pt/Politica-Gestao-Risco-Fraude.pdf](http://www.cl.pt/Politica-Gestao-Risco-Fraude.pdf).

Até à data não foram registadas quaisquer ocorrências ou identificados riscos de ocorrência.

### D. Deveres especiais de informação

1. A Companhia das Lezírias reporta regularmente a informação económica e financeira através do portal do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) e do portal do Tribunal de Contas;
2. O cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita, quer relativamente à função acionista, quer ao público em geral, são divulgados através das plataformas indicadas no ponto anterior e através do seu sítio na internet;



DF  
Ami

## Companhia das Lezírias, S.A.

---

### E. Sítio da Internet

1. O *website* da Companhia das Lezírias está disponível em português e inglês e pode ser acedido em [www.cl.pt](http://www.cl.pt). No separador identificado como “Empresa”, pode ser encontrada toda a informação relevante e sobre a Companhia das Lezírias.
2. Os estatutos da empresa estão disponíveis do *site* de internet da CL em [www.cl.pt/htmls/pt/empresa\\_estatutos.shtml](http://www.cl.pt/htmls/pt/empresa_estatutos.shtml).
3. Relativamente às obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita, associadas à actividade da Coudelaria de Alter, não existe qualquer contrato específico sobre a natureza e condições da sua atribuição, para além das constantes na legislação que o atribuiu. Informações sobre esta matéria poderão ser obtidas no *site* da internet em [www.alterreal.pt](http://www.alterreal.pt).
4. Há vários anos que a Companhia das Lezírias não tem passivo bancário, nem virá a ter. Não recebeu nenhum apoio financeiro do Estado nos últimos três anos.

### F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

#### 1. Coudelaria de Alter

Com a extinção da Fundação Alter Real (FAR) através da publicação do Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de Novembro, atendendo à natureza das actividades desenvolvidas pela Companhia das Lezírias, o Estado considerou que parte das competências que havia delegado na FAR através do Decreto-Lei n.º 48/2007, de 27 de Fevereiro, eram transferidas para a Companhia das Lezírias, designadamente as relativas à preservação do património genético animal da raça Lusitana, permitindo concentrar apenas numa entidade a gestão de todas as coudelarias detidas pelo Estado, sem prejuízo da gestão empresarial da Companhia das Lezírias. Com o objectivo da prossecução dos fins principais da Fundação transmitidos à Companhia das Lezírias, designadamente no âmbito da preservação do património genético animal, e para esse fim, foi delgado estatuto de serviço público à Companhia das Lezírias.

Consequentemente foram delegados pelo Estado na Companhia das Lezírias os seguintes fins e atribuições, compatíveis com a actividade estatutariamente já desenvolvida:

- a) A preservação do património genético animal da raça Lusitana, nas linhas genéticas de Alter-Real e da Coudelaria Nacional, a par da preservação da linha genética da Coudelaria Companhia das Lezírias, S.A., sem prejuízo das atribuições de preservação do património genético próprias da DGAV;



DF  
Amj

**Companhia das Lezírias, S.A.**

---

- b) A manutenção, a exploração e a preservação do património mobiliário e imobiliário existente, designadamente das Coudelarias Nacional e de Alter;
  - c) O fomento e o melhoramento dos equinos da raça Lusitana, nas linhas genéticas de Alter-Real e da Coudelaria Nacional e a divulgação da produção cavalar destas raças e linhas genéticas;
  - d) A formação profissional na área da equitação como ferramenta essencial à divulgação da produção e utilização do cavalo e, no que se refere aos equinos da raça lusitana de linha de Alter, em articulação com a Escola Portuguesa de Arte Equestre...;
  - e) O desenvolvimento de um polo estruturante da economia regional;
  - f) A representação do país pela colocação da Coudelaria de Alter ao serviço do protocolo do Estado.
2. O financiamento da Coudelaria de Alter é em parte assegurado pelas actividades desenvolvidas pela própria coudelaria e pelas restantes actividades da Companhia das Lezírias.



DF  
Ami J.

## VII. Remunerações

### A. Competência para a determinação

1. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de fixação de remunerações (c.f. alínea d) do artigo 10.º dos Estatutos).  
As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais durante o ano de 2015 foram aprovadas pelo acionista único na reunião da assembleia geral de 28 de Abril de 2015, que procedeu à eleição dos membros dos órgãos sociais.
2. As despesas efectuadas por um membro do Conselho de Administração, na Companhia das Lezírias, são autorizadas por um dos outros membros;
3. Os membros do Conselho de Administração declararam formalmente que se abstêm de interferir em decisões que possam envolver os seus próprios interesses.

### B. Comissão de Fixação de Remunerações

Não se encontra designada qualquer comissão de fixação de remunerações.

### C. Estrutura das Remunerações

1. A política de remunerações adoptada segue as orientações nesta matéria definidas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro, objecto da Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de Janeiro, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de Fevereiro, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de Março e do Despacho n.º 764/SETF/2012, da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, de 24 de Maio.  
As remunerações são sujeitas à aplicação das reduções previstas na Lei n.º 12-A/2010, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro e Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro.
2. As remunerações são fixadas pelo acionista, não tendo sido definidas quaisquer parâmetros relativos ao alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade;



DF  
Ari

## Companhia das Lezírias, S.A.

3. Não estão definidas quaisquer remunerações de natureza variável;
4. Não existindo componente variável de remuneração, consequentemente, não há diferimento da mesma;
5. Não está definido qualquer tipo de prémios a atribuir;
6. Os administradores da Companhia das Lezírias não estão abrangidos por qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada.

### D. Divulgação das Remunerações

1. Indicação do montante anual da remuneração auferida pelos membros do órgão de administração da sociedade:

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público				
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal líquida (€)		
			Vencimento	Despesas de Representação	Data
António Saraiva	Sim	C	4.578,20	1.831,28	28-04-2015
Diogo Faria	Sim	C	3.662,56	1.465,03	28-04-2015
João Caldeira	Sim	C	3.662,56	1.465,03	28-04-2015

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)		Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
				Lei 12-A/2010	Outras Reduções Remuneratórias		
António Saraiva	n.a.	86.070,16	86.070,16	4.303,46	8.176,67	1.635,46	75.225,49
Diogo Faria	n.a.	68.856,20	68.856,20	3.442,82	6.480,38	1.313,45	60.246,45
João Caldeira	n.a.	68.856,20	68.856,20	3.442,82	6.474,98	1.308,05	60.246,45
<b>Total</b>	<b>n.a.</b>	<b>223.782,56</b>	<b>223.782,56</b>	<b>11.189,10</b>	<b>21.132,03</b>	<b>4.256,96</b>	<b>195.718,39</b>

Membro do Órgão de Administração	Valor do Subsídio Referência	Benefícios Sociais (€)					
		Regime de Protecção Social		Seguro Saúde	Seguro Vida	Outros	
		Identificação	Valor			Identificação	Valor
António Saraiva	n.a.	Seg. Social	18.440,67	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Diogo Faria	n.a.	Seg. Social	14.856,82	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
João Caldeira	n.a.	Seg. Social	14.842,06	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<b>Total</b>	<b>n.a.</b>		<b>48.139,55</b>	<b>n.a.</b>	<b>n.a.</b>	<b>n.a.</b>	<b>n.a.</b>

2. Não foram auferidas quaisquer quantias pelos membros dos órgãos sociais da Companhia das Lezírias, pagas por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;



DF  
Amij

**Companhia das Lezírias, S.A.**

---

3. Não foram pagas quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros da empresa ou sob a forma de prémios de acordo com o artigo 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro;
4. Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos;
5. Quanto aos valores atribuídos aos membros do órgão de fiscalização da sociedade, ver o capítulo V, ponto D.3;
6. Quanto aos valores atribuídos aos membros da mesa da assembleia geral da sociedade, que reuniu uma vez durante o ano, ver o capítulo V, ponto A.1.



## VIII. Transacções com Partes Relacionadas e Outras

1. As transacções efectuadas com partes relacionadas decorrem da actividade normal da sociedade, não gerando conflitos de interesses de qualquer natureza.

### Transacções com a empresa-mãe: Parública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Actualmente as transacções com a empresa-mãe são praticamente inexistentes, limitando-se ao pagamento dos dividendos conforme são aprovados pelo acionista, que no exercício objecto deste relato ascenderam a € 460.000,00.

### Transacções com a empresa associada: Orivárzea - Orizicultores do Ribatejo, S.A.

As transacções com esta associada decorrem basicamente do objecto social deste agrupamento de produtores.

Para a realização da cultura de arroz e de acordo com o regulamento do agrupamento, a CL adquire através da Orivárzea a totalidade dos factores de produção e serviços aplicados na cultura – sementes, adubos, fitofármacos, serviços técnicos especializados e secagem do cereal.

É à Orivárzea, também de acordo com o regulamento do agrupamento, que se efetua a venda da totalidade da produção de arroz da CL.

Descrição	Períodos	
	2015	2014
<b>Transacções (€)</b>		
Clientes e outros devedores	1.803.801	2.063.771
Fornecedores e outros credores	602.507	578.003
<b>Saldos pendentes (€)</b>		
Clientes e outros devedores	1.389.153	833.422
Accionistas/sócios	77.591	
Fornecedores e outros credores		
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		

Os mecanismos implementados para controlo das transacções com as partes relacionadas, considerando que as mesmas decorrem da actividade normal, correspondem aos processos correntes aplicados às transacções com as restantes entidades com quem a CL se relaciona.



DF  
Amij

2. Informação sobre outras transacções:

- a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços: A generalidade das aquisições de bens e serviços são sujeitas a consulta aos operadores de mercado com o objectivo de assegurar a compra às melhores condições oferecidas pelo mercado.

Assim a CL abre concurso para a aquisição da generalidade das matérias-primas e de prestadores de serviços, procurando obter, um mínimo de três propostas. A opção normalmente recai na proposta com melhor preço, excepto se houver questões de qualidade de produto ou de fiabilidade do fornecedor.

- b) Universo das transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado: Todas as transacções efectuadas pela CL estão de acordo com as normais regras de funcionamento do mercado de concorrência.

- c) Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos: Não existem quaisquer fornecedores com aquisições relevantes superiores a 1 milhão de euros.

Entidade	Tipo de Serviço
Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	Agrícolas
António B. Simões & Filhos, Lda.	Agrícolas
Iberdrola Clientes, S.A.U.	Energia
Orivárzea - Orizic. Ribatejo, S.A.	Agrícolas



## **IX. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental**

- 1.** A sustentabilidade futura da CL tem estado sempre subjacente à actividade da CL desenvolvida pelo Conselho de Administração e trabalhadores da empresa.

Como empresa agrícola que é, enfrenta as ameaças e oportunidades inerentes ao sector de actividade em que opera, havendo a realçar as que decorrem do novo regime de ajudas agrícolas a vigorar desde 2015, dado o peso que esta receita tem nos resultados operacionais.

Compete ao Conselho de Administração e empregados da CL, melhorar continuamente os seus níveis de eficiência e desenvolvimento, de modo a permitir a ultrapassagem de situações mais adversas, e a melhorar continuamente os resultados da empresa, numa óptica de médio e longo prazo.

Desde sempre, tem a CL pautado a sua actuação por uma grande atenção em relação aos recursos humanos, procurando estimular o mérito e o bem-estar dos colaboradores.

A criação de valor para o accionista, valorizando os activos da CL e procurando melhorias de eficiência nas várias actividades e vertentes está naturalmente subjacente à actividade desenvolvida pelo Conselho de Administração e os colaboradores da empresa.

A estratégia adoptada, ao longo do exercício de 2015, foi devidamente explanada no Relatório do Conselho de Administração, e permitiu que fossem alcançados os resultados apresentados nas Demonstrações Financeiras, verificando-se a ultrapassagem de várias metas previamente fixadas.

- 2.** A Companhia das Lezírias melhorou em 2015, todos os seus indicadores económico-financeiros, preservando sempre o meio ambiente, a qualidade dos seus produtos e dos seus métodos de produção.

**3.**

- a)** A Companhia das Lezírias procura desde sempre pautar a sua actividade pelo respeito devido aos seus trabalhadores, bem como às forças sociais e económicas da região onde se insere.

Mantém igualmente uma grande preocupação no que respeita à qualidade dos seus produtos, procurando ser uma referência no mercado.



DF  
Amig

## Companhia das Lezírias, S.A.

---

- b) A Companhia das Lezírias cumpre escrupulosamente todos os normativos legais e administrativos no que respeita aos princípios de legalidade e ética empresarial. A Companhia das Lezírias adopta permanentemente políticas de protecção ambiental, sendo sobejamente conhecidas estas preocupações.
- c) De um total de 99 trabalhadores 28 são mulheres e 71 homens. No que respeita a admissões e promoções existe uma efectiva igualdade de tratamento entre homens e mulheres.
- d) Como se sabe, o sector agrícola é um sector em que há uma grande predominância de mão-de-obra masculina, sendo de realçar a percentagem de trabalhadoras femininas (cerca de 30% do total), na Companhia. Há muito tempo que está implementada uma política de meritocracia assente na qualidade e quantidade do trabalho desenvolvido, e não no género do trabalhador.
- e) As políticas de recursos humanos definidas pela Companhia das Lezírias, privilegiam o desenvolvimento e o estímulo do trabalhador, procurando valorizá-lo e trata-lo com todo o respeito e integridade.
- f) A Companhia das Lezírias procura estar permanentemente na vanguarda, no que respeita à qualidade técnica e tecnológica dos seus processos de produção no sentido da optimização da qualidade dos seus produtos e da redução dos custos. No presente e no futuro, a Companhia das Lezírias está e estará permanentemente orientada para a maximização do resultado líquido, e para uma elevada remuneração do seu acionista, como aliás a evolução dos resultados bem demonstra. Como reafirmado inúmeras vezes, a CL faz um esforço diário no sentido de melhorar a qualidade dos seus produtos, melhorar o relacionamento com *stakeholders*, melhorar os canais de distribuição, de modo a tornar exequível uma subida permanente e sustentável dos seus resultados líquidos. Este aumento dos resultados conduzirá, obviamente, a um acréscimo sustentado dos dividendos a pagar ao acionista Parpública, SGPS, S.A.



Companhia das Lezírias, S.A.

---

## X. Avaliação do Governo Societário

1. A CL cumpre com todos os Princípios de Bom Governo. A respectiva avaliação encontra-se divulgada no capítulo 5 do relatório e contas - Divulgação do Cumprimento das Orientações Legais, ponto 5.18 nas páginas 36 a 38.
2. Não existem informações adicionais além das constantes no presente relatório.

Samora Correia, 11 de Março de 2015

O Conselho de Administração



António Miguel Semedo Pimentel Saraiva  
Presidente



Diogo Supico de Faria e Silva  
Vogal



João Carlos Caldeira Gonçalves  
Vogal



Companhia das Lezírias, S.A.

DF  
Arij

## XI. Anexos do RGS

1. Acta da reunião do Conselho de Administração onde foi deliberada a aprovação do Relatório de Governo Societário 2015.

ACTA Nº 385

Aos onze dias do mês de Março do ano de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas, reuniu o Conselho de Administração da Companhia das Lezírias, SA, na sua sede em Samora Correia, tendo estado presentes o Presidente, António Miguel Semedo Pimentel Saralva e os Vogais, Diogo Supico de Faria e Silva e João Carlos Caldeira Gonçalves. -----

Da Agenda constavam os seguintes pontos: -----

- Elaboração e aprovação do Relatório do Conselho de Administração, do Balanço, Demonstração de Resultados e dos Anexos ao Balanço e à Demonstração de Resultados, relativos ao exercício de 2015; -----
- Elaboração e aprovação do Relatório de Governo Societário, relativo ao exercício de 2015. -----

Pelo Conselho de Administração, foram debatidas em profundidade as contas da Companhia das Lezírias relativas ao exercício de 2015, tendo sido aprovadas por unanimidade. -----

Foram também aprovados, por unanimidade, o Relatório do Conselho de Administração e o Relatório de Governo Societário relativos ao exercício de 2015 que, juntamente com as contas, serão submetidos à apreciação do accionista Parpública (SGPS), S.A., na próxima Assembleia Geral da Companhia das Lezírias. -----

Nada mais havendo a decidir foi lavrada a presente Acta que vai ser assinada por todos os presentes. -----



Companhia das Lezírias, S.A.

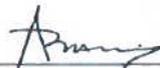
DF  
Amij

2. Declarações a que se refere o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

**DECLARAÇÃO**

ANTÓNIO MIGUEL SEMEDO PIMENTEL SARAIVA, Presidente do Conselho de Administração da Companhia das Lezírias, S.A., declara, em cumprimento do artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 03 de Outubro, abster-se de interferir nas decisões envolvendo os seus próprios interesses.

Samora Correia, 25 de Maio de 2015

  
António Miguel Semedo Pimentel Saraiva

**DECLARAÇÃO**

DIOGO SUPICO DE FARIA E SILVA, Vogal do Conselho de Administração da Companhia das Lezírias, S.A., declara, em cumprimento do artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 03 de Outubro, abster-se de interferir nas decisões envolvendo os seus próprios interesses.

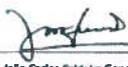
Samora Correia, 25 de Maio de 2015

  
Diogo Supico de Faria e Silva

**DECLARAÇÃO**

JOÃO CARLOS CALDEIRA GOMÇALVES, Vogal do Conselho de Administração da Companhia das Lezírias, S.A., declara, em cumprimento do artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 03 de Outubro, abster-se de interferir nas decisões envolvendo os seus próprios interesses.

Samora Correia, 25 de Maio de 2015

  
João Carlos Caldeira Gonçalves



Companhia das Lezírias, S.A.

DF  
Amig

3. Declarações a que se refere o artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

**DECLARAÇÃO**

António Miguel Semedo Pimentel Saraiva, contribuinte nº 114210403, nomeado Presidente do Conselho de Administração da Companhia das Lezírias, S.A., em Assembleia Geral de 28 de Abril de 2015, declara nos termos e para os efeitos previstos e estabelecidos no Artigo 52.º do Decreto – Lei 133/2013, de 03 Outubro que não é detentor de quaisquer participações patrimoniais nesta empresa, nem mantém quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócios, susceptíveis de gerar quaisquer conflitos de interesses, declarando assim a inexistência de quaisquer incompatibilidades ou impedimentos, da sua parte para o exercício das funções para que foi nomeado.

Esta Declaração é feita em quatro exemplares originais e de igual teor, devendo cada um deles ser entregue, nos termos definidos na lei aos seguintes destinatários: ao CA da Companhia das Lezírias, S.A.; ao seu órgão de fiscalização (Fiscal Único); à IGF e também à Procuradoria-Geral de República, o que será feito no prazo legal de 60 dias subsequente à respectiva designação e tomada de posse, nos termos e em conformidade com o disposto no Art. 22.º n. 8 do Decreto-Lei 71/2007 de 27 de Março.

Samora Correia, 27 de Maio de 2015

(António Miguel Semedo Pimentel Saraiva)



DF  
Amij

### DECLARAÇÃO

Diogo Supico de Faria e Silva, contribuinte nº 1163171732, nomeado vogal do Conselho de Administração da Companhia das Lezírias, SA, em Assembleia Geral de 28 de Abril de 2015, declara nos termos e para os efeitos previstos e estabelecidos no Artigo 52.º do Decreto – Lei 133/2013, de 03 Outubro que não é detentor de quaisquer participações patrimoniais nesta empresa, nem mantém quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócios, susceptíveis de gerar quaisquer conflitos de interesses, declarando assim a inexistência de quaisquer incompatibilidades ou impedimentos, da sua parte para o exercício das funções para que foi nomeado.

Esta Declaração é feita em quatro exemplares originais e de igual teor, devendo cada um deles ser entregue, nos termos definidos na lei aos seguintes destinatários: ao CA da Companhia das Lezírias, S.A.; ao seu órgão de fiscalização (Fiscal Único); à IGF e também à Procuradoria-Geral de República, o que será feito no prazo legal de 60 dias subsequente à respectiva designação e tomada de posse, nos termos e em conformidade com o disposto no Art. 22.º n.8 do Decreto-Lei 71/2007 de 27 de Março.

Samora Correla, 27 de Maio de 2015

(Diogo Supico de Faria e Silva)



Companhia das Lezírias, S.A.

DF

Amij

#### DECLARAÇÃO

João Carlos Caldeira Gonçalves, contribuinte nº 188476393, nomeado vogal do Conselho de Administração da Companhia das Lezírias, S.A., em Assembleia Geral de 28 de Abril de 2015, declara nos termos e para os efeitos previstos e estabelecidos no Artigo 52.º do Decreto – Lei 133/2013, de 03 Outubro que não é detentor de quaisquer participações patrimoniais nesta empresa, nem mantém quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócios, susceptíveis de gerar quaisquer conflitos de interesses, declarando assim a inexistência de quaisquer incompatibilidades ou impedimentos, da sua parte para o exercício das funções para que foi nomeado.

Esta Declaração é feita em quatro exemplares originais e de igual teor, devendo cada um deles ser entregue, nos termos definidos na lei aos seguintes destinatários: ao CA da Companhia das Lezírias, S.A.; ao seu órgão de fiscalização (Fiscal Único); à IGF e também à Procuradoria-Geral de República, o que será feito no prazo legal de 60 dias subsequente à respectiva designação e tomada de posse, nos termos e em conformidade com o disposto no Art. 22.º n. 8 do Decreto-Lei 71/2007 de 27 de Março.

Samora Correia, 27 de Maio de 2015

(João Carlos Caldeira Gonçalves)



Companhia das Lezírias, S.A.

DF Amiz  
D

4. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro.



PORTUGAL

Patrício, Moreira, Valente & Associados, Sroc, Lda

Av. J.º Brasil, 15 - T.º 1749 - 112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3 561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Sauraria, 137 - 2.º 4150 - RAO Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a atividade da COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA, durante o exercício de dois mil e quinze, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Foram também consideradas as orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, designadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias previstas para 2015, e na Lei do Orçamento de Estado para 2015. Foi ainda verificado o cumprimento da exigência constante do n.º 1 do artigo 54.º do RUSP, o qual estabelece que as empresas públicas apresentem anualmente relatórios de boas práticas de governo societário.

Apreçámos o relatório de gestão, as contas do exercício e emitimos a certificação legal das contas, que aqui se dá por reproduzida. Apreçámos ainda o relatório do governo societário, considerando a informação que nele consta adequada tendo por base os objetivos de gestão fixados pelo acionista.

Relativamente aos objetivos de gestão fixados pelo acionista, refere-se que o grau de execução dos mesmos encontra-se devidamente detalhado nas notas 6.1 e 6.17 do relatório de gestão e no capítulo II, ponto 2 do governo societário.

Tudo considerado, somos de parecer que a assembleia geral anual:

- Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2015, apresentados pela Administração;
- Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela Administração;
- Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 15 de março de 2016

O Fiscal Único

- PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC, LDA  
representada por José Carlos Nogueira Faria e Matos (ROC 1034)

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD  
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM Patricio, Moreira, Valente & Associados, Sroc, Lda é uma firma independente membro do RSM International RSM International é a denominação de referência e o nome legal de entidades que utilizam independentemente a denominação RSM patricio, moreira, valente & associados, sroc, lda ou a sigla RSM International não constituem, em qualquer circunstância, a nome entidade legalmente constituída.  
Inscrita no Livro das Revisões Gerais das Contas, sob o n.º 79 NIF 500 017 881 Capital Social 800 000€ Inscrita na Ordem dos Auditores da Companhia sob o nº 1160